



Irani Papel e Embalagem S.A

31 de março de 2026

Demonstrações Financeiras Intermediárias

RANI
B3 LISTED NM



COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO 1º TRIMESTRE DE 2026

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB).

Mensagem da Administração

Iniciamos 2026 com um trimestre positivo em termos de mercado, porém marcado por eventos operacionais não recorrentes, que impactaram temporariamente o desempenho. O período foi influenciado pelas [paradas programadas](#) para a reforma da MP#5, no contexto do [Projeto Gaia XI](#), e pela inspeção bianual da Caldeira de Força, com consequente parada temporária da MP#1, gerando efeitos planejados sobre a produção e os volumes vendidos.

O Projeto Gaia XI terá [apoio via operação direta](#) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social S.A. – BNDES, no montante de R\$ 82,5 milhões, no âmbito dos Programas BNDES FINEM Mais Inovação e FINEM, contando com até 20 anos de prazo total. Essa estrutura reforça nossa capacidade de executar projetos relevantes com *funding* competitivo, alinhando crescimento e eficiência operacional via investimentos com ampliação da produtividade e digitalização e sensorização.

A retomada da MP#5 em março e o avanço do *ramp-up* contribuem para a captura gradual dos retornos previstos ao longo dos próximos períodos.

Adicionalmente, o cenário geopolítico gerou pressões pontuais sobre custos logísticos, sem impactos significativos sobre a demanda ou no acesso a matérias-primas.

No trimestre, enfrentamos problemas técnicos no transformador do turbo gerador 4 (TG4) na unidade Papel em Vargem Bonita – SC, o que acarretou na maior compra de energia de terceiros, impactando nossos resultados.

A expedição brasileira de embalagens sustentáveis (papelão) divulgadas pela Empapel tiveram expansão de 2,5% no 1T26 frente ao 1T25. Na Irani mantivemos a disciplina comercial e foco em rentabilidade, com consistência na estratégia de priorização de valor, registrando retração de 3,8%.

Em 24 de abril foram deliberados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas dividendos adicionais correspondentes a 25% do resultado de 2025, uma vez que a alavancagem da Companhia foi inferior a 2,50x em 31/12/2025, conforme previsto em nossa [Política](#).

Da mesma forma, os dividendos intercalares trimestrais, a serem aprovados pelo Conselho de Administração, correspondem a 25% do resultado do 1T26.

Por fim, convidamos nossos investidores, e demais *stakeholders* para acompanhar o Irani Day 2026, dia 28 de maio, com transmissão pelo YouTube, onde apresentaremos nossa estratégia e passos futuros, sustentados por uma evolução com consistência e propósito em cada passo.

Observação

Em decorrência do [encerramento das atividades do Negócio Resinas](#), ocorrido em 2025, os dados apresentados neste release priorizam as **Operações Continuadas (OC)**. Casos específicos em que os indicadores consolidam os resultados das **Operações Continuadas e Descontinuadas** serão identificados pela sigla **OC+OD**. As informações de períodos anteriores foram ajustadas para refletir a exclusão da operação descontinuada, para fins de comparabilidade.

As referências a **NE** ao longo deste release de resultados correspondem às **Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras da Companhia**, onde constam os respectivos detalhamentos e informações complementares.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificamente indicado.

DESTAQUES FINANCEIROS DO 1º TRIMESTRE DE 2026

- Neste trimestre ocorreu a [parada programada](#) para a reforma da Máquina de Papel 05 (MP#5), a principal etapa do Projeto [Gaia XI](#). As operações da MP#5 foram [retomadas no início de março](#) e encontram-se em fase de *ramp-up*, com expectativa de captura gradual dos retornos previstos. Adicionalmente, o período contou com a inspeção bianual da Caldeira de Força (NR13), e consequente parada temporária da Máquina de Papel 01 (MP#1), com operações retomadas em meados de março. **As paradas impactaram temporariamente a produção de papéis, demandando a aquisição complementar de papéis rígidos no mercado para a produção de embalagens, além de reduzir o volume de vendas de papéis rígidos e flexíveis. As paradas, em conjunto, tiveram efeito negativo de R\$ 20.653 mil no EBITDA Ajustado do trimestre.**
- Conforme divulgado em [Fato Relevante](#), o **Projeto Gaia XI** passou a contar com **financiamento** junto ao **BNDES**, com prazo de até 20 anos, reforçando o acesso da Companhia a linhas de crédito de longo prazo para suportar investimentos em modernização, eficiência operacional e inovação.
- No trimestre, enfrentamos problemas técnicos no transformador do turbo gerador 4 (TG4) na unidade Papel em Vargem Bonita – SC. O TG4 é o equipamento responsável por transformar o vapor de alta pressão gerado pela queima do licor negro na caldeira de recuperação em energia elétrica para a planta. **Com a menor autoprodução de energia, houve necessidade de suprir a planta com energia de terceiros, o que impactou negativamente o EBITDA**

Ajustado do trimestre em R\$ 6.100 mil. O fornecedor do equipamento está trabalhando nas correções necessárias, sem custos para a Irani, com previsão de retorno à normalidade em maio/2026.

- Os conflitos no Oriente Médio não tiveram impactos significativos sobre as vendas da Companhia ou sobre o acesso a matérias-primas, tendo sido observados apenas aumentos pontuais de custo e despesas relacionados a logística.
- A receita líquida somou R\$ 409.845 mil no 1T26 (-3,1% vs. 1T25) e R\$ 1.673.078 mil nos UDM 1T26 (+3,5% vs. UDM 1T25).
- O EBITDA Ajustado (OC+OD) totalizou R\$ 113.507 mil no 1T26 (-17,1% vs. 1T25), com margem de 27,7% (-4,7 p.p. vs. 1T25), e R\$ 508.427 mil nos UDM 1T26 (+2,6% vs. UDM 1T25), com margem de 30,4% (-0,3 p.p. vs. UDM 1T25).
- As despesas gerais e administrativas aumentaram 5,0% no 1T26 (vs. 1T25), e representaram 7,4% da receita líquida (vs. 6,8% no 1T25). Nos últimos doze meses, houve queda de 0,5% (UDM 1T26 vs. UDM 1T25), com representatividade de 7,1% (vs. 7,4% nos UDM 1T25).
- O lucro líquido (OC+OD) foi de R\$ 19.416 mil no 1T26 (-68,1% vs. 1T25). Nos UDM 1T26, somou R\$ 212.576 mil (-36,0% vs. UDM 1T25), ante R\$ 332.337 mil nos UDM 1T25. No conceito recorrente e sem ativos biológicos, o lucro líquido passou de R\$ 90.852 mil nos UDM 1T25 para R\$ 100.245 mil nos UDM 1T26, alta de 10,3%.
- A Alavancagem (Dívida Líquida/EBITDA Ajustado (OC+OD) foi de 2,11x no 1T26 (vs. 2,21x no 1T25).
- ROIC (OC+OD) de 12,3% (+ 1,0 p.p. vs. 1T25) com *spread* de 3,1 p.p. sobre o custo médio da dívida pós IR/CSLL.
- Rentabilidade do Fluxo de Caixa Livre (*Free Cash Flow Yield*) (OC+OD) de 19,8% nos últimos doze meses (+ 6,8 p.p. vs. UDM 1T25).
- Em Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, na data de 24 de abril de 2026, foram aprovados dividendos adicionais referente ao exercício de 2025, no valor total de R\$ 59.724 mil, sendo o dividendo por ação o valor de R\$ 0,259103 (NE 22 d).
- De acordo com a Política de Distribuição de Dividendos, a Administração está propondo a distribuição de 25% do Lucro Líquido (OC+OD) (base para dividendos) referente ao 1T26, totalizando R\$ 5.170 mil, o que corresponde a R\$ 0,022431061 por ação. (NE 22 d).

OUTROS DESTAQUES DO 1º TRIMESTRE DE 2026

- Pela primeira vez, passamos a integrar o índice INDX da B3, que acompanha o desempenho das empresas do setor industrial no mercado de capitais. A Companhia segue como a única

do segmento de Embalagens (B3) presente simultaneamente no ISE B3 e no ICO2 B3, condição que se mantém mesmo ao considerar o segmento de Papel e Celulose.

- Mantivemos o rating nível A na Pesquisa com Partes Interessadas da Humanizadas e somos a única empresa de capital aberto do segmento industrial que possui todas as certificações concedidas pela instituição: We care for Customers, We care for Stakeholders, Best For Humanity e We care for Well-Being.
- Tivemos dois cases vencedores do 32º Prêmio Expressão de Ecologia, na categoria Gestão Ambiental com a Trilha de Sustentabilidade e o Plano Estratégico de Descarbonização Certificada pelo Ministério do Meio Ambiente. Essa é a mais tradicional premiação de sustentabilidade do Brasil.

Principais indicadores econômico-financeiros

OPERAÇÃO CONTINUADA (OC)	1T26	4T25	1T25	Var. 1T26/ 4T25	Var. 1T26/ 1T25	UDM26	UDM25	Var. UDM26/ UDM25
Econômico e Financeiro (R\$ mil)								
Receita Líquida de Vendas	409.845	415.996	423.078	-1,5%	-3,1%	1.673.078	1.615.901	3,5%
Mercado Interno	371.263	381.503	380.218	-2,7%	-2,4%	1.523.614	1.468.283	3,8%
Mercado Externo	38.582	34.493	42.860	11,9%	-10,0%	149.464	147.618	1,3%
Lucro Bruto (incluso*)	126.746	153.001	173.915	-17,2%	-27,1%	653.073	642.690	1,6%
(*) Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos	8.043	9.397	25.715	-14,4%	68,7%	99.128	88.679	11,8%
Margem Bruta	30,9%	36,8%	41,1%	-5,9p.p.	-10,2p.p.	39,0%	39,8%	-0,8p.p.
Resultado Operacional antes de Tributos e Participações	27.549	47.604	75.606	-42,1%	63,6%	268.890	235.900	14,0%
Margem Operacional	6,7%	11,4%	17,9%	-4,7p.p.	-11,2p.p.	16,1%	14,6%	+1,5p.p.
Lucro Líquido	19.416	39.016	60.803	-50,2%	-68,1%	212.576	332.337	-36,0%
Margem Líquida	4,7%	9,4%	14,4%	-4,7p.p.	-9,7p.p.	12,7%	20,6%	-7,9p.p.
EBITDA ajustado operação continuada	113.507	129.024	136.254	-12,0%	-16,7%	516.284	500.501	3,2%
Margem EBITDA ajustada operação continuada	27,7%	31,0%	32,2%	-3,3p.p.	-4,5p.p.	30,9%	31,0%	-0,1p.p.
Dados Operacionais (t)								
Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado)								
Produção/Vendas	41.981	41.998	43.621	0,0%	-3,8%	168.404	176.605	-4,6%
Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel)								
Produção	62.616	78.820	79.955	-20,6%	-21,7%	299.719	317.239	-5,5%
Vendas	29.359	30.479	32.921	-3,7%	-10,8%	123.988	126.842	-2,3%
Mercado Interno	21.183	23.469	24.610	-9,7%	-13,9%	93.014	95.595	-2,7%
Mercado Externo	8.176	7.010	8.311	16,6%	-1,6%	30.974	31.247	-0,9%
OPERAÇÃO CONTINUADA E DESCONTINUADA (OC+OD)								
Lucro Líquido	19.416	37.997	58.695	-48,9%	-66,9%	202.771	322.576	-37,1%
EBITDA Ajustado (conforme Resolução CVM 156/22)¹	113.507	127.998	136.914	-11,3%	-17,1%	508.427	495.596	2,6%
Margem EBITDA Ajustada	27,7%	30,8%	30,3%	-3,1p.p.	-2,6p.p.	30,2%	29,2%	+1,0p.p.
Dívida Líquida UDM	1.071.069	1.057.881	1.093.237	1,2%	-2,0%	1.071.069	1.093.237	-2,0%
Dívida Líquida/EBITDA ajustado (x)	2,11	1,99	2,21	0,12	-0,10	2,11	2,21	-0,10

¹ EBITDA (lucro antes de juros, tributos, depreciação, amortização e exaustão) ver o capítulo 3 neste relatório.

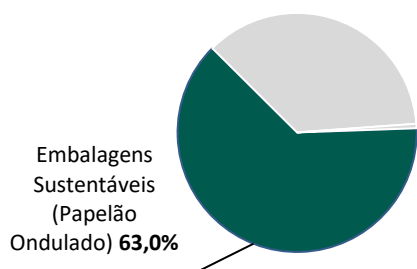
Como complemento, a Companhia disponibiliza uma planilha com o histórico de indicadores e dados operacionais na [Central de Resultados do site de RI](#).

1 DESEMPENHO OPERACIONAL

1.1 Segmento Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado)

No 1T26, o volume de vendas do segmento de Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado) totalizou 42,0 mil toneladas, estável em relação ao 4T25, mesmo diante da sazonalidade típica do início do ano, caracterizada por menor ritmo de expedições no período. Na comparação com o 1T25, houve redução de 3,8%, reflexo da manutenção estratégia da Companhia de priorizar preços (*value over volume*).

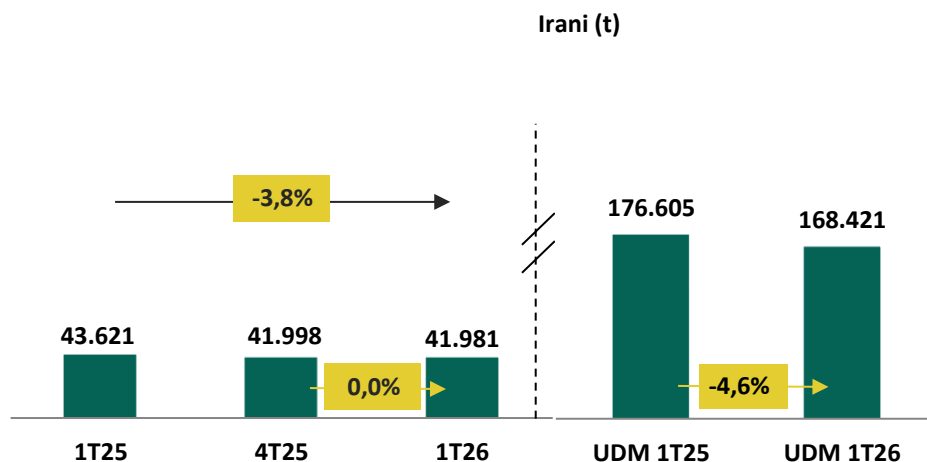
Contribuição na Receita 1T26



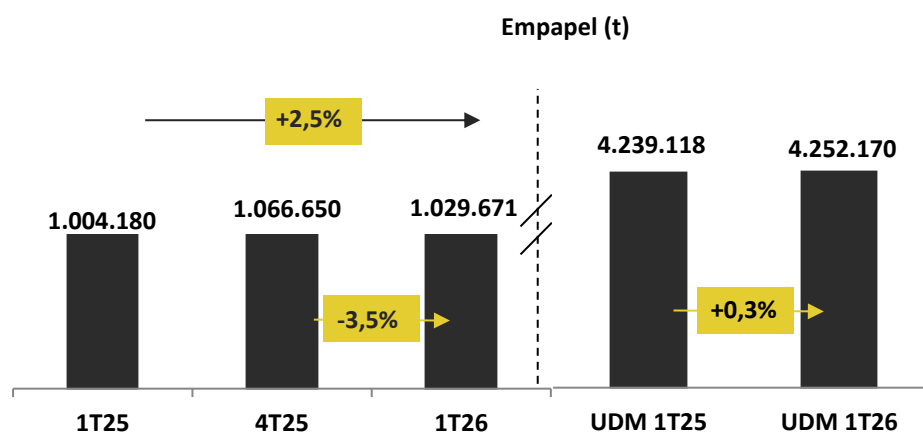
A participação de mercado (*market share*) foi de 4,1% no 1T26 (ante 3,9% no 4T25 e 4,3% no 1T25).

Segundo dados da Empapel, o mercado apresentou retração de 3,5% na comparação com o 4T25, refletindo a sazonalidade típica do início do ano, e crescimento de 2,5% em relação ao 1T25.

Volume de Vendas (em toneladas) - Segmento Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado)

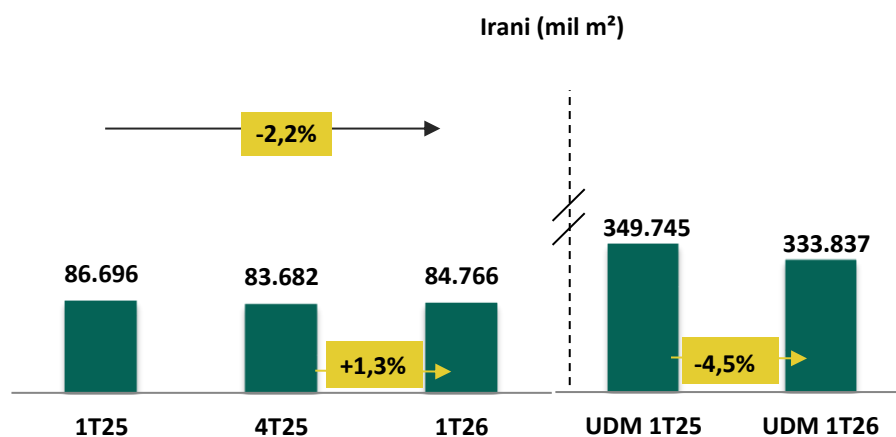


Fonte: Irani

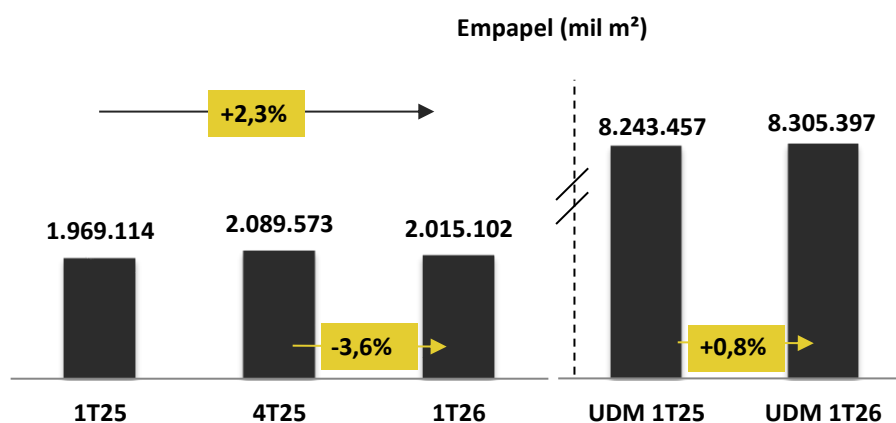


Fonte: Empapel (1T26 são prévias de fechamento, pode haver alterações nos dados oficiais.)

Volume de Vendas (em metros quadrados) – Segmento Embalagens Sustentáveis (Papelo Ondulado)



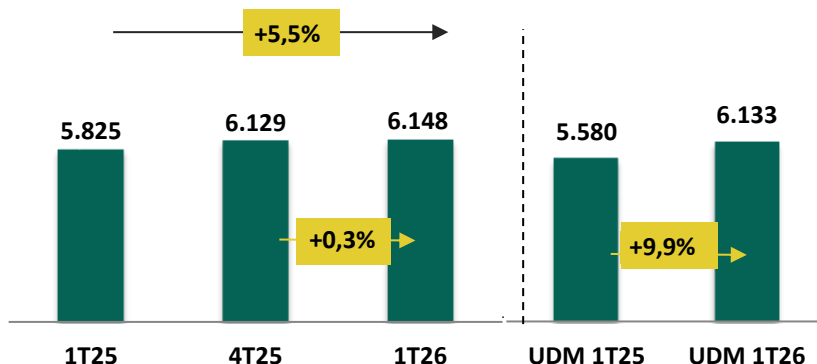
Fonte: Irani



Fonte: Empapel (1T26 são prévias de fechamento, pode haver alterações nos dados oficiais.)

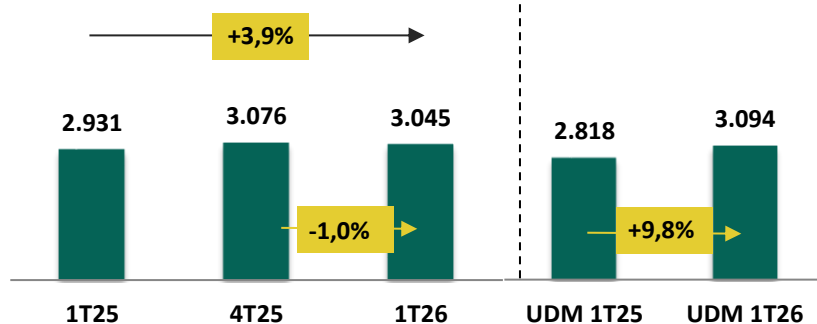
No 1T26, os preços médios líquidos (R\$/t) apresentaram estabilidade em relação ao 4T25 (+0,3%), já na comparação com o 1T25, os preços evoluíram 5,5%, refletindo a recomposição gradual ao longo dos últimos trimestres e a consistência na estratégia de priorização de margens.

Preços médios líquidos de impostos Irani (R\$/t)



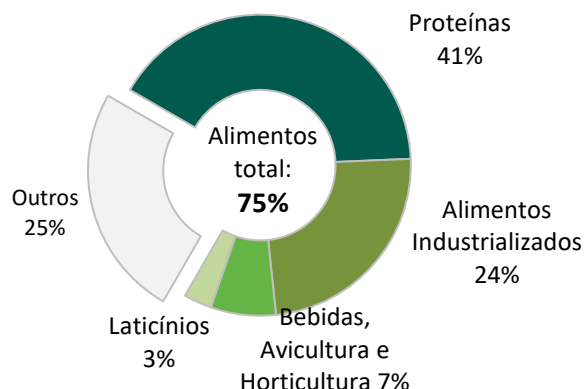
Os preços por m² refletem a dinâmica de mercado sem considerar eventuais variações de gramatura nos papéis utilizados para fabricação das caixas e chapas.

Preços médios líquidos de impostos Irani (R\$/mil m²)



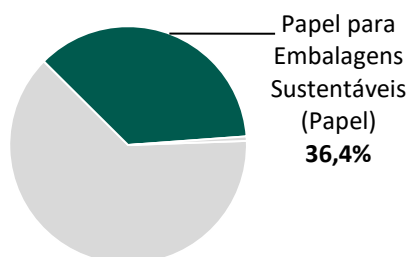
A participação das vendas da Irani por subsetores no 1T26, apresentada no gráfico a seguir, demonstra o foco no setor alimentício, que é tipicamente mais resiliente.

Participação das vendas de caixas da Irani por subsetores (t) 1T26



1.2 Segmento Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel)

Contribuição na Receita 1T26



A produção de papéis para embalagens sustentáveis (Papel) totalizou 62,6 mil toneladas no 1T26, com retração de 20,6% em relação ao 4T25 e redução de 19,2% na comparação com o 1T25.

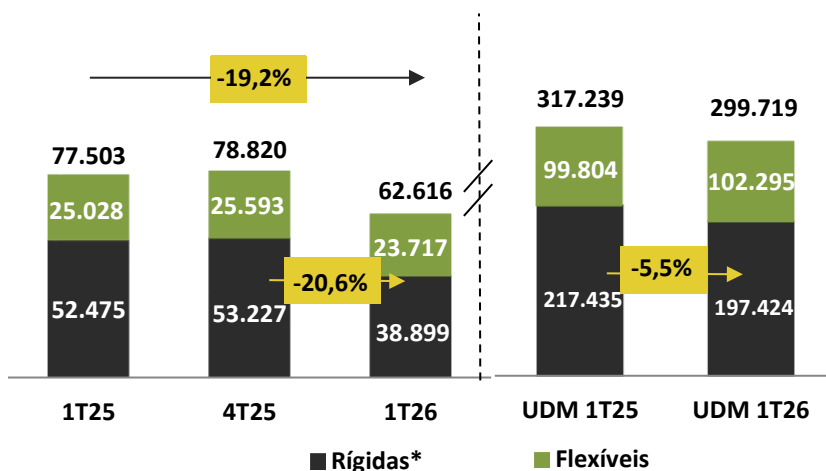
O desempenho do trimestre foi impactado pela [parada programada](#) para a reforma da Máquina de Papel 05 (MP#5), a principal etapa do Projeto [Gaia XI](#), afetando negativamente a produção de papel

rígido do trimestre em 12,6 mil toneladas. As operações da MP#5 foram [retomadas ao longo do trimestre](#) e encontram-se em fase de *ramp-up*, com expectativa de captura gradual dos retornos previstos.

A Companhia divulgou um [vídeo](#) da série “Irani em Foco” abordando o Projeto e os retornos esperados.

Adicionalmente, o período contou com a inspeção bianual da Caldeira de Força (NR13), e consequente parada temporária da Máquina de Papel 01 (MP#1), afetando negativamente a produção de papel flexível do trimestre em 2,5 mil toneladas.

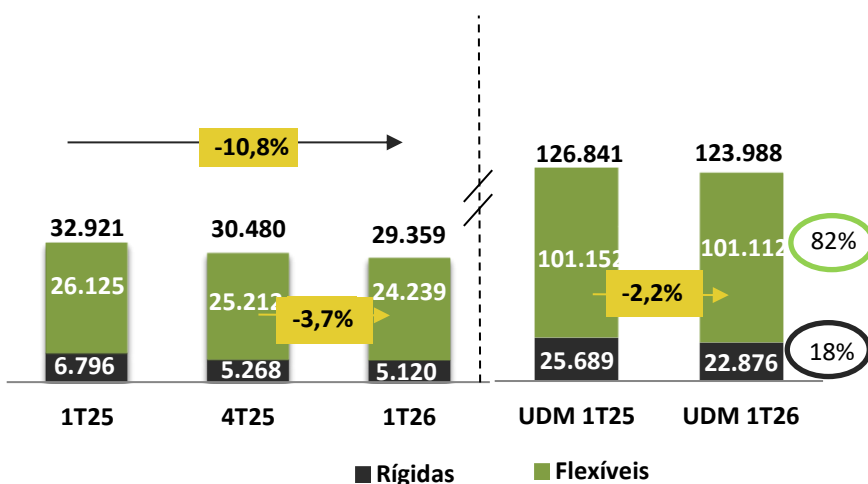
Produção Total de Papel para Embalagens Sustentáveis (t)



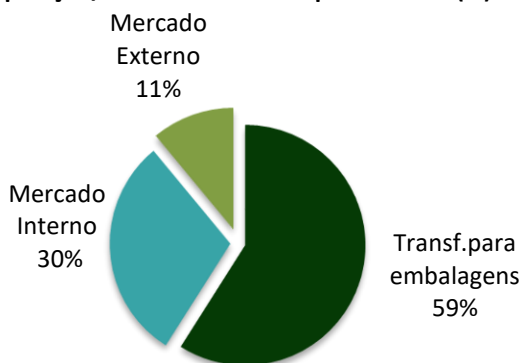
*A produção de papéis rígidos é majoritariamente utilizada internamente na fabricação de Embalagens Sustentáveis (Papelo Ondulado).

As vendas totais alcançaram 29,4 mil toneladas no 1T26, queda de 3,7% em relação ao 4T25, em linha com a sazonalidade do período, e redução de 10,8% frente ao 1T25, refletindo as paradas supracitadas.

Vendas Totais de Papel para Embalagens Sustentáveis (t)



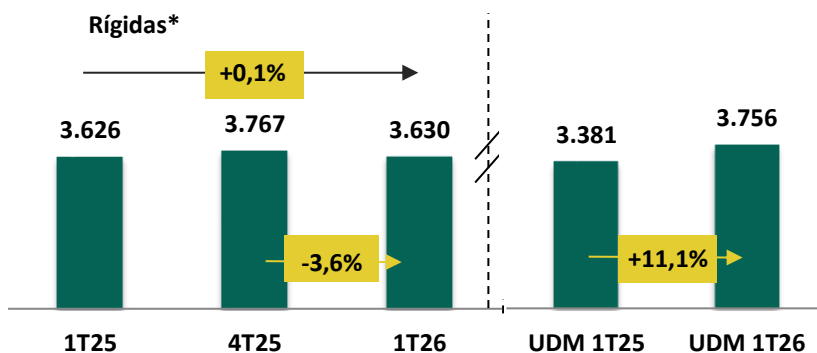
Expedição/Faturamento de Papel em 1T26 (%)



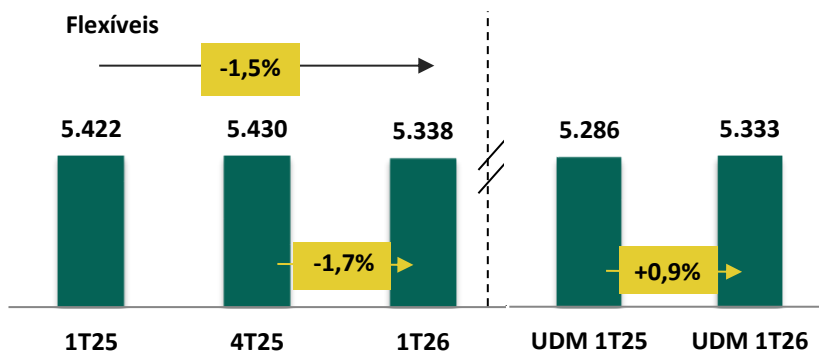
No 1T26, os preços dos papéis rígidos apresentaram redução de 3,6% em relação ao 4T25, e registraram estabilidade (+0,1%) frente ao 1T25. O movimento reflete a dinâmica recente de mercado, acompanhando o recuo das aparas, principal matéria-prima do segmento.

Os papéis flexíveis, por sua vez, apresentaram leve redução de 1,7% no 1T26 em relação ao 4T25 e 1,5% na comparação com o 1T25, devido ao menor dólar médio do período.

Preços médios líquidos de impostos do Papel para Embalagens Sustentáveis (R\$/t)



*Papéis rígidos destinados a venda.



Os papéis para embalagens flexíveis são utilizados na fabricação de sacos e sacolas para lojas, alimentos e tele-entrega (delivery), e têm apresentado uma dinâmica muito positiva nos últimos anos em função da maior utilização do papel, especialmente em substituição ao plástico. Os papéis para embalagens rígidas são utilizados para fabricação de embalagens sustentáveis de papelão ondulado.

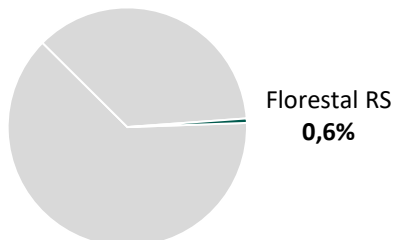
1.3 Segmento Florestal RS

O segmento Florestal RS está relacionado ao cultivo de pinus para a comercialização de toras de madeira e ao arrendamento para extração de resinas no Estado do Rio Grande do Sul. No 1T26, a receita líquida totalizou R\$ 2.657 mil, representando 0,6% da receita total da Companhia no período.

2 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

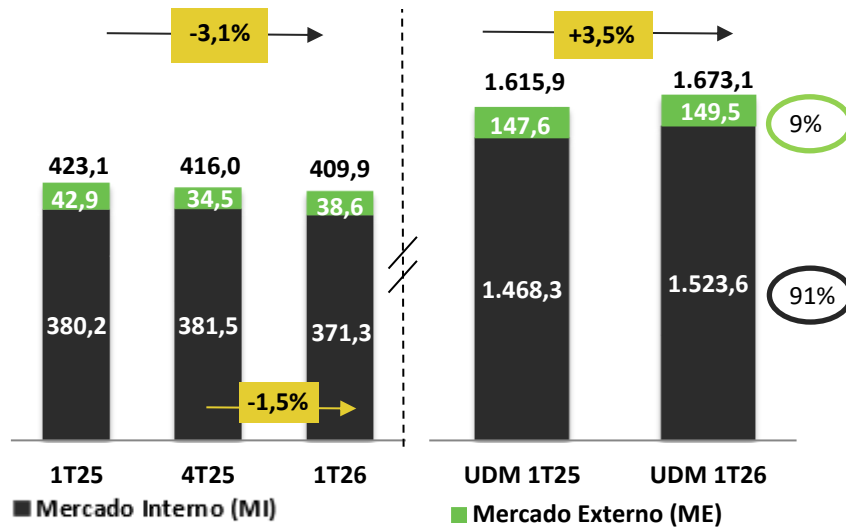
2.1 Receita Líquida de Vendas (NE 24)

Contribuição na Receita 1T26

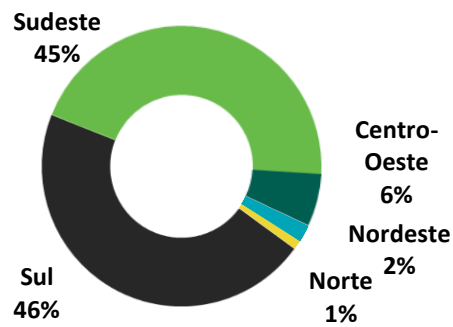


A receita líquida no 1T26 totalizou R\$ 409,8 milhões, com retração de 1,5% em relação ao 4T25 e 3,1% frente ao 1T25. A redução frente ao 1T25 reflete o menor volume de venda de papéis, devido às paradas de máquinas, ao menor dólar médio do período, afetando as exportações e ao menor volume de embalagens.

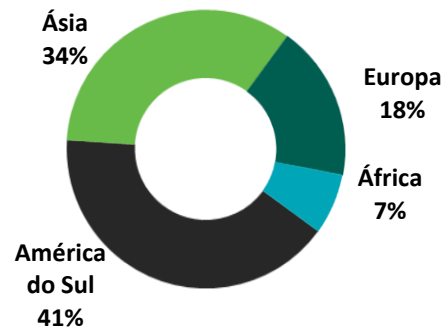
Receita Líquida total (R\$ milhões)



Receita Líquida MI por Região (1T26)

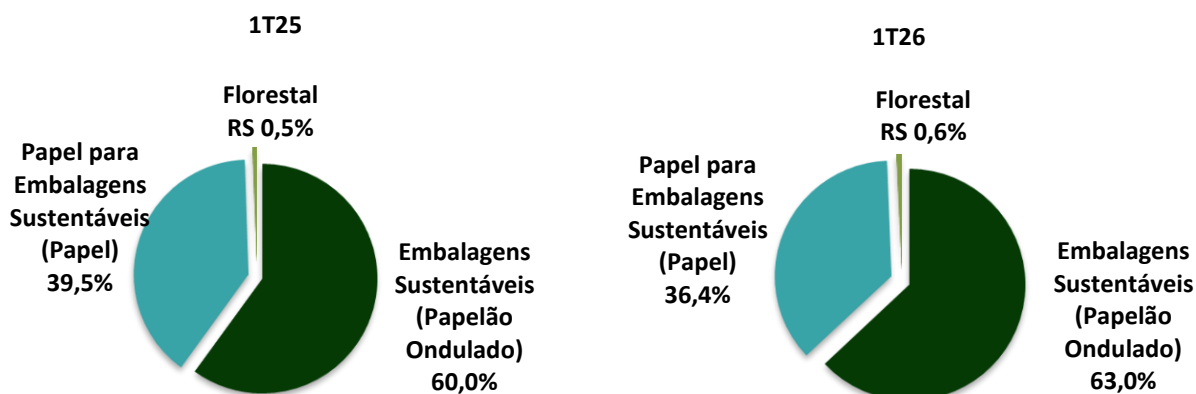


Receita Líquida ME por Região (1T26)



Nota: As receitas provenientes do mercado externo (ME) referem-se integralmente ao segmento de Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel).

Receita Líquida por Segmento



2.2 Custo dos Produtos Vendidos (NE 25)

O custo dos produtos vendidos (CPV) totalizou R\$ 291.142 mil no 1T26, aumento de 6,9% em relação ao 4T25 e de 5,9% frente ao 1T25. O aumento em ambas as bases ocorreu principalmente pela aquisição complementar de papéis rígidos no mercado para a produção de embalagens, devido a parada temporária da MP#5, e pela maior aquisição de energia de terceiros, compensado parcialmente pelo recuo no preço da aparas.

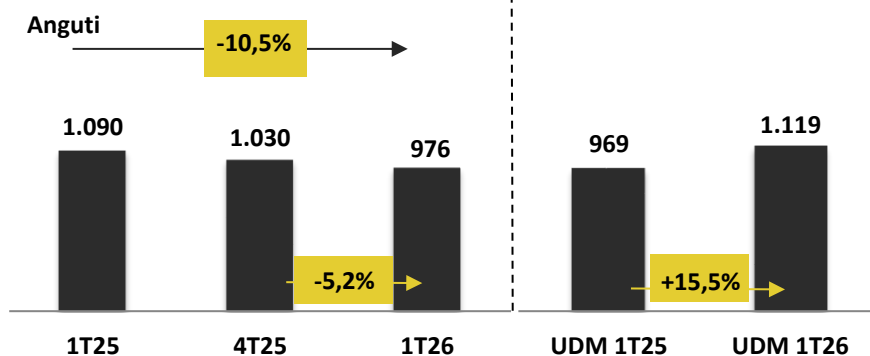
2.2.1 Aparas

No 1T26, o preço médio (FOB) recuou 5,2% em relação ao 4T25, refletindo a dinâmica do mercado diante do equilíbrio gradual entre oferta e demanda.

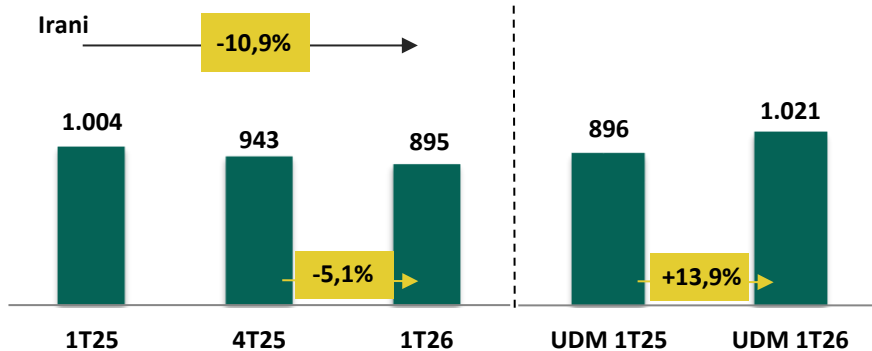
Na comparação com o 1T25, a redução de 10,5% retrata a acomodação dos preços após o movimento de elevação ocorrido no 1S25.

O preço das aparas, que vinha apresentando quedas mensais desde meados de 2025, passou a mostrar estabilidade após eventos recentes, sendo: (i) o aumento do preço do petróleo e combustíveis, que passou a pressionar os custos de transporte, e (ii) a retomada temporária da incidência do PIS e da Cofins nas vendas de aparas, que vigorou entre 11/03/2026 até 22/04/2026. Com a publicação da [Lei 15.394/2026](#) em 23/04/2026 houve a isenção da tributação do PIS e da Cofins nas vendas de aparas para empresas do Lucro Real que as utilizem no processo produtivo, como a Irani.

Evolução do Preço de Aparas (Preço Líquido R\$/t | FOB)

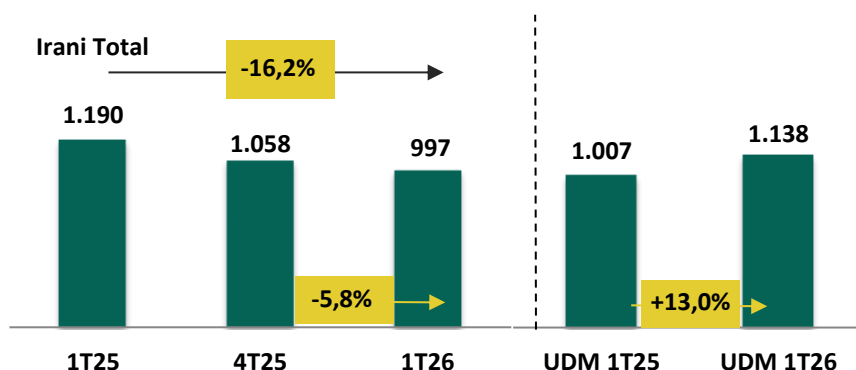


Evolução do Preço de Aparas (Preço Líquido R\$/t | FOB)



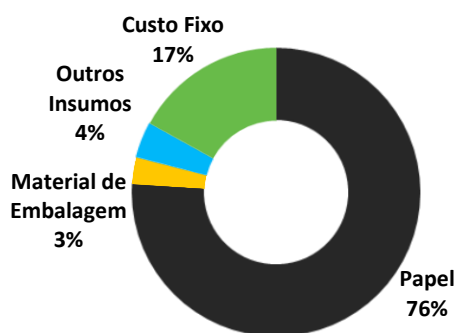
Nota metodológica: Anguti Estatística – Informativo Aparas de Papel.

Evolução do Preço de Aparas (Preço Líquido R\$/t|CIF)

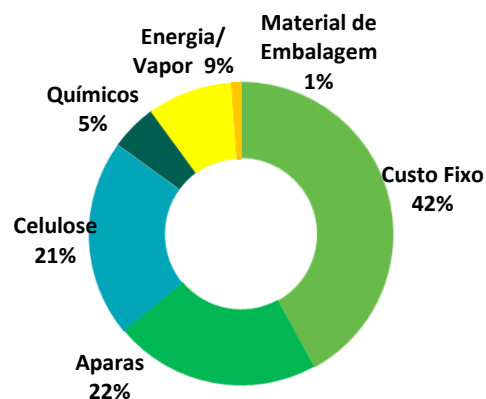


A composição do custo por segmento de atuação da Irani no 1T26 pode ser verificada nos gráficos a seguir:

Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado)

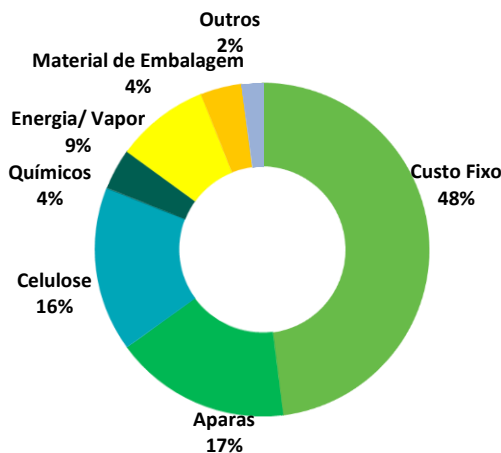


Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel)*



*a formação do custo do Segmento Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel) não considera a variação do valor justo dos ativos biológicos.

Custo Total 1T26



2.3 Despesas (NE 25)

As despesas com vendas totalizaram R\$ 32.712 mil no 1T26, aumento de 5,3% em relação ao 4T25 e redução de 5,5% frente ao 1T25. Em proporção à receita líquida, representaram 8,0% no trimestre, ante 7,5% no 4T25 e 8,2% no 1T25.

Apesar da redução em termos absolutos em relação ao 1T25, o aumento da proporção com a receita, decorre principalmente do mix de produtos e distância de clientes, além de aumentos pontuais das despesas com logística, em decorrência do maior preço dos combustíveis e fretes internacionais, fatores decorrentes do conflito no Oriente Médio.

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 30.358 mil no 1T26, redução de 7,9% em relação ao 4T25 e aumento de 5,0% frente ao 1T25. Em proporção à receita líquida, representaram 7,4% no trimestre, abaixo dos 7,9% no 4T25 e acima dos 6,8% no 1T25.

O aumento em termos absolutos frente ao 1T25 reflete repasses inflacionários nos acordos coletivos no decorrer do último ano, enquanto o aumento proporcional a receita se deve ao menor volume de vendas no trimestre e conseqüente menor receita.

3 GERAÇÃO DE CAIXA OPERACIONAL (EBITDA - EBITDA AJUSTADO (OC+OD))

Consolidado (R\$ mil)	1T26	4T25	1T25	Var. 1T26/4T25	Var. 1T26/1T25	UDM26	UDM25	Var. UDM26/UDM25
Ajustes conforme Resolução CVM 156/22								
Operação continuada e descontinuada								
Lucro Líquido	19.416	37.997	58.695	-48,9%	-66,9%	202.771	322.576	-37,1%
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	8.133	8.588	14.803	-5,3%	-45,1%	56.314	(96.437)	-158,4%
Exaustão	15.154	11.467	12.382	32,2%	22,4%	52.838	49.464	6,8%
Depreciação e Amortização	41.794	39.905	39.836	4,7%	4,9%	156.645	154.180	1,6%
Resultado Financeiro	34.896	29.509	31.736	18,3%	10,0%	136.951	113.531	20,6%
EBITDA	119.393	127.466	157.452	-6,3%	-24,2%	605.519	543.314	11,4%
Margem EBITDA	29,1%	30,6%	34,8%	-1,5p.p.	-5,7p.p.	36,0%	32,0%	+4,0p.p.
Ajustes conf Resol. CVM 156/22 - Art. 4º								
Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos ⁽¹⁾	(8.043)	(9.397)	(25.715)	14,4%	-68,7%	(99.128)	(88.679)	11,8%
Participação dos Administradores ⁽²⁾	2.157	5.729	4.619	-62,3%	-53,3%	17.124	19.855	13,8%
Eventos Não Recorrentes ⁽³⁾	-	4.200	558	-	-	(15.088)	21.106	171,5%
EBITDA Ajustado	113.507	127.998	136.914	-11,3%	-17,1%	508.427	495.596	2,6%
Margem EBITDA Ajustada	27,7%	30,8%	30,3%	-3,1p.p.	-2,6p.p.	30,2%	29,2%	+1,0p.p.

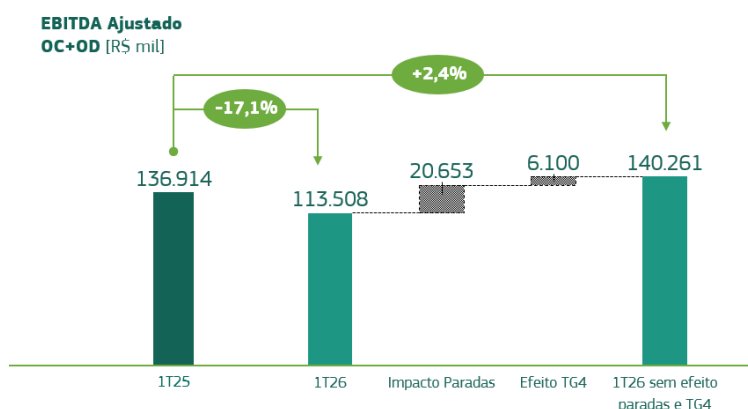
¹ Variação do valor justo dos ativos biológicos: ajuste por não representar efeito caixa.

² Participação dos administradores: ajuste por se tratar de provisão, sem efeito caixa.

³ Eventos Não Recorrentes.

O EBITDA Ajustado atingiu R\$ 113,5 milhões no 1T26, com margem de 27,7%, retração de 11,3% em relação ao 4T25, e de 17,1% frente ao 1T25.

A redução em ambas as bases foi devida aos eventos supracitados, de paradas programadas de máquinas de papel e problemas técnicos no transformador do turbo gerador 4 (TG4), com impactos respectivamente de R\$ 20,7 milhões e R\$ 6,1 milhões no EBITDA Ajustado. Sem os efeitos, haveria aumento de 2,4% no EBITDA Ajustado do 1T26 frente ao 1T25.

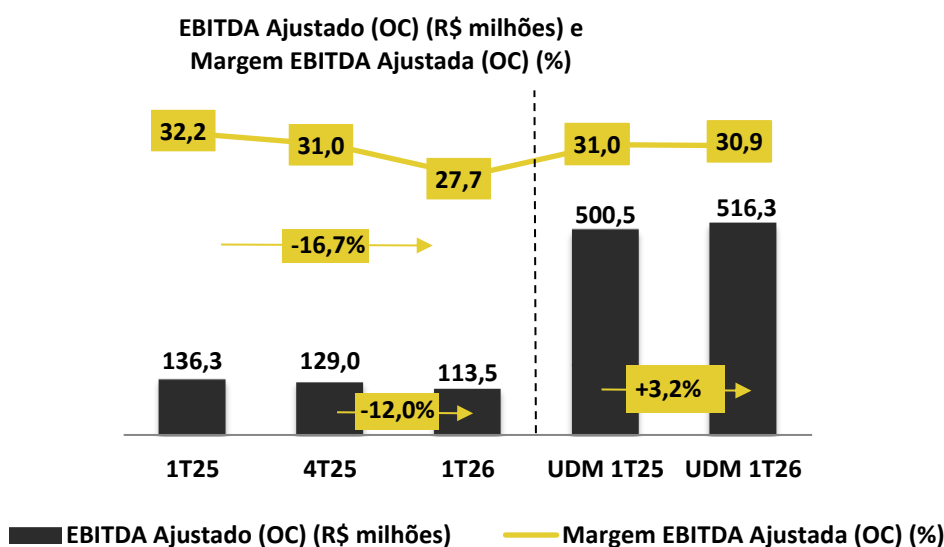


3.1 EBITDA Ajustado Operação Continuada (OC)

No 1T25, conforme [Fato Relevante publicado em 26 de março de 2025](#), a Companhia encerrou as atividades da fábrica de destilação de goma resina extraída de florestas de pinus, localizada no

município de Balneário Pinhal/RS (“Fábrica”). Com isso, ocorreu a descontinuidade desse segmento de negócio. Esse movimento reforça o posicionamento da Companhia como o único player de embalagens sustentáveis listado na bolsa de valores brasileira, a B3, e reflete seu compromisso com a otimização de suas operações, melhor rentabilização de seus ativos e maior geração de valor para os acionistas.

Dessa maneira, a Companhia passou a apresentar também o EBITDA Ajustado da Operação Continuada (OC), que reflete exclusivamente o desempenho recorrente dos negócios que permanecem no portfólio. Essa apresentação confere maior clareza e comparabilidade na análise dos resultados entre períodos.



4 RESULTADO FINANCEIRO (NE 26)

O resultado financeiro está distribuído da seguinte forma:

R\$ mil	1T26	4T25	1T25	UDM 26	UDM 25
Receitas Financeiras	32.979	34.653	26.329	133.345	105.026
Despesas Financeiras	(67.875)	(64.169)	(56.498)	(268.931)	(216.906)
Resultado Financeiro	(34.896)	(29.516)	(30.169)	(135.586)	(111.880)
Variação cambial ativa	1.707	881	2.942	6.160	12.957
Variação cambial passiva	(1.373)	(1.305)	(2.870)	(6.337)	(14.259)
Variação cambial líquida	334	(424)	72	(177)	(1.302)
Receitas Financeiras sem variação cambial	31.272	33.772	23.387	127.185	92.069
Despesas Financeiras sem variação cambial	(66.502)	(62.864)	(53.628)	(262.594)	(202.647)
Resultado Financeiro sem variação cambial	(35.230)	(29.092)	(30.241)	(135.409)	(110.578)
Juros imobilizados	(228)	(6)	-	(234)	-

Houve aumento de 18,2% no resultado financeiro negativo no 1T26 em relação ao 4T25 e aumento de 15,7% frente ao 1T25. O aumento em ambas as bases reflete a elevação nos juros futuros que impactaram a marcação a mercado dos *swaps* de troca de taxa de juros. Frente ao 1T25 também houve efeito negativo devido à maior Selic.

4.1 Câmbio

O câmbio se comportou conforme tabela a seguir:

R\$	1T26	4T25	1T25	Var. 1T26/4T25	Var. 1T26/1T25	UDM 1T26	UDM 1T25	Var. UDM26/UDM25
Dólar final	5,22	5,50	5,74	-5,09%	-9,06%	5,22	5,74	-9,06%
Dólar médio	5,26	5,40	5,85	-2,59%	-10,09%	5,44	5,61	-3,03%

Fonte: Bacen.

4.2 Endividamento (OC+OD)

(OC+OD) Consolidado (R\$ mil)	1T26	1T25
Circulante	366.871	132.931
Não circulante	1.464.418	1.627.444
Dívida bruta ¹	1.831.289	1.760.375
Circulante	20%	8%
Não circulante	80%	92%
Moeda Nacional	1.809.515	1.736.242
Moeda Estrangeira	21.774	24.133
Dívida bruta ¹	1.831.289	1.760.375
Moeda Nacional	99%	99%
Moeda Estrangeira	1%	1%
Saldo de Caixa	760.220	667.138
Dívida líquida	1.071.069	1.093.237
EBITDA Ajustado (OC+OD)	508.427	495.596
Dívida líquida/EBITDA Ajustado (OC+OD)	2,11	2,21

¹ A Dívida bruta apresentada é calculada somando os empréstimos, financiamentos (NE 17), debêntures (NE 18) e instrumentos financeiros derivativos – *swap* (NE 10). Não considera o passivo de arrendamento resultado dos efeitos do CPC06 (R2) (IFRS16 – NE 16).

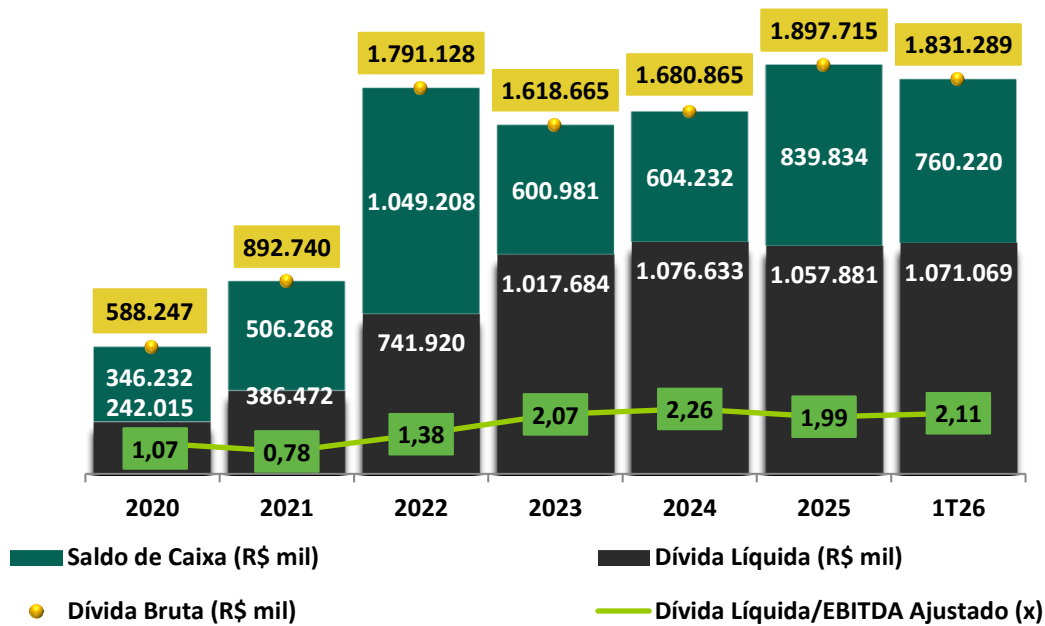
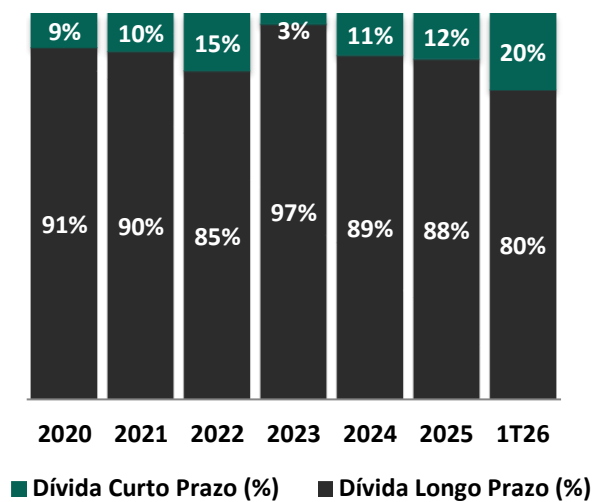
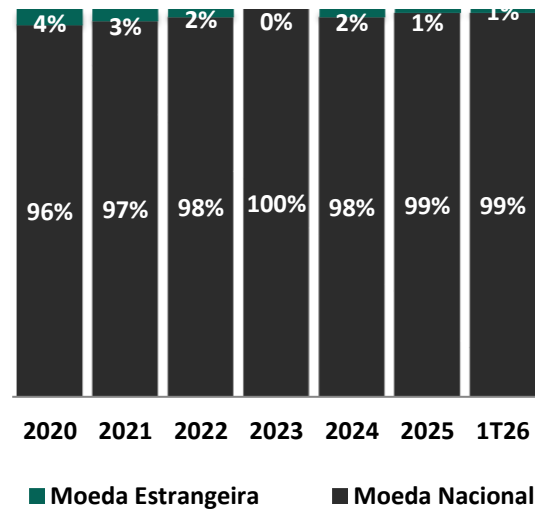
A dívida líquida apresentou redução de 2,0% no 1T26 em relação ao 1T25, refletindo a geração de fluxo de caixa livre no período.

Na mesma base comparativa, a dívida bruta apresentou aumento de 4,0%, devido principalmente às captações realizadas no ano, com destaque para a 6ª Emissão de Debêntures Verdes, no 4T25, no montante de R\$ 120.000 mil.

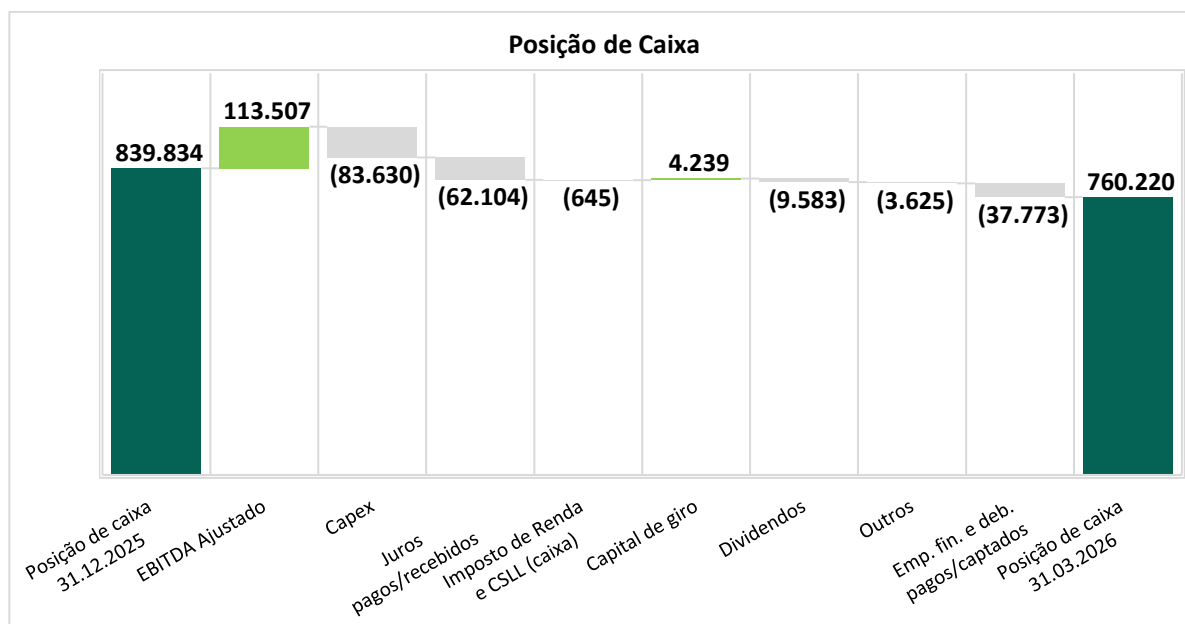
O custo médio da dívida, nos últimos 12 meses, em 31 de março de 2026, foi de 13,9% ao ano (equivalente a CDI - 0,8%), representando melhora no *spread* em relação ao CDI frente ao UDM 2025, quando foi equivalente a CDI + 0,3%. Após os efeitos do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, o custo médio da dívida foi de 9,2% ao ano. Em 31 de março de 2026 o prazo médio ponderado de vencimento da dívida era de 40,4 meses (3,4 anos), sendo que 80% da dívida possui vencimento no longo prazo e 99% era denominada em moeda local.

A relação dívida líquida/EBITDA Ajustado foi de 2,11 vezes no 1T26, contra 2,21 vezes no 1T25. A melhora foi resultado da redução da dívida líquida e da expansão do EBITDA no período. O indicador encontra-se em níveis saudáveis e em linha com os parâmetros estabelecidos na [Política de Gestão Financeira](#) da Companhia, que estabelece uma meta de 2,5x.

Considerando o passivo de arrendamento resultado dos efeitos do CPC06 (R2) (IFRS16), a dívida líquida aumenta R\$ 50.665 mil, resultando em uma relação dívida líquida/EBITDA Ajustado de 2,21x.

Endividamento e Dívida Líquida/EBITDA Ajustado

Perfil da Dívida Bruta

Composição da Dívida Bruta

5 POSIÇÃO DE CAIXA (OC+OD)

A posição de caixa da Companhia totalizou R\$ 760.220 mil em 31 de março de 2026, redução de 9,5% em relação aos R\$ 839.834 mil registrados em 31 de dezembro 2025. As principais variações do fluxo de caixa no período são apresentadas abaixo:



6 FLUXO DE CAIXA LIVRE (OC+OD)

Fluxo de Caixa Livre ⁽¹⁾	1T26	4T25	1T25	UDM26	UDM25
EBITDA Ajustado	113.507	127.998	136.914	508.427	495.596
(-) Capex	(83.630)	(64.307)	(43.661)	(293.886)	(228.369)
(-) Juros pagos/recebidos	(62.104)	12.771	(60.895)	(103.500)	(102.717)
(-) Imposto de Renda e CSLL (caixa)	(645)	(14.720)	(631)	(26.470)	(34.124)
(+/-) Capital de giro	4.239	13.955	(13.632)	139.980	51.827
(-) Dividendos + JCP	(9.583)	(10.323)	(44.777)	(134.602)	(168.516)
(-) Recompra de ações	-	-	(12.986)	(9.066)	(62.155)
(+/-) Outros	343	(475)	173	813	290
Fluxo de Caixa Livre	(37.873)	64.899	(39.495)	81.696	(48.168)
Dividendos + JCP	9.583	10.323	44.777	134.602	168.516
Recompra de ações	-	-	12.986	9.066	62.155
Plataforma Gaia	30.151	27.119	10.691	79.608	60.239
Projetos Expansão / Especiais	18.400	-	-	73.400	(0)
Fluxo de Caixa Livre ajustado⁽²⁾	20.262	102.342	28.959	378.372	242.742
FCL ajustado Yield⁽³⁾				19,8%	13,0%

⁽¹⁾ Considera operação continuada e descontinuada

⁽²⁾ Excluídos dividendos, JCP e Recompra de ações, Plataforma Gaia e Projetos Expansão / Especiais.

⁽³⁾ Yield - FCL ajustado dividido pelo valor médio de mercado nos UDM.

O Fluxo de Caixa Livre Ajustado foi positivo em R\$ 20.262 mil no 1T26, redução de 30,0% em relação ao 1T25, afetado negativamente pelo menor EBITDA Ajustado, devido às paradas de máquinas supracitadas no trimestre, e positivamente pela menor necessidade de capital de giro.

Em relação ao 4T25, houve redução de 80,2%, impactada negativamente pelo maior pagamento de juros, dada a sazonalidade do pagamento semestral da remuneração de determinadas operações financeiras.

Nos últimos 12 meses o Fluxo de Caixa Livre Ajustado foi de R\$ 378.372 mil, aumento de 55,9% em relação aos R\$ 242.742 mil dos UDM 2025. Tiveram destaque positivo (i) o maior EBITDA Ajustado, (ii) o menor *Capex* de manutenção, e (iii) o menor Capital de Giro, reflexo de maior aproveitamento de créditos tributários e do encerramento da operação do Negócio Resinas.

A Rentabilidade do Fluxo de Caixa Livre (*Free Cash Flow Yield*) foi de 18,8% nos UDM 2026, aumento de 6,8 p.p. em relação ao apurado nos UDM 2025, devido ao aumento do Fluxo de Caixa Livre Ajustado.

7 RETORNO SOBRE O CAPITAL INVESTIDO (RETURN ON INVESTED CAPITAL - ROIC) (OC+OD)

O Retorno sobre o Capital Investido (ROIC) foi de 12,3% nos últimos 12 meses, um aumento de 1,0 p.p. em relação aos UDM findos em 31 de março de 2025, devido principalmente ao maior Fluxo de Caixa Operacional. Em relação aos UDM findos de 31 de dezembro de 2025 houve redução de 1,0 p.p., devido ao menor EBITDA UDM.

O ROIC de 12,3% representa um *spread* de 3,1 p.p. sobre o custo médio da dívida pós IR/CSLL dos UDM, que foi de 9,2%.

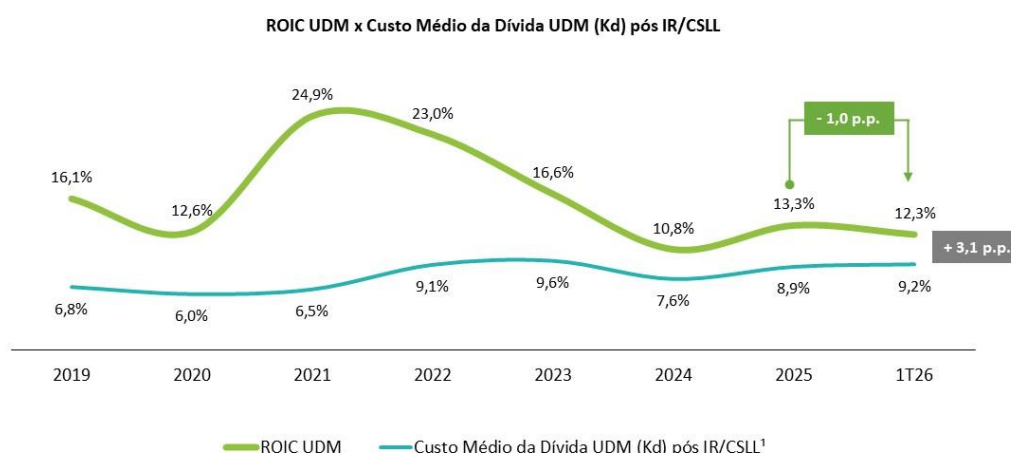
O modelo de negócio com *core business* fundamentado na tendência secular da economia circular e de baixo carbono (negócio de impacto) sustenta o ROIC em níveis diferenciados e patamares saudáveis, demonstrando o compromisso com retornos consistentes acima do WACC e a captura gradual dos retornos dos projetos da Plataforma Gaia.

ROIC (R\$ mil) - UDM ⁽¹⁾	1T26	4T25	1T25
Ativo Total	3.836.472	3.795.079	3.572.778
(-) Passivo Total (ex-dívida)	(577.629)	(568.739)	(562.323)
(-) Obras em Andamento	(175.305)	(164.255)	(171.186)
Capital Investido	3.083.539	3.062.085	2.839.269
(-) Ajuste CPC 29 ⁽²⁾	(319.442)	(306.624)	(242.135)
Capital Investido Ajustado	2.764.097	2.755.461	2.597.135
EBITDA Ajustado	508.427	531.834	495.596
(-) Capex Manutenção	(140.878)	(138.770)	(168.130)
(-) Imposto de Renda e CSLL (caixa)	(26.470)	(26.456)	(34.124)
Fluxo de Caixa Operacional Ajustado	341.079	366.608	293.342
ROIC ⁽³⁾	12,3%	13,3%	11,3%

⁽¹⁾ Média dos saldos patrimoniais dos 4 últimos trimestres (Últimos Doze Meses). Considera operação continuada e descontinuada

⁽²⁾ Diferencial do valor justo ativos biológicos menos Impostos Diferidos do Valor justo dos ativos biológicos

⁽³⁾ ROIC (Últimos Doze Meses): Fluxo de Caixa Operacional Ajustado / Capital Investido Ajustado

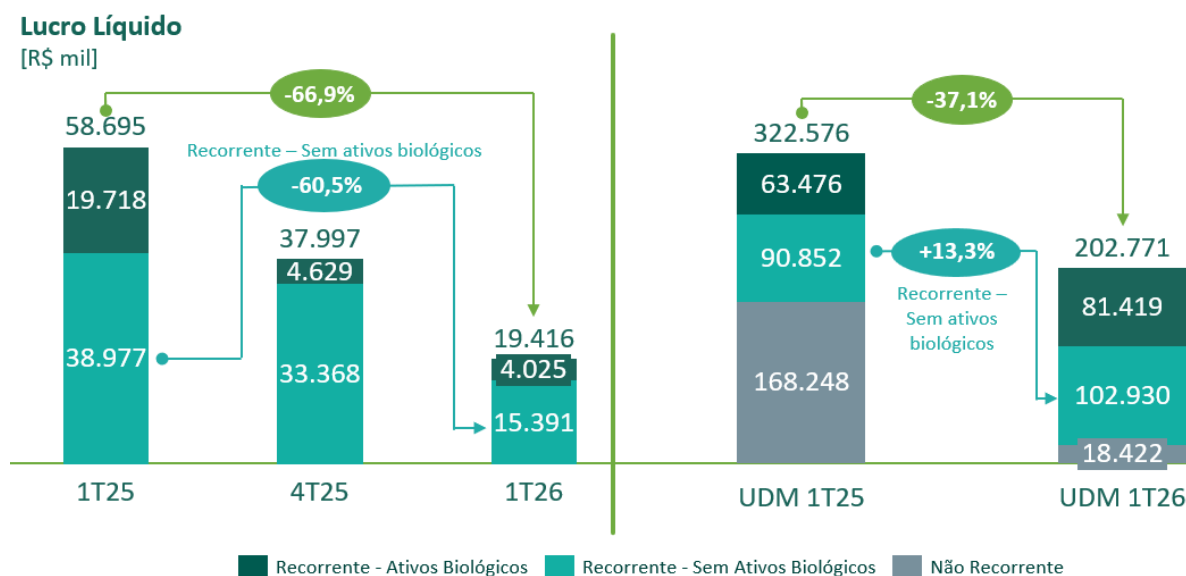


¹Custo Médio da Dívida UDM (Kd) pós IR/CSLL: Juros UDM/média dívida bruta últimos 4 trimestres deduzidos IR/CSLL de 34%. Considera os juros imobilizados referentes ao financiamento dos investimentos da Plataforma Gaia

8 LUCRO LÍQUIDO (OC+OD)

O lucro líquido foi de R\$ 19.416 mil no 1T26, redução de 50,2% em relação ao 4T25 e de 68,1% frente ao 1T25. O menor resultado reflete principalmente os efeitos das paradas programadas das máquinas de papel 05 e 01 e da Caldeira de força, conforme Comunicados ao mercado de e de [03 de março de 2026](#). As paradas impactaram temporariamente a produção de papéis, demandando a aquisição complementar de papéis rígidos no mercado para a produção de embalagens, além de reduzir o volume de vendas de papéis rígidos e flexíveis.

No acumulado dos últimos doze meses (UDM 1T26), o lucro líquido somou R\$ 202.771 mil, redução de 37,1% em relação aos UDM 1T25. O resultado reflete os efeitos não recorrentes nos períodos: nos UDM 1T25, os efeitos não recorrentes totalizaram R\$ 168.248 mil, e, nos UDM 1T26, resultaram em R\$ 18.422 mil. Considerando apenas o resultado recorrente e sem efeito de ativos biológicos, o lucro líquido dos UDM 1T26 apresentou avanço de 13,3% em relação aos UDM 1T25, resultado da evolução da performance operacional.



9 INVESTIMENTOS (NE 14 e 15)

A Companhia mantém sua estratégia de investir em modernização e automação dos seus processos produtivos. No 1T26, os investimentos totalizaram R\$ 63.914 mil, sendo direcionados principalmente para aquisição de máquinas e equipamentos, melhorias nas estruturas físicas.

R\$ mil	1T26
Equipamentos e instalações	58.962
Florestamento e reflorestamento	3.192
Intangível	1.760
Total	63.914

10 PLATAFORMA GAIA

Como destaques de **execução** do 1T26:

- No projeto **Gaia V** - Repotenciação São Luiz, estamos executando a nova linha de distribuição de energia elétrica e aguardando a fabricação das turbinas e geradores, enquanto avançamos na negociação dos pacotes de hidromecânicos, construção civil, transformadores e subestação. O planejamento da execução está em fase de detalhamento.
- Já no **Gaia X** - Nova Impressora FFG Dual Slotter, tanto a nova amarradeira para a impressora Evol quanto o pacote de melhorias no sistema intralogístico encontram-se em fase de fabricação, com previsão de startup para o 3T26.
- Por fim, no projeto **Gaia XI** – Reforma da MP#5, concluímos a parada e realizamos o *startup* da máquina com sucesso na primeira semana de março de 2026. O *ramp-up* de produção segue em evolução com expectativa de captura gradual dos retornos previstos.

Em relação ao projeto **Gaia IV** - Repotenciação Cristo Rei, continuamos em revisão do projeto, orçamento e cronograma, com base nas deliberações do órgão ambiental estadual para obter as licenças ambientais necessárias.

Nos demais projetos (**Gaia I, VI e VIII e IX**) estamos capturando os retornos dos investimentos e monitorando e coletando dados para consolidar as análises de retorno.

Cronograma

PLATAFORMA GAIA	Unidade	Execução Física	2023		2024		2025		2026		2027		2028	
			1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem
Gaia I – Expansão da Recuperação de Químicos e Utilidades	Papel SC	100%												
Gaia II – Expansão Embalagem SC	Embalagem SC	100%												
Gaia III – Reforma MP#2	Papel SC	100%												
Gaia IV – Repotenciação Cristo Rei	Papel SC	-												
Gaia V – Repotenciação São Luiz	Papel SC	20%												
Gaia VI – Sistema de Gerenciamento de Informações de Processo - PIMS	Papel SC	100%												
Gaia VII – Ampliação ETE, Fase 1	Papel SC	100%												
Gaia VIII – Nova Impressora Corte e Vinco	Embalagem SP	100%												
Gaia IX – Automação do Estoque Intermediário	Embalagem SP	100%												
Gaia X – Nova Impressora FFG Dual Slotter	Embalagem SC	73%												
Gaia XI – Reforma MP#5	Papel SC	90%												

HOJE

PLATAFORMA GAIA	Unidade	Investimento Estimado (Bruto)	Investimento Estimado (Líquido)	Investimento Realizado 1T26	Investimento Acumulado até 31/03/26
Gaia I – Expansão da Recuperação de Químicos e Utilidades	Papel SC	682.023	594.539	-	658.621
Gaia II – Expansão Embalagem SC	Embalagem SC	150.433	118.189	-	131.249
Gaia III – Reforma MP#2	Papel SC	66.844	53.293	-	59.806
Gaia IV – Repotenciação Cristo Rei	Papel SC	-	-	-	-
Gaia V – Repotenciação São Luiz	Papel SC	125.881	112.663	7.128	12.854
Gaia VI – Sistema de Ger. de Informações de Processo - PIMS	Papel SC	18.400	15.304	-	15.051
Gaia VII – Ampliação ETE, Fase 1	Papel SC	49.597	45.159	-	46.593
Gaia VIII – Nova Impressora Corte e Vinco	Embalagem SP	21.318	15.034	-	15.576
Gaia IX – Automação do Estoque Intermediário	Embalagem SP	42.860	29.897	-	37.764
Gaia X – Nova Impressora FFG Dual Slotter	Embalagem SC	55.820	44.964	281	45.968
Gaia XI – Reforma MP#5	Papel SC	89.668	84.345	22.742	71.328
Total		1.302.844	1.113.387	30.151	1.094.810

11 MERCADO DE CAPITAIS

11.1 Rating de Crédito

A tabela a seguir apresenta os *ratings* de crédito vigentes da Companhia:

Tipo	Agência	Rating	Última atualização/ atribuição
Emissor de longo prazo	S&P Global Ratings	brAA	24/02/2025
Emissor	Moody's	AA.br	08/08/2025
4ª Emissão de Debêntures Verdes	S&P Global Ratings	brAA+	24/02/2025
5ª Emissão de Debêntures Verdes (CRAs da 194ª Emissão da Eco Securitizadora)	S&P Global Ratings	brAA (sf)	06/01/2026
6ª Emissão de Debêntures Verdes	Moody's	AA.br	17/10/2025

Atualizações/atribuições no 1T26:

- Em [06 de janeiro de 2026](#), a S&P Global *Ratings* efetuou o monitoramento trimestral dos *ratings* das 1ª e 2ª Séries dos CRAs da 194ª Emissão da Eco Securitizadora vinculados e lastreados pela 5ª Emissão Privada de Debêntures Verdes da Irani. Foi mantido o *rating* 'brAA (sf)', [atribuído em 26 de setembro de 2022](#).

11.2 Debêntures Verdes (NE 18)

A Companhia possui 3 emissões de debêntures verdes. A 4ª Emissão foi realizada em 2021, no montante de R\$ 60.000 mil, com custo de IPCA + 5,50% a.a., e teve sua remuneração alterada para CDI + 0,71% via instrumento derivativo (*swap*). A 5ª Emissão foi realizada em 2022, em duas Séries, no montante total de R\$ 720.000 mil, com custo de CDI + 1,40% e CDI + 1,75% a.a., sendo lastro para emissão e distribuição pública de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs). A 6ª Emissão foi realizada em outubro de 2025, no montante de R\$ 120.000 mil, prazo total de 15 anos, custo de IPCA + 6,6522% a.a., e teve sua remuneração alterada para CDI - 1,13% a.a. via instrumento derivativo (*swap*).

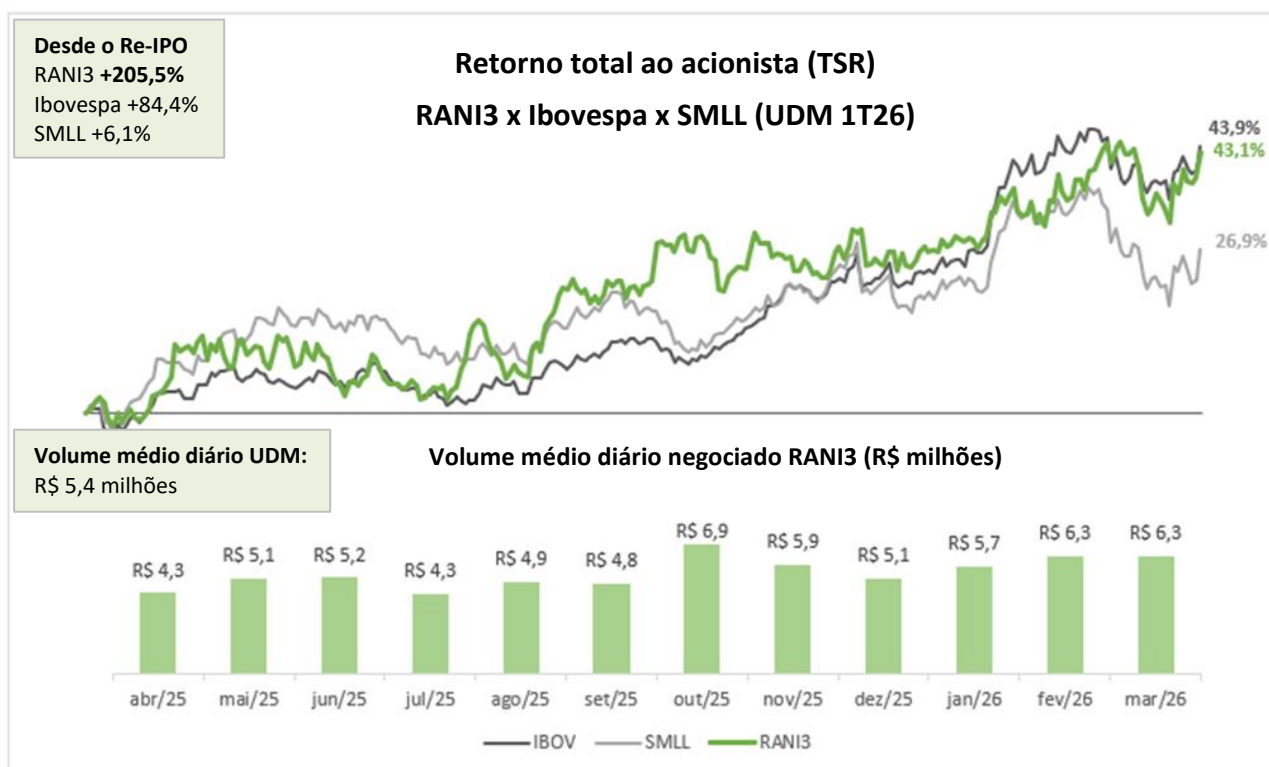
Mais informações sobre as emissões disponíveis em <https://ri.irani.com.br/dividas/>.

11.3 Capital Social (NE 22 a)

A Companhia está listada no segmento especial da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), denominado Novo Mercado, mais elevado nível de governança corporativa da B3.

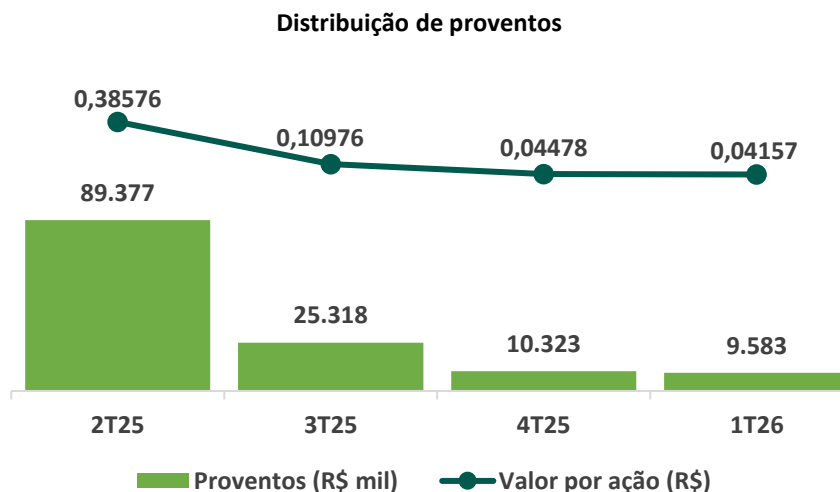
Todas as ações possuem direito a voto e *tag along* de 100%. Ao final do 1T26, as ações ordinárias eram negociadas a R\$ 9,77, o que implica um valor de mercado de R\$ 2.251.997 mil, considerando 230.501.219 ações ordinárias. Na mesma data, as ações da Companhia integravam os índices IGC-NM, IGCX, ITAG, IMAT, IBRA, SMLL, IGCT, INDX, IAGRO, IDIV, ISE e ICO2 da B3.

A performance e o volume de negociação da ação da Companhia no acumulado dos últimos 12 meses, em comparação com o índice Ibovespa (principal indicador de desempenho das ações negociadas na B3) e com o SMLL (indicador do desempenho de empresas de menor capitalização da B3, o qual a Irani faz parte da carteira teórica), podem ser observados no gráfico a seguir:



11.4 Proventos (NE 22 b)

Os proventos distribuídos pela Companhia nos últimos 12 meses podem ser observados no gráfico a seguir:



O total de dividendos pagos nos últimos 12 meses foi de R\$ 0,58188 por ação, totalizando um montante de R\$ 134.601 mil, e equivalente a um *dividend yield* anual de 8,1%, considerando a cotação da ação em 31 de março de 2025, de R\$ 7,21. Desde o Re-IPO realizado em julho de 2020, a Companhia já distribuiu R\$ 774.089 mil em dividendos (R\$ 3,20 por ação ON), o que representa um *yield* acumulado de 71,1%, tomando como referência o preço de R\$ 4,50 por ação no Re-IPO.

De acordo com a [Política de Distribuição de Proventos](#), os dividendos intercalares referentes ao 1T26 a serem aprovados pelo Conselho de Administração serão de R\$ 5.170 mil, o que corresponde a R\$ 0,022431061 por ação. (NE 22 d).

Em Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, na data de 24 de abril de 2026, foram aprovados dividendos adicionais referente ao exercício de 2025, no valor total de R\$ 59.724 mil, sendo o dividendo por ação o valor de R\$ 0,259103. Desta forma, considerando as distribuições trimestrais já realizadas e os dividendos adicionais, o *payout* de 2025 foi de 50% do lucro líquido, conforme determinado pela Política.

Eventual execução do [Programa de Recompra em aberto](#) poderá alterar o número de ações em circulação e, conseqüentemente, os valores dos dividendos por ação.



Irani Papel e Embalagem S.A.

**Demonstrações financeiras intermediárias
individuais e consolidadas em
31 de março de 2026
e relatório de revisão**



Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Irani Papel e Embalagem S.A.

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Irani Papel e Embalagem S.A. ("Companhia"), em 31 de março de 2026, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, bem como o balanço patrimonial consolidado da Companhia e suas controladas ("Consolidado") em 31 de março de 2026, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de



Irani Papel e Embalagem S.A.

março de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o período de três meses findo nessa data, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações financeiras intermediárias acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três findo em 31 de março de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as demonstrações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 29 de abril de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

Rafael Biedermann Mariante
Contador CRC 1SP243373/O-0

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS (Em milhares de reais)	3
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (Em milhares de reais)	5
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE (Em milhares de reais)	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais).....	7
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Em milhares de reais).....	8
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (Em milhares de reais).....	9
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	10
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	11
3. PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS	12
4. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	12
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	13
6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES.....	13
7. ESTOQUES.....	15
8. TRIBUTOS A RECUPERAR E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR.....	15
9. OUTROS ATIVOS.....	16
10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS – SWAP.....	17
11. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS.....	19
12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS E CORRENTES.....	20
13. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E OUTROS INVESTIMENTOS.....	23
14. ATIVO BIOLÓGICO	25
15. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	29
16. ATIVO DE DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO.....	34
17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	36
18. DEBÊNTURES.....	37
19. FORNECEDORES	40
20. PARTES RELACIONADAS	40
21. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS	42
22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	46
23. RESULTADO POR AÇÃO	48
24. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	48
25. CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS POR NATUREZA.....	49
26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	50
27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	50
28. SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	58
29. SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL	60
30. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA.....	61
DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	62
DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES	63

BALANÇOS PATRIMONIAIS (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.03.26	31.12.25	31.03.26	31.12.25
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	745.985	825.161	760.220	839.834
Contas a receber de clientes	6	288.425	283.310	290.863	286.247
Estoques	7	113.704	136.900	114.341	137.325
Tributos a recuperar	8.a	44.955	49.619	45.297	49.955
IRPJ e CSLL a recuperar	8.b	54.515	70.501	54.515	70.501
Outros ativos	9	11.677	10.436	11.862	10.637
Instrumentos financeiros derivativos - swap	10	2.912	2.264	2.912	2.264
Total do ativo circulante		1.262.173	1.378.191	1.280.010	1.396.763
NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber de clientes	6	15	19	15	19
Tributos a recuperar	8.a	17.360	16.730	17.360	16.730
Outros ativos	9	7.036	6.889	7.246	7.287
Instrumentos financeiros derivativos - swap	10	8.501	9.732	8.501	9.732
Outros investimentos	13.b	-	-	7.327	7.327
Total do ativo realizável a longo prazo		32.912	33.370	40.449	41.095
Investimentos em controladas	13.a	401.090	399.151	-	-
Propriedade para investimento		1.459	1.459	1.459	1.459
Ativo biológico	14	308.442	298.742	637.787	641.706
Imobilizado	15.a	1.680.095	1.659.269	1.701.279	1.680.554
Intangível	15.b	135.499	135.903	135.499	135.903
Direito de uso de ativos	16	50.665	52.206	50.665	52.206
Total do ativo não circulante		2.610.162	2.580.100	2.567.138	2.552.923
TOTAL DO ATIVO		3.872.335	3.958.291	3.847.148	3.949.686

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.03.26	31.12.25	31.03.26	31.12.25
CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	17	336.370	172.614	336.370	172.614
Debêntures	18	33.413	60.952	33.413	60.952
Passivo de arrendamento	16	5.125	5.519	5.125	5.519
Fornecedores	19	156.994	170.131	118.325	150.205
Obrigações sociais e previdenciárias		44.418	61.314	44.716	61.620
Obrigações tributárias		20.052	21.073	20.493	21.443
IRPJ e CSLL a pagar		-	-	755	634
Parcelamentos tributários		769	1.049	769	1.049
Adiantamento de clientes		2.405	2.051	2.496	2.053
Dividendos a pagar		1.571	11.190	1.571	11.190
Outras contas a pagar		20.809	16.205	21.060	16.366
Total do passivo circulante		621.926	522.098	585.093	503.645
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	17	580.697	787.967	580.697	787.967
Debêntures	18	892.222	888.178	892.222	888.178
Passivo de arrendamento	16	45.540	46.687	45.540	46.687
Obrigações sociais e previdenciárias		13.512	19.991	13.512	19.991
Outras contas a pagar		729	1.022	729	1.022
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	21	27.823	27.410	28.342	28.431
Parcelamentos tributários		1.457	1.524	1.457	1.524
Obrigações tributárias		294	282	294	282
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	216.785	211.198	227.912	220.025
Total do passivo não circulante		1.779.059	1.984.259	1.790.705	1.994.107
TOTAL DO PASSIVO		2.400.985	2.506.357	2.375.798	2.497.752
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	22.a	623.934	623.934	623.934	623.934
Reserva de capital		960	960	960	960
Reservas de lucros	22.d	717.121	717.121	717.121	717.121
Ajustes de avaliação patrimonial	22.e	107.682	109.919	107.682	109.919
Lucros acumulados		21.653	-	21.653	-
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		1.471.350	1.451.934	1.471.350	1.451.934
Total do patrimônio líquido		1.471.350	1.451.934	1.471.350	1.451.934
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.872.335	3.958.291	3.847.148	3.949.686

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.03.26	31.03.25	31.03.26	31.03.25
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	24	407.189	421.149	409.845	423.078
Variação do valor justo dos ativos biológicos	14 e 25	8.123	16.831	8.043	25.715
Custo dos produtos vendidos	25	(292.578)	(275.299)	(291.142)	(274.878)
LUCRO BRUTO		122.734	162.681	126.746	173.915
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Com vendas	25	(32.443)	(33.862)	(32.712)	(34.617)
Reversão (Perdas) por <i>impairment</i> contas a receber		(46)	70	(46)	70
Gerais e administrativas	25	(30.021)	(28.530)	(30.358)	(28.909)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	431	(548)	972	(65)
Participação dos administradores	20	(2.157)	(4.619)	(2.157)	(4.619)
Resultado da equivalência patrimonial	13	1.939	10.645	-	-
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		60.437	105.837	62.445	105.775
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	26	(35.434)	(30.932)	(34.896)	(30.169)
Receitas financeiras		32.400	25.558	32.979	26.329
Despesas financeiras		(67.834)	(56.490)	(67.875)	(56.498)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS		25.003	74.905	27.549	75.606
Imposto de renda e contribuição social corrente	12	-	(3.882)	(246)	(4.327)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	(5.587)	(10.220)	(7.887)	(10.476)
LUCRO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS		19.416	60.803	19.416	60.803
Operações descontinuadas (PREJUÍZO) DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	11	-	(2.108)	-	(2.108)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		19.416	58.695	19.416	58.695
Lucro atribuível a acionistas controladores					
Acionistas controladores		19.416	58.695	19.416	58.695
		19.416	58.695	19.416	58.695
LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ON - R\$					
De operações continuadas	23	0,0842	0,2616	0,0842	0,2616
De operações descontinuadas	23	-	(0,0091)	-	(0,0091)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.03.26	31.03.25	31.03.26	31.03.25
Lucro líquido do período	19.416	58.695	19.416	58.695
Outros resultados abrangentes				
Realização - custo atribuído	3.254	3.254	3.254	3.254
IR e CSLL sobre realização - custo atribuído	(1.106)	(1.106)	(1.106)	(1.106)
Reserva de lucros realizada - ativos biológicos	135	135	135	135
IR e CSLL reserva de lucros realizada - ativos biológicos	(46)	(46)	(46)	(46)
Total do resultado abrangente do período	21.653	60.932	21.653	60.932
Atribuível a acionistas controladores	21.653	60.932	21.653	60.932
Total do resultado abrangente do período	21.653	60.932	21.653	60.932
Total do resultado abrangente atribuível a acionistas controladores proveniente de:				
De operações continuadas	21.653	63.040	21.653	63.040
De operações descontinuadas	-	(2.108)	-	(2.108)
	21.653	60.932	21.653	60.932

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social			Reserva de capital	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total	
		Capital social	Custos na emissão de ações	Ações em tesouraria	Pagamento baseado em ações	Legal	Estatutária de ativos biológicos	Retenção de lucros				Reserva de incentivos fiscais
SALDO EM 01 DE JANEIRO DE 2025		566.895	(22.961)	(49.169)	960	72.112	-	674.843	4.990	118.868	-	1.366.538
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	242.050	242.050
Realização - custo atribuído	22.e	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.949)	8.949	-
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	(8.949)	250.999	242.050
Aumento de capital	22.a	80.000	-	-	-	-	-	(80.000)	-	-	-	-
Ações em tesouraria	22.c	-	-	49.169	-	-	-	(71.221)	-	-	-	(22.052)
Destinações propostas												
Reserva legal	22.d	-	-	-	-	12.103	-	-	-	-	(12.103)	-
Dividendos	22.b	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(59.724)	(59.724)
Dividendos adicionais propostos	22.b	-	-	-	-	-	-	(15.154)	-	-	(59.724)	(74.878)
Reserva de retenção de lucros	22.d	-	-	-	-	-	-	119.448	-	-	(119.448)	-
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		80.000	-	49.169	-	12.103	-	(46.927)	-	-	(250.999)	(156.654)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		646.895	(22.961)	-	960	84.215	-	627.916	4.990	109.919	-	1.451.934
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	-	-	19.416	19.416
Realização - custo atribuído	22.e	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.237)	2.237	-
Total do resultado abrangente do período		-	-	-	-	-	-	-	-	(2.237)	21.653	19.416
SALDO EM 31 DE MARÇO DE 2026		646.895	(22.961)	-	960	84.215	-	627.916	4.990	107.682	21.653	1.471.350

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.03.26	31.03.25	31.03.26	31.03.25
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Caixa gerado nas operações					
Lucros antes do imposto de renda e contribuição social (LAIR) das operações continuadas e descontinuadas					
		25.003	72.797	27.549	73.498
Itens que não afetam o caixa:					
Variação do valor justo dos ativos biológicos	14.a	(8.123)	(16.831)	(8.043)	(25.715)
Depreciação, amortização e exaustão	14,15 e 16	42.662	48.162	56.948	52.218
Resultado na venda de ativos		(68)	(66)	(68)	(66)
Equivalência patrimonial	13	(1.939)	(10.645)	-	-
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	21	718	536	228	445
Provisão/Reversão para <i>impairment</i> de contas a receber de clientes	6	36	(80)	36	(80)
Variações monetárias e encargos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e <i>swap</i>		60.777	49.350	60.777	49.350
Juros sobre passivos de arrendamento		1.528	476	1.528	476
Juros sobre aplicações financeiras		-	(245)	-	(245)
Participação dos administradores	20	-	(6.739)	-	(6.739)
Crédito de PIS e COFINS sobre aquisições de aparas	8.a	-	(1.390)	-	(1.390)
Crédito de IPI sobre fretes "CIF" das operações de vendas, seguro e demais despesas acessórias	8.a	(562)	-	(562)	-
Fluxo de caixa das atividades operacionais antes das variações de ativos e passivos		120.032	135.325	138.393	141.752
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber		(5.147)	(31.795)	(4.648)	(31.798)
Estoques		23.196	12.938	22.984	13.487
Impostos a recuperar		20.582	31.180	20.576	31.174
Outros ativos		(1.388)	2.127	(1.184)	2.111
Fornecedores		6.687	8.944	(12.164)	1.429
Obrigações sociais e previdenciárias		(23.375)	(16.154)	(23.383)	(16.196)
Adiantamentos de clientes		354	(1.181)	443	(1.180)
Obrigações tributárias		(1.356)	2.248	(765)	2.502
Outras contas a pagar		3.970	(5.788)	4.048	(5.837)
Variações nos ativos e passivos		23.523	2.519	5.907	(4.308)
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e <i>swap</i>		(89.430)	(79.771)	(89.430)	(79.771)
Pagamento de juros sobre passivos de arrendamento		(1.528)	(476)	(1.528)	(476)
Impostos pagos (IR e CSLL)		-	(186)	(645)	(631)
Caixa líquido obtido das atividades operacionais		52.597	57.411	52.697	56.566
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicações financeiras		-	(25.000)	-	(25.000)
Resgate de aplicações financeiras		-	25.245	-	25.245
Aquisição de imobilizado		(79.683)	(34.212)	(79.695)	(34.244)
Aquisição de ativo biológico		(1.649)	(4.311)	(2.175)	(4.797)
Aquisição de intangível		(1.760)	(4.620)	(1.760)	(4.620)
Recebimento na venda de ativos		343	173	343	173
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(82.749)	(42.725)	(83.287)	(43.243)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Pagamento de dividendos		(9.583)	(44.777)	(9.583)	(44.777)
Passivos de arrendamento pagos		(1.668)	(2.585)	(1.668)	(2.585)
Empréstimos, financiamentos e debêntures captados		-	150.000	-	150.000
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagos		(37.773)	(40.069)	(37.773)	(40.069)
Recuperação de ações		-	(12.986)	-	(12.986)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(49.024)	49.583	(49.024)	49.583
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO PERÍODO		(79.176)	64.269	(79.614)	62.906
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	5	825.161	577.119	839.834	604.232
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	5	745.985	641.388	760.220	667.138

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.03.26	31.03.25	31.03.26	31.03.25
1. RECEITAS	585.944	614.959	589.409	626.452
1.1) Vendas de produtos	521.888	574.492	524.883	576.557
1.2) Outras receitas	12.013	20.860	12.477	30.251
1.3) Provisão (Reversão) para devedores duvidosos - constituição	(36)	80	(36)	80
1.4) Receitas relativas à construção de ativos próprios	52.079	19.527	52.085	19.564
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	346.831	336.604	331.495	329.558
2.1) Custo dos produtos vendidos	208.780	226.237	193.079	217.828
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	138.051	110.367	138.416	111.730
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	239.113	278.355	257.914	296.894
4. DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	42.662	48.162	56.948	52.218
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	196.451	230.193	200.966	244.676
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	34.339	38.515	32.979	28.641
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	1.939	10.645	-	-
6.2) Receitas financeiras	32.400	27.870	32.979	28.641
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	230.790	268.708	233.945	273.317
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	230.790	268.708	233.945	273.317
8.1) Pessoal	67.795	64.697	68.593	67.792
8.1.1 - Remuneração direta	50.865	47.738	51.320	49.387
8.1.2 - Benefícios	14.074	14.305	14.390	15.661
8.1.3 - F.G.T.S.	2.856	2.654	2.883	2.744
8.2) Impostos, taxas e contribuições	69.675	76.704	71.937	78.161
8.2.1 - Federais	42.854	48.560	45.086	49.989
8.2.2 - Estaduais	25.578	27.315	25.578	27.315
8.2.3 - Municipais	1.243	829	1.273	857
8.3) Remuneração de capital de terceiros	69.510	61.756	69.605	61.813
8.3.1 - Juros	67.834	60.369	67.875	60.377
8.3.2 - Aluguéis	1.676	1.387	1.730	1.436
8.4) Remuneração de capitais próprios	21.653	60.932	21.653	60.932
8.4.1 - Lucros do período retidos	21.653	60.932	21.653	60.932
8.5) Outros	2.157	4.619	2.157	4.619
8.5.1 - Participação dos administradores	2.157	4.619	2.157	4.619

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Irani Papel e Embalagem S.A. – CNPJ 92.791.243/0001-03**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificamente indicado).****1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A [Irani Papel e Embalagem S.A.](#) (“Companhia”), é uma companhia aberta domiciliada no Brasil, listada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, segmento Novo Mercado, e com sede na Avenida Carlos Gomes, nº 400, salas 502/503, Edifício João Benjamin Zaffari, Bairro Boa Vista, município de Porto Alegre (RS). A Companhia e suas controladas têm como atividades preponderantes aquelas relacionadas à indústria de embalagens sustentáveis, tais como papelão ondulado e papel para embalagens. Atua no segmento de florestamento e reflorestamento e utiliza como base de toda sua produção a cadeia produtiva das florestas plantadas (recurso natural renovável) e a reciclagem de papel.

As controladas diretas estão relacionadas na nota explicativa nº 4.

Sua controladora direta é a Irani Participações S.A., sociedade anônima brasileira de capital fechado. Sua controladora final é a empresa D.P. Representações e Participações Ltda., ambas empresas do Grupo Habitasul.

Reforma tributária

A Reforma Tributária sobre consumo estabelecida pela Emenda Constitucional nº 132, instituiu o modelo baseado num IVA (“IVA dual”) sendo: i) CBS – Contribuição sobre Bens e Serviços que substituirá o PIS e a COFINS; ii) IBS – Imposto sobre Bens e Serviços que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um IS - Imposto Seletivo de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em janeiro de 2025 foi sancionado Projeto de Lei Complementar (“PLP”) 68/24, convertido na Lei Complementar 214/25, que regulamentou parte da Reforma Tributária. Os efeitos da Reforma Tributária serão plenamente conhecidos quando finalizadas as regulamentações dos temas pendentes via Lei Complementar.

Durante os anos de 2026 a 2032 haverá o período de transição em que os dois sistemas tributários, antigo e novo, serão utilizados em paralelo, com efeitos concretos a partir de 2027. O ano de 2026 será importante para a preparação da Companhia a este cenário de transição, que perdurará até 2032.

Não há qualquer efeito da Reforma Tributária no patrimônio líquido e no resultado no período de três meses findo em 31 de março de 2026 e do exercício de 2025.

Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas

As questões relacionadas às mudanças climáticas fazem parte da Política e dos Compromissos de Sustentabilidade na Irani, guiando nossas ações e metas rumo a um desenvolvimento cada vez mais sustentável. Nesse processo, aprofundamos as discussões sobre o tema e seus impactos nas operações, o que resultou na inclusão de dois novos compromissos na Política de Sustentabilidade: *“Usar os recursos de forma sustentável, preservando o meio ambiente, reduzindo os impactos ambientais e promovendo a economia circular e de baixo carbono”* e *“Atuar de forma proativa frente às mudanças climáticas, reduzindo emissões de Gases de Efeito Estufa e outros mecanismos regulados e voluntários de mercado de carbono, fortalecendo a resiliência dos negócios e contribuindo para o alcance de descarbonização”*. Com relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU — mantemos cinco das nossas principais metas sustentáveis até 2030, conectadas as mudanças climáticas, que são:

1. ODS 06 - Reduzir 30% do uso específico de água;
2. ODS 07 - 100% de energia renovável em todos os negócios;
3. ODS 07 - Ser autossuficiente em geração de energia renovável;
4. ODS 12 - Zerar envio de resíduos não perigosos para aterro;
5. ODS 13 - Aumentar em 20% o balanço positivo para o clima entre emissões e remoções (compromisso atingido em 2024: 28% e 2025: 23,8%).

Neste contexto, considerando as ações, adequações e investimentos necessários, [a Companhia aprovou em reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de setembro de 2025](#), a proposta de investimento do Projeto Gaia V – Repotenciação São Luiz, com investimento de R\$ 125.900 e prazo de execução de 2 anos, contribuindo diretamente para a Meta do ODS 07 - Ser autossuficiente em geração de energia renovável. Em 17 de outubro de 2025, a Companhia aprovou em reunião do Conselho de Administração o financiamento do projeto, por meio da captação de recursos no montante de R\$ 120.000, através de emissão de “Debêntures Verdes”, que serão utilizados integralmente neste projeto, conforme nota explicativa nº 18 item c.

Neste período de três meses findo em 31 de março de 2026, a Companhia considerou os efeitos possíveis de mudanças climáticas em seus julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas (nota explicativa nº 3 item b) e não identificou perdas por *impairment* nos ativos ou necessidade de provisões contábeis para os passivos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, estão de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) Demonstrações Intermediárias e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As operações da Companhia não apresentam características cíclicas ou sazonais que poderiam afetar a comparabilidade e interpretação dessas demonstrações financeiras intermediárias.

A emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia foi autorizada pela Administração em 29 de abril de 2026.

Essas demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto os ativos biológicos mensurados pelos seus valores justos menos as despesas para vender, conforme descrito na nota explicativa nº 14, instrumentos financeiros derivativos – *swap* e instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas notas explicativas nº 10 e nº 27, respectivamente.

3. PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas na elaboração destas demonstrações financeiras intermediárias do período de três meses findo em 31 de março de 2026 estão consistentes com aquelas aplicadas na elaboração das últimas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2025.

4. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas abrangem a Irani Papel e Embalagem S.A. e suas controladas conforme segue:

Participação no capital social - (%)					
Empresas controladas - participação direta		Atividade	Segmento	31.03.26	31.12.25
Habitasul Florestal S.A.		Produção florestal	Florestal RS	100,00	100,00
Iraflor - Comércio de Madeiras LTDA.		Comércio de madeiras	Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel)	100,00	100,00
Irani Ventures LTDA.		Participação em outras sociedades ou empreendimentos	Corporativo/eliminações	100,00	100,00

As práticas contábeis adotadas pelas empresas controladas são consistentes com as práticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas foram eliminados os investimentos das empresas controladas, os resultados das equivalências patrimoniais, bem como os saldos das operações realizadas e lucros e/ou prejuízos não realizados entre as empresas. As informações contábeis das controladas utilizadas para consolidação têm a mesma data-base da controladora.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras são representados conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.26	31.12.25	31.03.26	31.12.25
Bancos	2.442	2.914	2.458	2.971
Aplicações financeiras de liquidez imediata i)	743.543	822.247	757.762	836.863
Total de caixa e equivalentes de caixa	745.985	825.161	760.220	839.834

i) As aplicações financeiras de liquidez imediata têm a finalidade de atender a necessidade de caixa imediata da Companhia.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são remuneradas com renda fixa, à taxa média de 102,1% do CDI (102,4% em 31 de dezembro de 2025). A gestão do caixa é realizada de acordo com a Política de Gestão Financeira da Companhia.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31.03.26	31.12.25	31.03.26	31.12.25
Contas a receber de:				
Clientes - mercado interno	272.970	272.135	275.408	275.065
Clientes - partes relacionadas	-	14	-	14
Clientes - mercado externo	25.624	21.349	25.624	21.349
Clientes - renegociação	458	407	458	414
	299.052	293.905	301.490	296.842
Provisão para perdas em contas a receber de clientes	(10.612)	(10.576)	(10.612)	(10.576)
Total de contas a receber	288.440	283.329	290.878	286.266
Parcela do circulante	288.425	283.310	290.863	286.247
Parcela do não circulante	15	19	15	19

A análise de vencimento das contas a receber de clientes está representada na tabela abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.26	31.12.25	31.03.26	31.12.25
A vencer	277.097	273.691	279.535	276.604
Vencidos até 30 dias	4.716	6.388	4.716	6.411
Vencidos de 31 a 60 dias	2.863	1.251	2.863	1.251
Vencidos de 61 a 90 dias	1.230	411	1.230	411
Vencidos de 91 a 180 dias	2.404	1.645	2.404	1.646
Vencidos há mais de 180 dias	10.742	10.519	10.742	10.519
	299.052	293.905	301.490	296.842

A Companhia constitui provisão para perdas em contas a receber de clientes para parte relevante das contas a receber vencidas há mais de 180 dias. Também são constituídas provisões para *impairment* de contas a receber para os títulos a vencer e vencidos há menos de 180 dias, nos casos em que os valores não são considerados como realizáveis, considerando-se a situação financeira de cada

devedor, a análise prospectiva e análises históricas de perda verificadas pela Companhia. Análises individuais são realizadas para aqueles clientes, que ainda não possuem títulos vencidos, e consideram seus riscos de crédito. A tabela a seguir fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas para as contas a receber de clientes e ativos contratuais para clientes individuais em 31 de março de 2026:

	Saldo contábil bruto em 31.03.2026	Provisão para perda estimada em 31.03.2026	Percentual de perda estimada
A vencer	279.535	(13)	0,00%
Vencidos até 30 dias	4.716	(53)	1,12%
Vencidos de 31 a 180 dias	6.497	(48)	0,74%
Vencidos acima de 180 dias	10.742	(10.498)	97,73%
	301.490	(10.612)	

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito. Essas taxas foram multiplicadas por fatores de escala para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou comprometidos em 31 de março de 2026 é avaliada com base nas informações históricas sobre os índices de inadimplência da Companhia. Em geral, 99% dos títulos de contas a receber não possuem histórico de inadimplência.

A Companhia monitora mudanças de cenários do mercado e seu impacto nas condições de crédito dos clientes.

A movimentação da provisão pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.26	31.12.25	31.03.26	31.12.25
Saldo do início do período	(10.576)	(11.863)	(10.576)	(11.863)
Provisões para perdas reconhecidas	(161)	(174)	(161)	(174)
Valores recuperados no período	125	580	125	580
Contas a receber de clientes baixadas durante o período como incobráveis	-	881	-	881
Saldo no final do período	(10.612)	(10.576)	(10.612)	(10.576)

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.03.26	31.12.25	31.03.26	31.12.25
Produtos acabados	48.616	74.676	48.901	74.797
Materiais de produção	30.045	27.684	30.045	27.684
Materiais de consumo	35.043	34.540	35.395	34.844
Total dos estoques	113.704	136.900	114.341	137.325

A Companhia realiza análise de recuperabilidade dos estoques anualmente. Para o período de três meses findo em 31 de março de 2026 não houve a constituição de provisões.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

a) Tributos a recuperar

Estão apresentados conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.26	31.12.25	31.03.26	31.12.25
ICMS	22.723	24.698	22.723	24.698
PIS/COFINS	16.349	15.965	16.349	15.965
IPI	16.176	23.036	16.176	23.036
IRRF sobre aplicações	6.558	1.343	6.880	1.659
Outros	509	1.307	529	1.327
Total de tributos a recuperar	62.315	66.349	62.657	66.685
Parcela do circulante	44.955	49.619	45.297	49.955
Parcela do não circulante	17.360	16.730	17.360	16.730

Não há risco de não utilização dos créditos de tributos a recuperar, inclusive com a entrada em vigor da reforma tributária.

Os saldos de créditos de ICMS são principalmente créditos sobre aquisição de imobilizado gerados em relação às compras de bens para o ativo imobilizado da Companhia, no montante de R\$ 22.718 em 31 de março de 2026.

Os saldos de créditos de PIS e COFINS se referem principalmente a créditos sobre aquisição de imobilizado gerados em relação às compras de bens para o ativo imobilizado da Companhia, e que vem sendo recuperado em 24 ou 48 parcelas conforme classificação e utilização dos ativos adquiridos, no montante de R\$ 16.176 em 31 de março de 2026.

Os saldos de créditos de IPI se referem ao trânsito em julgado de decisão judicial favorável, em que a Companhia reconheceu no exercício de 2025 o direito de créditos de IPI sobre fretes "CIF" das operações de vendas, seguro e demais despesas acessórias, com efeito a partir de novembro de 2019.

A Companhia estima utilizar a totalidade do crédito via compensação em até 6 meses a partir do deferimento de sua habilitação. O saldo em 31 de março de 2026 é de R\$ 16.176.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar

Estão apresentados conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.26	31.12.25	31.03.26	31.12.25
IRPJ a recuperar	39.056	51.304	39.056	51.304
CSLL a recuperar	15.459	19.197	15.459	19.197
	54.515	70.501	54.515	70.501
Parcela do circulante	54.515	70.501	54.515	70.501

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar são referentes principalmente ao trânsito em julgado da Medida Judicial nº 5061451-02.2018.4.04.7100/RS, no mês de outubro de 2024, na qual teve reconhecido seu direito à exclusão dos créditos presumidos de ICMS da base do IRPJ e da CSLL de 2013 a 2023, sem a necessidade de constituição de Reservas de Lucros. A Companhia reconheceu o crédito no quarto trimestre de 2024, e utilizou parte do crédito no exercício de 2025 com compensação de tributos federais e estima utilizar o saldo do crédito via compensação em até 8 meses a partir de 31 de março de 2026, a depender do montante de tributos federais a serem apurados, o saldo em 31 de março de 2026 é de R\$ 48.063.

9. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.26	31.12.25	31.03.26	31.12.25
Adiantamento a fornecedores	1.981	2.997	1.981	2.997
Créditos com funcionários	1.723	1.661	1.741	1.690
Despesas antecipadas	7.495	5.300	7.531	5.340
Crédito de ação judicial sobre juros abusivos SP - Precatórios	6.841	6.691	6.841	6.691
Outros créditos	673	676	1.014	1.206
Total de outros créditos	18.713	17.325	19.108	17.924
Parcela do circulante	11.677	10.436	11.862	10.637
Parcela do não circulante	7.036	6.889	7.246	7.287

O saldo a receber de Crédito de ação judicial sobre juros abusivos SP – Precatórios refere-se a Ação Ordinária nº 1030021-89.2014.8.26.0053 que teve declarada a favor da Companhia a inexigibilidade dos juros de mora incidentes sobre os valores de ICMS parcelados administrativamente com taxa superior à SELIC. O referido precatório emitido em 6 de julho de 2021 possui saldo atualizado em 31 de março de 2026 de R\$ 6.841, que será realizado conforme cronograma do pagamento de Precatórios estabelecido pelo Estado de São Paulo.

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS – SWAP

a) Swap 4ª Emissão de Debêntures

Em 01 de dezembro de 2021 a Companhia contratou instrumento financeiro derivativo – *swap* visando a troca da taxa de juros da 4ª Emissão de Debêntures, cujo montante na data de sua emissão era de R\$ 60.000, de IPCA + 5,50% a.a. para CDI + 0,71% a.a.. A operação foi contratada para otimizar a estratégia de gestão dos passivos financeiros e do caixa no longo prazo, alterando o indexador da dívida, alinhando-se com a posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia, que é indexada ao CDI.

A contratação do *swap* foi [aprovada pelo Conselho de Administração](#) da Companhia, conforme exige a Política de Gestão Financeira.

O efeito desse reconhecimento é diluído ao longo da vida da 4ª Emissão de Debêntures, que tem vencimento final em 15 de dezembro de 2029, de forma que o seu custo efetivo seja, ao final, o equivalente ao CDI + 0,71% a.a..

b) Swap 6ª Emissão de Debêntures

Em 28 de outubro de 2025 a Companhia contratou instrumento financeiro derivativo – *swap* visando a troca da taxa de juros da 6ª Emissão Debêntures de IPCA + 6,6522% a.a. para CDI – 1,13% a.a., com valor nominal, prazos e condições compatíveis com as da Emissão. A operação foi contratada para otimizar a estratégia de gestão dos passivos financeiros e do caixa no longo prazo, alterando o indexador da dívida, alinhando-se com a posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia, que é indexada ao CDI.

A contratação do *swap* foi [aprovada pelo Conselho de Administração](#) da Companhia, conforme exige a Política de Gestão Financeira.

O efeito desse reconhecimento é diluído ao longo da vida da 6ª Emissão de Debêntures, que tem vencimento final em 15 de outubro de 2040, de forma que o seu custo efetivo seja, ao final, o equivalente a CDI – 1,13% a.a..

As características específicas em 31 de março de 2026 são demonstradas a seguir:

Vencimento	Posição ativa	Posição passiva	Nominal	Valor justo		Ganho
				posição ativa	posição passiva	
15 de Dezembro de 2029	IPCA + 5,50%	CDI + 0,71%	66.225	76.700	65.896	10.804
15 de Outubro de 2040	IPCA + 6,65%	CDI - 1,13%	120.000	108.217	107.608	609
			186.225	184.917	173.504	11.413

A movimentação dos instrumentos financeiros derivativos – *swaps* segue:

- (i) Movimentação dos *swaps* no período de três meses findo em 31 de março de 2026 e no exercício de 2025:

Controladora e Consolidado	Posição ativa	Posição passiva
	Saldo em 01 de janeiro de 2025	5.249
Ganhos no exercício (reconhecidas no resultado)	1.740	-
Efeito de liquidação	5.007	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	11.996	-
Perdas no período (reconhecidas no resultado)	(583)	-
Saldo em 31 de março de 2026	11.413	-
Parcela do circulante	2.912	
Parcela do não circulante	8.501	

- (ii) Movimentação acumulada desde o início das operações de *swaps*:

	Controladora e Consolidado		
	Efeito de liquidação	(Perdas)/Ganhos reconhecidas no resultado	Total
Movimentação no exercício de 2021	64	(483)	(419)
Movimentação no exercício de 2022	4.361	(2.895)	1.466
Movimentação no exercício de 2023	4.829	1.612	6.441
Movimentação no exercício de 2024	3.174	(5.413)	(2.239)
Movimentação no exercício de 2025	5.007	1.740	6.747
Movimentação no período de três meses de 2026	-	(583)	(583)
Total	17.435	(6.022)	11.413

11. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Em 26 de março de 2025 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o encerramento das atividades da fábrica de destilação de goma resina extraída de florestas de pinus, localizada no município de Balneário Pinhal/RS (“Fábrica”) e, com isso, a descontinuidade deste segmento de negócio, Segmento Resinas Sustentáveis (Breu e Terebintina).

Balço patrimonial das operações descontinuadas

ATIVO	Operações descontinuadas		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Operações descontinuadas	
	31.03.26	31.12.25		31.03.26	31.12.25
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Contas a receber de clientes	2.310	2.843	Fornecedores	29	36
Estoques	2	2	Total do passivo circulante	29	36
Total do ativo circulante	2.312	2.845	TOTAL DO PASSIVO	29	36
NÃO CIRCULANTE			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Imobilizado	-	-	Reservas de lucros	2.283	15.239
Intangível	-	-	Prejuízos acumulados	-	(12.430)
Total do ativo não circulante	-	-	Total do patrimônio líquido	2.283	2.809
TOTAL DO ATIVO	2.312	2.845	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.312	2.845

Demonstração do resultado das operações descontinuadas

	Operações descontinuadas	
	31.03.26	31.03.25
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	-	29.111
Custo dos produtos vendidos	-	(25.228)
LUCRO BRUTO	-	3.883
Despesas com vendas, gerais e administrativas	-	(3.847)
Outras receitas e despesas operacionais	-	(577)
Resultado financeiro	-	(1.567)
(PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	-	(2.108)
Imposto de renda e contribuição social	-	-
(PREJUÍZO) DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	-	(2.108)

Demonstração do fluxo de caixa das operações descontinuadas

	<u>Operações descontinuadas</u>	
	<u>31.03.26</u>	<u>31.03.25</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Caixa gerado nas operações		
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social (LAIR) das operações descontinuadas	-	(2.108)
Itens que não afetam o caixa:		
Depreciação e amortização	-	644
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	-	(170)
Fluxo de caixa das atividades operacionais antes das variações de ativos e passivos	<u>-</u>	<u>(1.634)</u>
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	533	(10.541)
Estoques	-	4.472
Impostos a recuperar	-	65
Fornecedores	(7)	1.784
Obrigações sociais e previdenciárias	-	(215)
Adiantamentos de clientes	-	(198)
Obrigações tributárias	-	100
Variações nos ativos e passivos	<u>526</u>	<u>(4.533)</u>
Caixa líquido obtido (aplicado) nas atividades operacionais	<u>526</u>	<u>(6.167)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado	-	(418)
Aquisição de intangível	-	(9)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>-</u>	<u>(427)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO PERÍODO	526	(6.594)

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS E CORRENTES

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias para fins fiscais, prejuízos fiscais, dos ajustes de custo atribuído e de variação do valor justo de ativos biológicos.

A Companhia adota o regime de caixa na apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre as variações cambiais e registrou o passivo fiscal diferido da variação cambial a realizar. Não houve alteração na forma de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre as variações cambiais com relação ao ano anterior.

Os impactos tributários iniciais sobre o custo atribuído do ativo imobilizado foram reconhecidos em contrapartida do patrimônio líquido, na adoção do CPC/IFRS em 2010.

	Controladora		Consolidado	
	31.03.26	31.12.25	31.03.26	31.12.25
Ativo				
Imposto de renda diferido ativo				
Sobre provisões temporárias	2.398	6.671	2.407	6.801
Sobre prejuízo fiscal	44.870	42.629	45.023	42.629
Contribuição social diferida ativa				
Sobre provisões temporárias	863	2.401	866	2.448
Sobre base negativa	16.058	15.251	16.113	15.251
Total do ativo	64.189	66.952	64.409	67.129
Passivo				
Imposto de renda diferido passivo				
Variação cambial a realizar pelo regime de caixa	197	9	197	9
Depreciação acelerada	3.751	2.655	3.751	2.655
Valor justo dos ativos biológicos	94.022	92.416	99.891	96.552
Custo atribuído e revisão da vida útil	83.452	84.264	85.390	86.202
Subvenção governamental	18	21	18	21
Amortização do ágio fiscal	25.158	25.158	25.158	25.158
Contribuição social diferida passiva				
Variação cambial a realizar pelo regime de caixa	71	3	71	3
Depreciação acelerada	1.350	956	1.350	956
Valor justo dos ativos biológicos	33.848	33.270	36.690	35.502
Custo atribuído e revisão da vida útil	30.043	30.333	30.741	31.031
Subvenção governamental	7	8	7	8
Amortização do ágio fiscal	9.057	9.057	9.057	9.057
Total do passivo	280.974	278.150	292.321	287.154
Passivo de imposto diferido (líquido)	216.785	211.198	227.912	220.025

Os saldos de imposto de renda diferido ativo e contribuição social diferida ativa, sobre prejuízo e base negativa respectivamente se referem principalmente ao trânsito em julgado da Medida Judicial nº 5061451-02.2018.4.04.7100/RS, no mês de outubro de 2024, na qual teve reconhecido seu direito à exclusão dos créditos presumidos de ICMS da base do IRPJ e da CSLL de 2013 a 2023, sem a necessidade de constituição de Reservas de Lucros.

A Companhia espera realizar o imposto de renda sobre prejuízo fiscal e a contribuição social sobre a base negativa em até dois anos.

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é demonstrada a seguir:

Controladora Ativo	Reconhecido		Reconhecido		
	Saldo inicial	no resultado	Saldo final	no resultado	
	01.01.25		31.12.25	31.03.26	
Impostos diferidos ativos com relação a:					
Diferenças temporárias	(13.603)	4.531	(9.072)	5.811	(3.261)
Prejuízo fiscal e base negativa	(69.306)	11.426	(57.880)	(3.048)	(60.928)
	(82.909)	15.957	(66.952)	2.763	(64.189)

Controladora Passivo	Reconhecido		Reconhecido		
	Saldo inicial	no resultado	Saldo final	no resultado	
	01.01.25		31.12.25	31.03.26	
Impostos diferidos passivos com relação a:					
Variação cambial reconhecida por caixa	(1.020)	1.032	12	256	268
Depreciação acelerada	207	3.404	3.611	1.490	5.101
Valor justo dos ativos biológicos	112.714	12.972	125.686	2.184	127.870
Custo atribuído e revisão da vida útil	120.474	(5.877)	114.597	(1.102)	113.495
Subvenção governamental	38	(9)	29	(4)	25
Amortização do ágio fiscal	34.215	-	34.215	-	34.215
	266.628	11.522	278.150	2.824	280.974

Consolidado Ativo	Reconhecido		Reconhecido		
	Saldo inicial	no resultado	Saldo final	no resultado	
	01.01.25		31.12.25	31.03.26	
Impostos diferidos ativos com relação a:					
Total diferenças temporárias	(13.624)	4.375	(9.249)	5.976	(3.273)
Prejuízo fiscal e base negativa	(69.363)	11.483	(57.880)	(3.256)	(61.136)
	(82.987)	15.858	(67.129)	2.720	(64.409)

Consolidado Passivo	Reconhecido		Reconhecido		
	Saldo inicial	no resultado	Saldo final	no resultado	
	01.01.25		31.12.25	31.03.26	
Impostos diferidos passivos com relação a:					
Variação cambial reconhecida por caixa	(1.020)	1.032	12	256	268
Depreciação acelerada	207	3.404	3.611	1.490	5.101
Valor justo dos ativos biológicos	119.757	12.297	132.054	4.527	136.581
Custo atribuído e revisão da vida útil	120.474	(3.241)	117.233	(1.102)	116.131
Subvenção governamental	38	(9)	29	(4)	25
Amortização do ágio fiscal	34.215	-	34.215	-	34.215
	273.671	13.483	287.154	5.167	292.321

b) Conciliação da alíquota efetiva

	Controladora		Consolidado	
	31.03.26	31.03.25	31.03.26	31.03.25
Lucro operacional antes dos efeitos tributários das operações continuadas	25.003	74.905	27.549	75.606
Prejuízo operacional antes dos efeitos tributários das operações descontinuadas	-	(2.108)	-	(2.108)
Lucro operacional antes dos efeitos tributários das operações continuadas e das operações descontinuadas	25.003	72.797	27.549	73.498
Alíquota básica	34%	34%	34%	34%
Débito (crédito) tributário à alíquota básica	(8.501)	(24.751)	(9.367)	(24.989)
Efeito fiscal de (adições) exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	659	3.619	-	-
Despesas indedutíveis	(140)	(114)	(140)	(114)
Dedução em dobro das despesas do PAT	-	250	-	250
Atualização monetária de créditos de PIS e COFINS sobre aquisições de aparas	558	1.691	558	1.691
Exclusão dos créditos presumidos de ICMS da base do IRPJ e da CSLL	-	2.816	-	2.816
Diferença de tributação (empresas controladas)	-	-	35	2.918
Outras diferenças permanentes	1.837	2.387	781	2.625
	(5.587)	(14.102)	(8.133)	(14.803)
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	(3.882)	(246)	(4.327)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(5.587)	(10.220)	(7.887)	(10.476)
Alíquota efetiva - %	22,3	19,4	29,5	20,1

13. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E OUTROS INVESTIMENTOS
a) Investimentos em controladas

	Habitasul Florestal	Iraflor Comércio de Madeiras	HGE Geração de Energia **	Irani Soluções para E-Commerce **	Irani Ventures	Total
Em 01 de janeiro de 2025	63.735	132.166	5	1.110	10.040	207.056
Resultado da equivalência patrimonial	(16.176)	92.686	(4)	62	(191)	76.377
Dividendos	-	(25.466)	-	-	-	(25.466)
Aporte de capital *	50.000	105.357	-	-	-	155.357
Adiantamento futuro aumento capital	(13.000)	-	-	-	-	(13.000)
Encerramento das atividades	-	-	(1)	(1.172)	-	(1.173)
Em 31 de dezembro de 2025	84.559	304.743	-	-	9.849	399.151
Resultado da equivalência patrimonial	1.836	163	-	-	(60)	1.939
Em 31 de março de 2026	86.395	304.906	-	-	9.789	401.090

* O montante aportado total de R\$ 155.357 se refere aos aportes nas controladas conforme segue:

Habitasul Florestal: R\$ 35.000 florestas conforme nota explicativa nº 14, R\$ 2.000 terrenos conforme nota explicativa nº 15 e R\$ 13.000 capitalização do adiantamento;

Iraflor Comércio de Madeiras: R\$ 105.357 florestas conforme nota explicativa nº 14;

** Sociedades extintas.

	Habitasul Florestal	Iraflor Comércio de Madeiras	Irani Ventures
Em 31 de março de 2026			
Circulante			
Ativo	7.778	46.641	2.255
Passivo	(1.046)	(956)	(1)
Circulante líquido	6.732	45.685	2.254
Não Circulante			
Ativo	85.398	265.342	7.535
Passivo	(5.735)	(6.121)	-
Não circulante líquido	79.663	259.221	7.535
Patrimônio líquido	86.395	304.906	9.789
Receita líquida	2.657	17.546	-
Lucro/Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	4.442	709	(91)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(2.606)	(546)	31
Resultado do período	1.836	163	(60)
Participação no capital em %	100,00	100,00	100,00

b) Outros investimentos

São títulos patrimoniais designados ao valor de custo referente a empréstimo concedido pela controlada Irani Ventures Ltda. às Companhias Trashin Gestão e Coleta de Recicláveis S.A., GrowPack Bio LLC., Mush MT Ltda. e VG Resíduos Plataforma Online Ltda., a título de mútuo conversível em participação societária no valor total de R\$ 7.327 (R\$ 7.327 em 31 de dezembro de 2025).

A Companhia pretende manter este investimento no longo prazo em linha com sua tese de investimento em *startups*.

14. ATIVO BIOLÓGICO

Os ativos biológicos da Companhia compreendem, principalmente, o cultivo e plantio de florestas de pinus para abastecimento de matéria-prima na produção de celulose utilizada no processo de produção de papel para embalagens, produção de resinas e vendas de toras de madeira para terceiros. Todos os ativos biológicos da Companhia formam um único grupo denominado “Florestas”, que são mensuradas conjuntamente a valor justo em períodos trimestrais.

O saldo dos ativos biológicos da Companhia é composto pelo custo de formação das florestas e do ajuste ao valor justo sobre o custo de formação. Desta forma, o saldo de ativos biológicos como um todo está registrado a valor justo conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.26	31.12.25	31.03.26	31.12.25
Custo de formação dos ativos biológicos	81.033	78.692	190.475	189.854
Ajuste ao valor justo dos ativos biológicos	227.409	220.050	447.312	451.852
Total dos ativos biológicos	308.442	298.742	637.787	641.706
Segmento Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel)	308.442	298.742	573.784	581.329
Segmento Florestal RS	-	-	64.003	60.377

Os ativos biológicos do Segmento Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel) são florestas utilizadas como matéria-prima para produção de celulose e papel, e estão localizados próximos à fábrica de Vargem Bonita (SC), onde são consumidos.

A colheita dessas florestas é realizada, principalmente, em função da utilização de matéria-prima para a produção de celulose e papel, e as florestas são replantadas assim que colhidas, formando um ciclo de renovação que atende à demanda de produção da unidade.

Os ativos biológicos do Segmento Florestal RS são utilizados para extração de resinas e vendas de toras e estão localizados no litoral do Rio Grande do Sul.

a) Premissas para o reconhecimento do valor justo menos custos para vendas dos ativos biológicos.

A Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo seguindo as seguintes premissas em sua apuração:

- i) A metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos foi abordagem de renda (*Income Approach*) com exaustão da floresta em um ciclo, e corresponde à projeção dos fluxos de caixa futuros líquidos esperados do ativo, descontados a uma taxa de desconto corrente do mercado florestal regional, de acordo com o ciclo de produtividade projetado das florestas nos ciclos de corte determinados em função da otimização da produção, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos. A avaliação da segregação dos ativos biológicos entre maduros ou imaturos, não representou efeito

relevante. O *Income Approach* assimila o valor justo ao cálculo do valor presente do fluxo de caixa líquido esperado do ativo, descontado a uma taxa de desconto que reflete a expectativa de retorno em relação aos riscos associados ao negócio.

- ii) O modelo adotado para determinar a taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa foi a de Custo do Capital Próprio (*Capital Asset Pricing Model – CAPM*). O custo do capital próprio é estimado por meio de análise do retorno almejado por investidores no mercado, considerando que um investidor requer, no mínimo, o retorno oferecido por títulos considerados sem risco, acrescido do excedente de risco do investimento;
- iii) Os volumes de produtividade projetados das florestas são definidos com base em uma estratificação em função de cada espécie, adotados sortimentos para o planejamento de produção, idade das florestas, potencial produtivo e considerado um ciclo de produção das florestas. Este componente de volume projetado consiste no IMA (Incremento Médio Anual). São criadas alternativas de manejo para estabelecer o fluxo de produção de longo prazo ideal para maximizar os rendimentos das florestas;
- iv) Os preços adotados para os ativos biológicos são baseados em estimativa de preço da madeira de Pinus e Eucalyptus, tendo como base um histórico de três anos dos preços reais praticados nas regiões de localização dos ativos e divulgados por empresa especializada. São praticados preços em R\$/metro cúbico, e considerados os custos necessários para colocação dos ativos em condição de venda ou consumo;
- v) O custo de oportunidade da terra (Arrendamento), é calculado considerando um custo de disponibilidade da terra, conforme práticas contábeis internacionais. É considerada a média, em termos reais, do custo de arrendamento dos últimos três anos, o qual é descontado da floresta como “Remuneração dos ativos próprios que contribuem (Arrendamento)” nos percentuais informados a seguir para os ativos de SC e do RS. O valor das terras, utilizado para base de arrendamento, conforme Laudo de Avaliação contratado pela Companhia para avaliação dos Ativos Biológicos, foi de R\$ 946.053 em 31 de março de 2026, pois captura o valor atual das terras no mercado. O valor contábil consolidado das terras em 31 de março de 2026 conforme nota explicativa nº 15 é de R\$ 137.579.
- vi) Os gastos com plantio utilizados são os custos de formação dos ativos biológicos praticados pela Companhia, considerando a média histórica dos últimos três anos em termos reais;
- vii) A apuração da exaustão dos ativos biológicos é realizada com base no valor justo médio dos ativos biológicos, multiplicado pelo volume colhido no período;
- viii) A Companhia revisa o valor justo de seus ativos biológicos em períodos trimestrais considerando o intervalo que julga suficiente para que não haja defasagem do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações financeiras.

	Consolidado		Impacto no valor justo dos ativos biológicos
	31.03.26	31.12.25	
Área plantada (hectare)	19.028	19.036	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Remuneração dos ativos próprios que contribuem SC - %	3,11%	3,11%	Aumenta a premissa, diminui o valor justo
Remuneração dos ativos próprios que contribuem RS - %	4,00%	4,00%	Aumenta a premissa, diminui o valor justo
Taxa de desconto - Florestas Próprias SC - %	8,50%	8,50%	Aumenta a premissa, diminui o valor justo
Taxa de desconto - Florestas Próprias RS - %	9,00%	9,00%	Aumenta a premissa, diminui o valor justo
Taxa de desconto - Parcerias - %	9,50%	9,50%	Aumenta a premissa, diminui o valor justo
Preço líquido médio de venda (m³)	153,70	154,70	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Incremento médio anual (IMA) - Florestas Santa Catarina (*)	39,5	39,5	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Incremento médio anual (IMA) - Florestas Rio Grande do Sul (*)	20,5	20,5	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo

*O IMA médio anual das Florestas de Pinus do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina difere em função do manejo, espécie e condições edafoclimáticas distintas. As florestas de Santa Catarina são manejadas visando a utilização para produção de celulose, enquanto as florestas do Rio Grande do Sul são manejadas para extração de goma resina (atividade arrendada) e posterior venda da madeira. O IMA é mensurado em m³ por hectare/ano e atualizado nas Demonstrações Financeiras anuais da Companhia.

A Companhia realizou análise de sensibilidade e concluiu que os parâmetros que podem impactar de maneira mais significativa o valor dos ativos de Santa Catarina são a taxa de desconto das florestas e o preço da madeira. Para os ativos do Rio Grande do Sul onde as florestas são manejadas para extração de goma resina e posterior venda da madeira, os parâmetros que podem impactar de maneira mais significativa são a variação do preço da resina e respectivos custos da resinagem, seguidos pelo preço da madeira e taxa de desconto das florestas.

De acordo com a hierarquia da mensuração do valor justo, o cálculo dos ativos biológicos se enquadra no Nível 3, por conta de sua complexidade e estrutura de cálculo.

As principais movimentações no período de três meses findo em 31 de março de 2026 e no exercício de 2025 são demonstradas conforme segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01.01.25	328.227	486.259
Plantio	11.331	14.192
Aquisição de floresta	74.521	74.521
Exaustão		
Custo histórico	(15.085)	(22.353)
Valor justo	(11.912)	(27.713)
Transferência para capitalização em controladas	(140.357)	-
Variação do valor justo	52.017	116.800
Saldo em 31.12.25	298.742	641.706
Plantio	2.552	3.192
Exaustão		
Custo histórico	(210)	(2.571)
Valor justo	(765)	(12.583)
Variação do valor justo	8.123	8.043
Saldo em 31.03.26	308.442	637.787

A exaustão dos ativos biológicos no período de três meses findo em 31 de março de 2026 e no exercício de 2025 foi reconhecida no resultado dos respectivos períodos, após alocação nos estoques mediante colheita das florestas e utilização no processo produtivo ou venda para terceiros.

b) Produção em terras de terceiros

A Companhia possui ainda alguns contratos de arrendamentos não canceláveis para produção de ativos biológicos em terras de terceiros, chamados de parcerias. Esses contratos possuem validade até que o total das florestas plantadas existentes nessas áreas seja colhido em um ciclo de até 15 anos. O montante de ativos biológicos em terras de terceiros é de aproximadamente 0,8 mil hectares e representa atualmente aproximadamente 4,0 % da área total com ativos biológicos da Companhia. Os passivos de arrendamento estão apresentados na nota explicativa nº 16.

15. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Composição do imobilizado

Controladora

	Terrenos	Prédios e construções	Equipamentos e instalações	Veículos e tratores	Outras imobilizações (*)	Imobilizações em andamento	Imobilizações em imóveis de terceiros	Total
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2025	120.329	248.407	1.036.061	10.062	13.512	196.418	11.575	1.636.364
Aquisições	2.041	209	25.312	2.545	3.050	146.638	-	179.795
Baixas/Alienações	(559)	(5.867)	(10.358)	(110)	(1.108)	(594)	-	(18.596)
Transferências	518	44.235	98.602	7	5.388	(149.027)	277	-
Depreciação	-	(12.868)	(116.423)	(2.864)	(3.707)	-	(432)	(136.294)
Transferência para capitalização em controladas	(2.000)	-	-	-	-	-	-	(2.000)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2025	120.329	274.116	1.033.194	9.640	17.135	193.435	11.420	1.659.269
Custo	120.329	397.719	2.036.159	27.234	49.235	193.435	24.563	2.848.674
Depreciação acumulada	-	(123.603)	(1.002.965)	(17.594)	(32.100)	-	(13.143)	(1.189.405)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2025	120.329	274.116	1.033.194	9.640	17.135	193.435	11.420	1.659.269
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2026	120.329	274.116	1.033.194	9.640	17.135	193.435	11.420	1.659.269
Aquisições	-	-	5.425	926	526	52.079	-	58.956
Baixas/Alienações	-	-	(42)	(70)	(3)	(160)	-	(275)
Transferências	-	5.892	21.112	-	391	(27.395)	-	-
Depreciação	-	(3.344)	(32.612)	(757)	(1.033)	-	(109)	(37.855)
Saldo contábil líquido em 31 de março de 2026	120.329	276.664	1.027.077	9.739	17.016	217.959	11.311	1.680.095
Custo	120.329	403.611	2.062.654	28.090	50.149	217.959	24.563	2.907.355
Depreciação acumulada	-	(126.947)	(1.035.577)	(18.351)	(33.133)	-	(13.252)	(1.227.260)
Saldo contábil líquido em 31 de março de 2026	120.329	276.664	1.027.077	9.739	17.016	217.959	11.311	1.680.095

Consolidado

	Terrenos	Prédios e construções	Equipamentos e instalações	Veículos e tratores	Outras imobilizações (*)	Imobilizações em andamento	Imobilizações em imóveis de terceiros	Total
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2025	135.579	249.286	1.037.081	10.747	13.607	197.590	11.575	1.655.465
Aquisições	2.041	210	25.314	2.545	3.109	147.134	-	180.353
Baixas/Alienações	(559)	(5.867)	(10.358)	(110)	(1.108)	(594)	-	(18.596)
Transferências	518	45.814	98.602	7	5.453	(150.671)	277	-
Depreciação	-	(12.943)	(116.594)	(2.958)	(3.741)	-	(432)	(136.668)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2025	137.579	276.500	1.034.045	10.231	17.320	193.459	11.420	1.680.554
Custo	137.579	404.367	2.037.682	29.195	49.989	193.459	24.563	2.876.834
Depreciação acumulada	-	(127.867)	(1.003.637)	(18.964)	(32.669)	-	(13.143)	(1.196.280)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2025	137.579	276.500	1.034.045	10.231	17.320	193.459	11.420	1.680.554
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2026	137.579	276.500	1.034.045	10.231	17.320	193.459	11.420	1.680.554
Aquisições	-	-	5.425	926	526	52.085	-	58.962
Baixas/Alienações	-	-	(42)	(70)	(3)	(160)	-	(275)
Transferências	-	5.892	21.112	-	391	(27.395)	-	-
Depreciação	-	(3.373)	(32.654)	(781)	(1.045)	-	(109)	(37.962)
Saldo contábil líquido em 31 de março de 2026	137.579	279.019	1.027.886	10.306	17.189	217.989	11.311	1.701.279
Custo	137.579	410.259	2.064.177	30.051	50.903	217.989	24.563	2.935.521
Depreciação acumulada	-	(131.240)	(1.036.291)	(19.745)	(33.714)	-	(13.252)	(1.234.242)
Saldo contábil líquido em 31 de março de 2026	137.579	279.019	1.027.886	10.306	17.189	217.989	11.311	1.701.279

(*) Saldo referente a imobilizações como móveis e utensílios, equipamentos de informática.

b) Composição do intangível

Controladora	<i>Goodwill</i>	<i>Software</i>	<i>Software em desenvolvimento</i>	<i>Total</i>
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2025	104.380	31.037	-	135.417
Aquisições	-	409	9.151	9.560
Baixas/Alienações	-	(574)	-	(574)
Transferências	-	9.151	(9.151)	-
Amortização	-	(8.500)	-	(8.500)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2025	104.380	31.523	-	135.903
Custo	104.380	83.893	-	188.273
Amortização acumulada	-	(52.370)	-	(52.370)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2025	104.380	31.523	-	135.903
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2026	104.380	31.523	-	135.903
Aquisições	-	4	1.756	1.760
Transferências	-	1.756	(1.756)	-
Amortização	-	(2.164)	-	(2.164)
Saldo contábil líquido em 31 de março de 2026	104.380	31.119	-	135.499
Custo	104.380	85.653	-	190.033
Amortização acumulada	-	(54.534)	-	(54.534)
Saldo contábil líquido em 31 de março de 2026	104.380	31.119	-	135.499
Consolidado			<i>Software em desenvolvimento</i>	<i>Total</i>
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2025	104.380	31.037	-	135.417
Aquisições	-	409	9.151	9.560
Baixas/Alienações	-	(574)	-	(574)
Transferências	-	9.151	(9.151)	-
Amortização	-	(8.500)	-	(8.500)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2025	104.380	31.523	-	135.903
Custo	104.380	83.901	-	188.281
Amortização acumulada	-	(52.378)	-	(52.378)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2025	104.380	31.523	-	135.903
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2026	104.380	31.523	-	135.903
Aquisições	-	4	1.756	1.760
Transferências	-	1.756	(1.756)	-
Amortização	-	(2.164)	-	(2.164)
Saldo contábil líquido em 31 de março de 2026	104.380	31.119	-	135.499
Custo	104.380	85.661	-	190.041
Amortização acumulada	-	(54.542)	-	(54.542)
Saldo contábil líquido em 31 de março de 2026	104.380	31.119	-	135.499

c) Método de depreciação / amortização

O quadro abaixo demonstra as taxas anuais de depreciação / amortização definidas com base na vida útil econômica dos ativos. A taxa utilizada está apresentada pela média ponderada e apresenta variações de acordo com as movimentações de aquisições, alienações, entre outras.

	Taxa % a.a.	
	31.03.26	31.12.25
Prédios e construções *	3,36	3,36
Equipamentos e instalações	6,41	6,39
Móveis, utensílios e equipamentos de informática	12,89	13,06
Veículos e tratores	14,40	14,51
Softwares	12,60	12,42

* incluem taxas ponderadas de imobilizações em imóveis de terceiros

d) Outras informações

As imobilizações em andamento referem-se a obras para melhorias dos ativos imobilizados existentes, agregando valor aos ativos com o intuito de manutenção do processo produtivo da Companhia, e a execução dos investimentos da Plataforma Gaia.

As imobilizações em imóveis de terceiros referem-se à reforma civil na Unidade Embalagem SP – Indaiatuba que é depreciada pelo método linear de acordo com a vigência do contrato de arrendamento. O imóvel é de propriedade das empresas MCFD – Administração de Imóveis Ltda. e PFC – Administração de Imóveis Ltda., sendo que o ônus da reforma foi todo absorvido pela Irani Papel e Embalagem S.A.

O imóvel descrito no parágrafo anterior é objeto de contrato de aluguel, conforme nota explicativa nº 16.

A abertura da depreciação do ativo imobilizado nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2026 e 2025 é apresentada conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.26	31.03.25	31.03.26	31.03.25
Administrativos	912	771	912	799
Produtivos	36.943	33.648	37.050	33.707
	37.855	34.419	37.962	34.506

A abertura da amortização do intangível nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2026 e 2025 é apresentada conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.26	31.03.25	31.03.26	31.03.25
Administrativos	850	1.128	850	1.128
Produtivos	1.314	1.126	1.314	1.126
	2.164	2.254	2.164	2.254

e) Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (*Impairment*)

Durante o período de três meses findo em 31 de março de 2026, não foram identificados e reconhecidos valores de *impairment*.

f) Ativos cedidos em garantia

A Companhia possui ativos imobilizados cedidos em garantia de operações financeiras, os quais se apresentam detalhados na nota explicativa nº 18.

g) Goodwill

O *goodwill* gerado em combinação de negócios da São Roberto S.A. no exercício de 2013, está reconhecido pelo valor de R\$ 104.380 e, é atribuível à expectativa de rentabilidade futura.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia avaliou a recuperação do montante do ágio com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de cinco anos e extrapolados à perpetuidade nos demais períodos com base nas taxas de crescimento estimadas.

Os fluxos de caixa foram descontados a valor presente através da aplicação da taxa determinada pelo *Weighted Average Cost of Capital (WACC)*, com o custo do capital próprio calculado através do método *Capital Asset Pricing Model (CAPM)* enquanto o custo da dívida considera o custo médio do endividamento. O WACC considera, portanto, os pesos dos componentes do financiamento, dívida e capital próprio, utilizados pela Companhia para financiar suas atividades.

Os principais dados utilizados para cálculo do fluxo de caixa descontado estão apresentados a seguir:

	<u>Premissas</u>
Preços médios de vendas (% da taxa de crescimento anual)	4,0%
Margem bruta (% sobre a receita líquida)	39,4%
Taxa de crescimento estimada	5,0%
Taxa de desconto antes dos impostos	15,38%
Taxa de desconto depois dos impostos	13,28%

O valor recuperável da UGC para fins de teste de *impairment* não demonstrou necessidade de reconhecimento de perda no exercício.

A Companhia definiu como UGC para fins de teste de *impairment*, sua operação do segmento Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel). As operações adquiridas em combinação de negócios da São Roberto S.A. em 2013 foram substancialmente desse segmento, e se juntaram às atividades já existentes na Companhia.

A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade para as taxas de desconto e de crescimento. Mesmo considerando um acréscimo de 3,0% na taxa de desconto e um decréscimo de 1,0% na taxa de crescimento, o valor recuperável se mantém superior ao valor contábil.

16. ATIVO DE DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Ativo de direito de uso

Controladora e Consolidado	Prédios e			Total
	Terrenos	construções	Equipamentos e instalações	
Saldo em 01.01.25	3.579	9.652	6.054	19.285
Depreciação	(1.913)	(2.468)	(5.138)	(9.519)
Adição/baixa de contratos - efeito principal	2.571	32.320	7.549	42.440
Saldo contábil líquido em 31.12.25	4.237	39.504	8.465	52.206
Custo	13.742	60.096	37.869	111.707
Depreciação acumulada	(9.505)	(20.592)	(29.404)	(59.501)
Saldo contábil líquido em 31.12.25	4.237	39.504	8.465	52.206
Saldo em 01.01.26	4.237	39.504	8.465	52.206
Depreciação	(63)	(469)	(1.136)	(1.668)
Adição/baixa de contratos - efeito principal	-	-	127	127
Saldo contábil líquido em 31.03.26	4.174	39.035	7.456	50.665
Custo	13.742	60.096	37.996	111.834
Depreciação acumulada	(9.568)	(21.061)	(30.540)	(61.169)
Saldo contábil líquido em 31.03.26	4.174	39.035	7.456	50.665

A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento a valor presente descontado pela taxa nominal:

Controladora e Consolidado	Vencimento	Taxa nominal
	1 a 10 anos	13,59% a 15,72 %
acima de 10 anos	14,20% a 16,39%	

A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos com prazo médio de 19 anos.

Os contratos de arrendamento possuem passivos de arrendamento conforme demonstrado a seguir:

Passivo de arrendamento

Controladora e Consolidado	Prédios e			Total
	Terrenos	construções	Equipamentos e instalações	
Saldo em 01.01.25	2.925	9.998	6.526	19.449
Parcela do arrendamento principal	(2.526)	(6.270)	(6.064)	(14.860)
Adição/baixa de contratos	2.571	32.320	7.549	42.440
Juros sobre arrendamento	438	3.677	1.062	5.177
Saldo contábil líquido em 31.12.25	3.408	39.725	9.073	52.206
Saldo em 01.01.26	3.408	39.725	9.073	52.206
Parcela do arrendamento principal	(118)	(1.627)	(1.451)	(3.196)
Adição/baixa de contratos	-	-	127	127
Juros sobre arrendamento	54	1.158	316	1.528
Saldo contábil líquido em 31.03.26	3.344	39.256	8.065	50.665
Curto prazo				5.125
Longo prazo				45.540

Os juros sobre arrendamento são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

Os pagamentos do longo prazo, considerando seus fluxos de caixa futuros (não descontados) estão assim distribuídos:

<u>Vencimentos no longo prazo:</u>	Controladora e Consolidado
2027	3.151
2028	3.117
2029	3.028
2030	2.699
2031 em diante	33.545
	<u>45.540</u>

A Companhia possui o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos de natureza de prédios, construções, equipamentos e instalações, que permanece mesmo com a implementação da reforma tributária. Os efeitos potenciais de PIS/COFINS são apresentados no quadro a seguir:

Controladora e Consolidado

Fluxo de caixa	<u>Nominal</u>	<u>Ajustado a valor presente</u>
Contraprestação do arrendamento	72.627	50.665
PIS/COFINS (9,25%)	6.718	4.687

Conforme o ofício circular CVM 02/2019, a Companhia adotou a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação (taxa nominal).

Demais premissas, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo estão divulgadas em outros itens desta mesma nota explicativa, assim como os índices de inflação, são observáveis no mercado, de forma que os fluxos nominais possam ser elaborados pelos usuários das demonstrações financeiras.

No período de três meses findo em 31 de março de 2026 não houve renegociações de contratos de arrendamentos.

A Administração avaliou a utilização de fluxos de caixa nominais e taxas nominais, conforme recomendado pela CVM, conforme quadro a seguir:

	<u>Fluxo real</u>		<u>Fluxo nominal</u>	
	<u>31.03.26</u>	<u>31.12.25</u>	<u>31.03.26</u>	<u>31.12.25</u>
Controladora e Consolidado				
Passivo de arrendamento	174.883	177.984	304.788	306.178
Juros embutidos	(124.218)	(125.778)	(232.161)	(232.408)
	<u>50.665</u>	<u>52.206</u>	<u>72.627</u>	<u>73.770</u>

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Abertura dos saldos contábeis

			Controladora e Consolidado	
			31.03.26	31.12.25
Circulante	Encargos anuais %	Moeda		
Moeda nacional				
Finame	IPCA + 5,40%	Real	48.057	44.116
Capital de giro	CDI + 0,89%	Real	266.539	105.844
Total moeda nacional			314.596	149.960
Moeda estrangeira				
Adiantamento contrato de câmbio	Fixo a 5,47%	Dólar	21.774	22.654
Total moeda estrangeira			21.774	22.654
Total do circulante			336.370	172.614
Não Circulante				
Moeda nacional				
Finame	IPCA + 5,40%	Real	417.866	424.639
Capital de giro	CDI + 0,89%	Real	162.831	363.328
Total moeda nacional			580.697	787.967
Total do não circulante			580.697	787.967
Total			917.067	960.581
			Controladora e Consolidado	
			31.03.26	31.12.25
Vencimentos no longo prazo:				
	2027		85.168	294.025
	2028		145.328	143.741
	2029		37.220	37.220
	2030		37.220	37.220
	2031 em diante		275.761	275.761
			580.697	787.967

b) Operações significativas no período

Em 23 de fevereiro de 2026 o Conselho de Administração [aprovou a contratação de financiamento](#) no valor de R\$ 82,5 com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social S.A. – BNDES.

O financiamento será destinado ao [Projeto Gaia XI - Reforma da Máquina de Papel 5](#), que tem por objetivo a atualização tecnológica da máquina de papel, estando alinhado à estratégia de crescimento e fortalecimento operacional da Irani.

A operação foi concedida em 3 (três) subcréditos no âmbito dos Programas BNDES FINEM Mais Inovação e BNDES FINEM, contando com até 20 anos de prazo total. A concessão no âmbito do Mais Inovação reforça a estratégia da Companhia de acelerar investimentos de digitalização e sensorização, ampliando sua produtividade e resultando em ganhos de eficiência, além de potencializar os benefícios ambientais associados à transição para uma economia mais sustentável, uma vez que a Máquina de Papel 5 recicla aparas para produção de papel.

A operação será desembolsada ao longo dos próximos trimestres.

c) Garantias

Como garantia da operação de FINAME DIRETO, a Companhia mantém cartas de fiança contratadas junto a instituições financeiras de seu relacionamento e previamente aprovadas pelo BNDES.

d) Cláusulas restritivas

Em 31 de março de 2026 não houve a necessidade de medição dos índices financeiros, tendo em vista que os mesmos são medidos anualmente, conforme previsto contratualmente.

Os empréstimos e financiamentos foram contratados conforme determina a Política de Gestão Financeira da Companhia.

18. DEBÊNTURES

a) 4ª Emissão de Debêntures simples privada

Conforme [Ata de Reunião do Conselho de 02 de março de 2021](#), foi aprovada a 4ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, para colocação privada, com valor nominal unitário de R\$ 1,00, totalizando, na data de emissão 03 de março de 2021, o valor de R\$ 60.000. As debêntures possuem vencimento final em 15 dezembro de 2029 e serão amortizadas em 8 parcelas semestrais a partir de 15 de junho de 2026.

Os recursos obtidos pela Companhia com a Emissão foram utilizados para execução de investimentos para consecução de seu objeto social no curso normal de seus negócios, para os quais a Companhia possui ou venha a possuir, conforme as normas atualmente em vigor, licença e/ou autorização ambiental válida, vigente e/ou eficaz, conforme aplicável e exigido pela Legislação Socioambiental.

A 4ª Emissão, privada, de Debêntures simples possui [Rating brAA+ pela S&P Global Ratings](#) e é caracterizada como “Debêntures Verdes” com base em [Parecer de Segunda Opinião emitido pela consultoria especializada SITAWI Finanças do Bem \(ERM NINT\)](#), com base nas diretrizes do *Green Bond Principles* de junho de 2018.

Em dezembro de 2021, a Companhia contratou instrumento financeiro derivativo (*swap*) trocando a remuneração da 4ª Emissão, privada, de Debêntures simples de IPCA + 5,50% a.a., para CDI + 0,71% a.a., conforme nota explicativa nº 10.

b) 5ª Emissão, privada, de Debêntures simples (CRA – Certificados de Recebíveis do Agronegócio)

Conforme [Reunião do Conselho de Administração de 10 de agosto de 2022](#) rerratificada pela [Reunião do Conselho de Administração de 08 de setembro de 2022](#), [Fato Relevante 11 de agosto de 2022](#) e [Comunicado ao Mercado de 18 de outubro de 2022](#), a Companhia concluiu em 17 de outubro de 2022 a 5ª (quinta) emissão de 720.000 (setecentas e vinte mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, em duas séries, para colocação privada, com valor unitário de R\$ 1, totalizando, na data de sua emissão, no montante total de R\$ 720.000, dos quais:

- (i) 486.307 (quatrocentos e oitenta e seis mil, trezentos e sete) Debêntures da 1ª Série, correspondente ao valor de R\$ 486.307, remuneradas a CDI + 1,40% a.a. em periodicidade semestral e amortizadas em parcela única no vencimento em 12 de agosto de 2027.
- (ii) 233.693 (duzentos e trinta e três mil, seiscentos e noventa e três) Debêntures da 2ª Série, correspondente ao valor R\$ 233.693, remuneradas a CDI + 1,75% a.a. em periodicidade semestral e amortizadas em duas parcelas de igual valor, em 11 de agosto de 2028 e no vencimento em 13 de agosto de 2029.

As Debêntures não contam com qualquer garantia real ou fidejussória, ou qualquer segregação de bens da Companhia como garantia, e foram vinculadas a uma operação de securitização, servindo de lastro para a emissão e distribuição pública, nos termos da Instrução da CVM nº 400, de certificados de recebíveis do agronegócio (CRAs) das 1ª (primeira) e 2ª (segunda) séries da 194ª (centésima nonagésima quarta) emissão da Eco Securitizadora De Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

A emissão de CRAs possui [Rating brAA pela S&P Global Ratings](#). As Debêntures e, conseqüentemente, os CRAs foram caracterizados como "debêntures verdes" e "CRA Verde" (*Green Bond*), respectivamente, com base em [Parecer de Segunda Opinião](#) emitido pela consultoria especializada NINT – Natural Intelligence Ltda.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão são destinados exclusivamente às suas atividades no agronegócio, no âmbito da silvicultura e da agricultura, em especial por meio do emprego dos recursos em investimentos, custos e despesas relacionados com o florestamento, reflorestamento, aquisição de defensivos agrícolas, adubos, madeira, serviços de manejo e colheita de florestas e derivados como resinas e de logística integrada de transporte, armazenagem, descascamento e picagem de madeira.

c) 6ª Emissão de Debêntures simples pública

Conforme [Ata de Reunião do Conselho de Administração de 17 de Outubro de 2025, comunicado ao mercado em 28 de outubro de 2025](#), a Companhia concluiu a emissão de 120.000 (cento e vinte mil) Debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), perfazendo o valor total da Emissão de R\$ 120.000, com vencimento em 15 anos, a contar da data de emissão, ou seja, 15 de agosto de 2040.

A totalidade dos recursos captados pela Companhia por meio das Debêntures será destinada para o Projeto Gaia V – Repotenciação São Luiz, com o objetivo de repotenciar a PCH (Pequena Central Hidrelétrica) em Santa Catarina, conforme [Fato Relevante divulgado em 04 de setembro de 2025](#), na forma do artigo 2º da Lei 12.431.

A Moody's Local BR Agência de Classificação de Risco Ltda. [atribuiu, em 17 de outubro de 2025](#), o rating AA.br à Emissão.

As Debêntures foram caracterizadas como "Debêntures Verdes" com base no compromisso da Companhia em destinar os recursos captados com as Debêntures para o Projeto, em conformidade com o Parecer Independente de Segunda Opinião do Projeto, emitido por consultoria especializada

independente contratada pela Companhia, qual seja Det Norske Veritas, com base nas diretrizes do *Green Bond Principles* de 2025, emitido pela *International Capital Market Association*.

As Debêntures não contam com qualquer garantia real ou fidejussória, ou qualquer segregação de bens da Companhia como garantia.

d) Abertura dos saldos contábeis

Circulante	Emissão	Encargos anuais %	Controladora e Consolidado	
			31.03.26	31.12.25
Em moeda nacional				
4ª Emissão de Debêntures	03.03.21	IPCA + 5,50%	21.085	19.718
5ª Emissão de Debêntures	15.08.22	CDI + 1,51%	9.195	40.061
6ª Emissão de Debêntures	15.10.25	IPCA + 6,65%	3.133	1.173
Total do circulante			33.413	60.952
Não Circulante				
Em moeda nacional				
4ª Emissão de Debêntures	03.03.21	IPCA + 5,50%	59.701	58.769
5ª Emissão de Debêntures	15.08.22	CDI + 1,51%	716.042	714.864
6ª Emissão de Debêntures	15.10.25	IPCA + 6,65%	116.479	114.545
Total do não circulante			892.222	888.178
Total			925.635	949.130

Vencimentos a longo prazo:	Controladora e Consolidado	
	31.03.26	31.12.25
2027	503.683	502.133
2028	135.363	135.057
2029	136.020	135.714
2030	-	-
2031 em diante	117.156	115.274
	892.222	888.178

e) Cronograma de amortização dos custos de captação

Em moeda nacional	Emissão	2026	2027	2028	2029	2030	2031 em diante	Total
		4ª Emissão de Debêntures	03.03.21	59	50	33	14	-
5ª Emissão de Debêntures	15.08.22	3.339	3.531	1.136	468	-	-	8.474
6ª Emissão de Debêntures	15.10.25	144	215	243	272	306	4.958	6.138
Total moeda nacional		3.542	3.796	1.412	754	306	4.958	14.768

f) Garantias

A 4ª Emissão de Debêntures simples privada possui garantias, conforme segue:

- Alienação fiduciária de propriedades da Companhia, localizadas na cidade de Santa Luzia, no Estado de Minas Gerais (Planta de Papel).
- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos de propriedade da Companhia, localizados na referida planta.

g) Cláusulas restritivas

Em 31 de março de 2026 não houve a necessidade de medição dos índices financeiros, tendo em vista que os mesmos são medidos anualmente, conforme previsto contratualmente.

19. FORNECEDORES

Correspondem às obrigações junto a fornecedores conforme a seguir:

CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
	31.03.26	31.12.25	31.03.26	31.12.25
Fornecedores do mercado interno	117.047	148.233	117.214	148.537
Fornecedores do mercado externo	1.065	1.553	1.065	1.553
Partes relacionadas	38.882	20.345	46	115
	156.994	170.131	118.325	150.205

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía operação de “risco sacado” com seus fornecedores.

20. PARTES RELACIONADAS

a) Saldos e transações com partes relacionadas (empresas)

As operações foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia conforme previsto na política de Transações com Partes Relacionadas.

Controladora	Ativos		Passivos		Receitas		Custos e Despesas	
	31.03.26	31.12.25	31.03.26	31.12.25	31.03.26	31.03.25	31.03.26	31.03.25
Empresas								
Habitasul Florestal S.A.	-	-	-	-	-	-	-	4.329
Iraflor - Com. de Madeiras Ltda.	-	-	38.836	20.230	-	-	16.973	4.304
Companhia Habitasul de Participações	-	14	-	-	-	267	-	-
Souto Correa Cesa & Amaral Advogados	-	-	46	115	-	-	134	235
MCFD Administração de Imóveis Ltda.	-	-	-	-	-	-	738	570
PFD Administração de Imóveis Ltda.	-	-	-	-	-	-	738	570
Total	-	14	38.882	20.345	-	267	18.583	10.008
Parcela circulante	-	14	38.882	20.345				
Consolidado								
Empresas								
Companhia Habitasul de Participações	-	14	-	-	-	267	-	-
Souto Correa Cesa & Amaral Advogados	-	-	46	115	-	-	134	235
MCFD Administração de Imóveis Ltda.	-	-	-	-	-	-	738	570
PFD Administração de Imóveis Ltda.	-	-	-	-	-	-	738	570
Total	-	14	46	115	-	267	1.610	1.375
Parcela circulante	-	14	46	115				

O saldo ativo está reconhecido na rubrica de “Contas a receber de clientes” e o saldo passivo está reconhecido na rubrica de “Fornecedores” do balanço patrimonial.

A receita está contabilizada na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” e custo e despesa estão contabilizados nas rubricas “Custo dos produtos vendidos” e “Despesas gerais e administrativas” na demonstração de resultado.

Os débitos junto à controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda. são decorrentes de operações comerciais e de aquisição de matéria-prima a preços e prazos em condições estabelecidas entre as partes.

Os débitos junto à Souto Correa Cesa & Amaral Advogados são decorrentes de serviços de assessoria e consultoria jurídica na condução de demandas administrativas e judiciais da Companhia, contratados a preços, prazos e condições de mercado.

O débito junto a MCFD Administração de Imóveis Ltda. e PFD Administração de Imóveis Ltda., corresponde ao valor mensal de aluguel da Unidade Embalagem SP – Indaiatuba, firmado em 26 de dezembro de 2006, conforme Fato Relevante do dia 07 de abril de 2025, foi prorrogado por mais 25 anos a contar de 2027. O contrato está reconhecido como arrendamento conforme nota explicativa nº 16.

b) Remuneração e benefícios da administração e conselho fiscal

Controladora	Passivos		Despesas	
	31.03.26	31.12.25	31.03.26	31.03.25
Remuneração dos administradores e conselho fiscal*	1.652	3.163	4.575	4.698
Participação dos administradores	13.512	19.991	2.157	4.619
Participação nos Resultados de Longo Prazo - "Upside "	8.636	7.664	-	-
Total	23.800	30.818	6.732	9.317
Parcela circulante	10.288	10.827		
Parcela não circulante	13.512	19.991		

* sem encargos sociais e incluindo benefícios

Consolidado	Passivos		Despesas	
	31.03.26	31.12.25	31.03.26	31.03.25
Remuneração dos administradores e conselho fiscal*	1.652	3.163	4.588	4.750
Participação dos administradores	13.512	19.991	2.157	4.619
Participação nos Resultados de Longo Prazo - "Upside "	8.636	7.664	-	-
Total	23.800	30.818	6.745	9.369
Parcela circulante	10.288	10.827		
Parcela não circulante	13.512	19.991		

* sem encargos sociais e incluindo benefícios

O saldo passivo está reconhecido na rubrica de “Obrigações sociais e previdenciárias” do balanço patrimonial.

A remuneração dos administradores e conselho fiscal está contabilizada na rubrica de despesas “Gerais e administrativas” e a participação dos administradores está contabilizada em rubrica própria “Participação dos administradores” na demonstração de resultado.

A remuneração global dos administradores e do conselho fiscal aprovada pela Assembleia Geral Ordinária de 24 de abril de 2026, é de valor máximo de R\$ 23.000 que compreendem honorários fixos, benefícios e remuneração variável de curto prazo.

A remuneração dos administradores no montante de R\$ 1.652 em 31 de março de 2026 (R\$ 3.163 em 31 de dezembro de 2025) se refere ao bônus a pagar do programa de incentivos de curto prazo.

A participação dos administradores decorre de previsão estatutária conforme Artigo 24 do [Estatuto Social da Companhia](#), limitado a 10% (dez por cento) dos lucros, ou a sua remuneração anual, se este limite for menor.

As participações nos Resultados de Longo Prazo – “Upside”, se referem à destinação para pagamento de parcela da participação dos administradores, com teto que será o equivalente à remuneração mensal de cada administrador no mês de dezembro do ano imediatamente anterior ao ano do efetivo pagamento, multiplicado por 25 vezes até o Upside de 2021 e 21 vezes a partir do Upside de 2022, a serem distribuídas àqueles participantes do programa, conforme [aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 04 de agosto de 2022](#). Não se trata de um plano de *Stock Option*.

21. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS

A Companhia e suas controladas figuram como parte em ações judiciais de naturezas tributárias, cíveis e trabalhistas e em processos administrativos de natureza tributária. A classificação da probabilidade de perda nos referidos processos leva em consideração a avaliação de seus assessores jurídicos diante da legislação aplicável ao caso, contexto probatório demonstrado, decisões administrativas dos Órgãos Fiscalizadores do Governo Federal e Estadual, posicionamento jurisprudencial dos Tribunais, bem como entendimento das Cortes Superiores.

Atendendo o Pronunciamento do CPC 25/IAS 37, para os processos da Companhia e Subsidiárias que seus assessores jurídicos classificaram com probabilidade de perda provável, foram registradas provisões contábeis conforme a abertura de saldos abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.26	31.12.25	31.03.26	31.12.25
Provisões cíveis	1.409	1.391	1.409	1.800
Provisões trabalhistas	3.341	3.299	3.860	3.911
Provisões tributárias	23.073	22.720	23.073	22.720
Total	27.823	27.410	28.342	28.431

Detalhamento das movimentações das provisões conforme segue:

Controladora	01.01.25	Provisão	Pagamentos	Reversão	Depósitos judiciais vinculados	31.12.25
Cível	858	845	(312)	-	-	1.391
Trabalhista	4.967	715	(2.031)	(427)	75	3.299
Tributária	18.282	8.798	-	(4.360)	-	22.720
	24.107	10.358	(2.343)	(4.787)	75	27.410
Controladora	01.01.26	Provisão	Pagamentos	Reversão	Depósitos judiciais vinculados	31.03.26
Cível	1.391	20	(2)	-	-	1.409
Trabalhista	3.299	345	(310)	-	7	3.341
Tributária	22.720	1.184	-	(831)	-	23.073
	27.410	1.549	(312)	(831)	7	27.823
Consolidado	01.01.25	Provisão	Pagamentos	Reversão	Depósitos judiciais vinculados	31.12.25
Cível	1.242	875	(312)	(5)	-	1.800
Trabalhista	6.038	1.088	(2.753)	(537)	75	3.911
Tributária	18.282	8.798	-	(4.360)	-	22.720
	25.562	10.761	(3.065)	(4.902)	75	28.431
Consolidado	01.01.26	Provisão	Pagamentos	Reversão	Depósitos judiciais vinculados	31.03.26
Cível	1.800	20	(2)	(409)	-	1.409
Trabalhista	3.911	422	(322)	(158)	7	3.860
Tributária	22.720	1.184	-	(831)	-	23.073
	28.431	1.626	(324)	(1.398)	7	28.342

As provisões constituídas referem-se principalmente a:

- Os processos cíveis relacionam-se, entre outras questões, a pedidos indenizatórios de perdas e danos. Em 31 de março de 2026, havia no consolidado o valor de R\$ 1.409 provisionado para fazer frente às eventuais condenações nesses processos.
- Os processos trabalhistas têm como principais pedidos o pagamento de adicional de periculosidade e de insalubridade, horas extras e indenizações por danos morais e materiais. Com base na experiência passada e na assessoria de seus advogados, a Companhia mantém provisionado, no consolidado, o valor de R\$ 3.860 em 31 de março de 2026 e acredita que esse montante seja suficiente para cobrir prováveis perdas trabalhistas.

- c) As provisões tributárias totalizam no consolidado o valor de R\$ 23.073 em 31 de março de 2026, e se referem principalmente às seguintes matérias:
- i) Apropriação de Crédito Presumido de ICMS no Estado de Minas Gerais vinculado a Protocolo de Intenções para Investimento na Unidade Papel localizada no Município de Santa Luzia, o qual não foi iniciado pois aguarda autorização dos Órgãos Ambientais e por razões estratégicas de mercado da Companhia. O montante apropriado até 31 de março de 2026 foi de R\$ 12.296, para o qual foi constituída provisão para riscos tributários no valor corrigido de R\$ 18.373.
 - ii) Execução Fiscal nº 5001467-40.2016.4.04.7203 originado pelo Auto de Infração emitido pela Receita Federal do Brasil em 2006, referente a glosa de crédito presumido de IPI dos períodos de 10/2004 a 08/2006, com valor atualizado de R\$ 4.318.

Contingências

Para as contingências avaliadas pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos como perdas possíveis não foram constituídas provisões contábeis.

A Companhia e suas controladas figuram como parte em ações judiciais de naturezas tributárias, cíveis e trabalhistas e em processos administrativos de natureza tributária que diante do estágio do respectivo processo, contexto probatório, posicionamento dos Órgãos Fiscalizadores e da jurisprudência sobre o assunto, foram classificados com probabilidade de perda possível. Sendo que para estes casos, em consonância com as normas contábeis não há provisões constituídas.

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o montante dessas contingências possíveis de naturezas trabalhistas, cíveis, e tributárias é composto como segue:

	Consolidado	
	31.03.26	31.12.25
Contingências trabalhistas	20.667	16.431
Contingências cíveis	9.967	10.446
Contingências tributárias	152.106	149.861
	182.740	176.738

Contingências trabalhistas:

As ações trabalhistas classificadas como perda possível, avaliadas pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos, totalizam R\$ 20.667 em 31 de março de 2026 (R\$ 16.431 em 31 de dezembro de 2025). Os principais pedidos nessas ações se referem a adicional de periculosidade, adicional de insalubridade e horas extras, bem como a indenizações por danos morais e materiais.

Contingências cíveis:

As ações cíveis classificadas como perda possível, avaliadas pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 9.967 em 31 de março de 2026 (R\$ 10.446 em 31 de dezembro de 2025) e contemplam principalmente ações de indenização, em sua maior parte, decorrentes de relações contratuais, incluindo a discussão de valores relacionados a perdas e danos.

Contingências tributárias passivas:

As ações tributárias avaliadas pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 152.106 em 31 de março de 2026 (R\$ 149.861 em 31 de dezembro de 2025) e contemplam principalmente os seguintes processos:

- Processos Administrativos e Judiciais referentes a cobranças do Estado de Santa Catarina, oriundos de crédito tributário de ICMS supostamente indevido na aquisição de materiais utilizados no processo produtivo das unidades Industriais instaladas no Estado, com valor em 31 de março de 2026 de R\$ 33.525 (R\$ 33.598 em 31 de dezembro de 2025). A Companhia discute administrativa e judicialmente as referidas notificações fiscais.
- Processos Administrativos referentes a Autos de Infração de PIS e COFINS oriundos de crédito tributário supostamente indevido, com valor em 31 de março de 2026 de R\$ 52.020 (R\$ 51.102 em 31 de dezembro de 2025). A Companhia contesta os referidos autos administrativa e judicialmente e aguarda os respectivos julgamentos.
- Processo Administrativo referente a Auto de Infração de PIS e COFINS emitido pela Receita Federal do Brasil (RFB) no segundo trimestre de 2024, oriundo de crédito tributário supostamente indevido na aquisição de goma resina no período de 01/2020 a 12/2021, com valor em 31 de março de 2026 de R\$ 29.428 (R\$ 28.705 em 31 de dezembro de 2025). A Companhia apresentou no dia 29 de dezembro de 2025 Recurso Voluntário e aguarda julgamento.
- Processos Administrativos referentes a cobranças de supostos débitos de INSS, oriundos de auto de infração de INSS decorrente de compensação de débitos destes tributos com créditos da mesma espécie, que totalizam em 31 de março de 2026 o valor de R\$ 13.480 (R\$ 12.850 em 31 de dezembro de 2025). A Companhia discute administrativamente as referidas notificações fiscais.
- Processos referentes a Autos de Infração de IRPJ oriundos de compensação de débitos destes tributos com créditos da mesma espécie, com valor em 31 de março de 2026 de R\$ 3.178 (R\$ 3.142 em 31 de dezembro de 2025). A Companhia discute administrativa e judicialmente as referidas notificações fiscais.
- Notificação Fiscal que tem objeto aplicação de multa relativa ao IRPJ e CSLL dos exercícios 2015 a 2018, decorrentes de exclusões supostamente indevidas sobre o lucro líquido de cada período. A Receita Federal do Brasil entendeu que as reduções, com aumento do prejuízo fiscal, teriam origem em amortização fiscal de ágio, sem respaldo legal.

O processo se encontra suspenso em virtude de a Companhia ter apresentado a respectiva impugnação administrativa, pela qual aguarda julgamento. O valor da multa aplicada na Notificação Fiscal é de R\$ 445. Caso a Companhia não obtenha êxito haverá reflexo adicional de reversão de prejuízo fiscal pela amortização do ágio utilizado no período, que resulta em redução de aproximadamente R\$ 19.551 de IRPJ e CSLL ativo sobre o valor amortizado do ágio.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social em 31 de março de 2026 é de R\$ 646.895 (R\$ 646.895 em 31 de dezembro de 2025), composto em 31 de março de 2026 por 230.501.219 ações ordinárias sem valor nominal (230.501.219 ações ordinárias sem valor nominal em 31 de dezembro de 2025). No segundo trimestre de 2025 houve a capitalização da conta de reserva de retenção de lucros no montante de R\$ 80.000 sem emissão de novas ações, conforme deliberado em Assembleia Geral da Companhia.

O valor do capital social, líquido dos custos com emissões de ações de R\$ 22.961, é de R\$ 623.934 em 31 de março de 2026 (R\$ 623.934 em 31 de dezembro de 2025).

b) Remuneração dos acionistas

i) Dividendos intercalares

De acordo com a Política de Distribuição de Dividendos e pagamento de Juros sobre o Capital Próprio da Companhia, que determina a distribuição trimestral do equivalente a 25% do lucro líquido apurado nas Demonstrações Financeiras, calculado conforme os artigos 22 a 29 do Estatuto Social da Companhia, os dividendos intercalares referentes ao 1º Trimestre de 2026 a serem aprovados pelo Conselho de Administração serão de R\$ 5.170.

ii) Dividendos adicionais propostos do exercício de 2025

Em [Assembleia Geral Ordinária de Acionistas na data de 24 de abril de 2026](#), foram aprovados dividendos adicionais referente ao exercício de 2025, no valor total de R\$ 59.724, sendo o dividendo por ação o valor de R\$ 0,259103, os quais serão colocados à disposição dos acionistas até 30 de maio de 2026.

c) Ações em tesouraria

Programa de Recompra de Ações 2025: [O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 24 de setembro de 2025 o Programa de Recompra de Ações 2025](#), que passou a vigorar a partir de 25 de setembro de 2025 e término em 25 de março de 2027, com limite de aquisição de 9.771.034 ações ordinárias, representativas de 10% do total de ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação, e tem como objetivo maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital da Companhia, até a data de 31 de março de 2026 não houve recompra de ações ordinárias da Companhia referente ao Programa de Recompra de Ações 2025.

d) Reservas de lucros

As Reservas de lucros estão compostas por: i) reserva legal, ii) reserva de ativos biológicos, iii) reserva de retenção de lucros, iv) reservas de incentivos fiscais.

i) Em conformidade com o [Estatuto Social da Companhia](#) a Reserva legal é constituída através da destinação de 5% do lucro líquido do exercício e poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumento de capital.

ii) A reserva de ativos biológicos foi constituída em função de a Companhia ter avaliado seus ativos biológicos a valor justo no balanço de abertura para adoção inicial do IFRS. A criação desta reserva estatutária foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de 29 de fevereiro de 2012, quando ocorreu a transferência do montante reconhecido anteriormente em reserva de lucros a realizar.

iii) A reserva de retenção de lucros está composta pelo saldo de lucros remanescentes após a compensação dos prejuízos e a constituição da reserva legal, bem como diminuído da parcela de dividendos distribuídos. Esses recursos serão destinados a investimentos em ativo imobilizado previamente aprovados pelo Conselho de Administração ou poderão, futuramente, serem deliberados para distribuição pela Assembleia Geral. Alguns contratos com credores contêm cláusulas restritivas para distribuição de dividendos superiores ao mínimo legal na data da deliberação para seu respectivo pagamento.

iv) A reserva de incentivos fiscais foi constituída pela parcela do lucro líquido de exercícios anteriores decorrente de subvenções governamentais para investimentos na modernização e ampliação da capacidade de produção de papel em Minas Gerais e ampliação da unidade industrial localizada em Santa Catarina, sendo excluída da base do dividendo obrigatório.

Na data-base de 31 de dezembro de 2025, as reservas de lucro superavam o valor do Capital Social em R\$ 93.187. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 24 de abril de 2026, que deliberou sobre as demonstrações financeiras também deliberou sobre a proposta da Administração para distribuição de dividendos adicionais. Ainda será realizada Assembleia Geral Extraordinária para deliberar sobre proposta da Administração de aumento de capital à conta das reservas de lucros, adequando o saldo e assim atendendo o referido dispositivo legal.

e) Ajustes de avaliação patrimonial

Foi constituído em função de a Companhia ter avaliado seus ativos imobilizados (terras, maquinários e edificações) ao custo atribuído no balanço de abertura para adoção inicial do IFRS. Sua realização se dará pela depreciação do respectivo valor de custo atribuído, quando também será oferecida à base de dividendos. O saldo líquido dos tributos em 31 de março de 2026 corresponde a um saldo credor de R\$ 107.682 (R\$ 109.919 em 31 de dezembro de 2025).

As movimentações dos ajustes de avaliação patrimonial estão demonstradas no quadro que segue:

	<u>Consolidado</u>
Em 01 de janeiro de 2025	118.868
Realização anual - custo atribuído	(8.949)
Em 31 de dezembro de 2025	109.919
Realização no período - custo atribuído	(2.237)
Em 31 de março de 2026	107.682

23. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico e diluído é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada das ações disponíveis durante o período. A Companhia não possui efeitos de ações potenciais como dívidas conversíveis em ações, desta forma o lucro diluído é igual ao lucro básico por ação.

a) Resultado básico e diluído:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>31.03.26</u>	<u>31.03.25</u>
	<u>Ações ON Ordinárias</u>	<u>Ações ON Ordinárias</u>
Média ponderada da quantidade de ações	230.501.219	232.402.252
Lucro do período incluindo operações continuadas e descontinuadas atribuível a cada espécie de ações	19.416	58.695
Lucro por ação básico e diluído de operações continuadas - R\$	0,0842	0,2616
Prejuízo por ação básico e diluído de operações descontinuadas - R\$	-	(0,0091)
Total lucro por ação básico e diluído	0,0842	0,2526

24. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

A receita líquida da Companhia está apresentada conforme segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.26</u>	<u>31.03.25</u>	<u>31.03.26</u>	<u>31.03.25</u>
Receita bruta de vendas de produtos	521.888	545.290	524.883	547.355
Impostos sobre as vendas	(109.798)	(115.902)	(110.137)	(116.019)
Devoluções de vendas	(4.901)	(8.239)	(4.901)	(8.258)
Receita líquida de vendas	407.189	421.149	409.845	423.078

As receitas da Companhia são reconhecidas quando as obrigações de performance são atendidas, o que geralmente ocorre quando os produtos são entregues e o risco transferido aos clientes nas vendas para o mercado interno ou no embarque dos produtos vendidos nas vendas para o mercado externo. Os principais produtos vendidos pela Companhia representam os segmentos operacionais estabelecidos conforme nota explicativa nº 28.

Todas as transações de venda geram recebíveis que estão descritos na nota explicativa nº 6. Não há outros ativos ou passivos de contrato reconhecidos.

25. CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS POR NATUREZA

A composição dos custos, despesas e outras receitas por natureza está apresentada conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.26	31.03.25	31.03.26	31.03.25
Variação do valor justo dos ativos biológicos				
Variação do valor justo dos ativos biológicos	8.123	16.831	8.043	25.715
	8.123	16.831	8.043	25.715
Custo dos produtos vendidos				
Custos fixos e variáveis (matérias-primas e materiais de consumo)	(192.901)	(172.237)	(176.122)	(164.291)
Custo com pessoal	(53.239)	(48.242)	(54.046)	(51.337)
Contratação de serviços	(5.629)	(9.278)	(5.879)	(9.652)
Depreciação, amortização e exaustão	(40.809)	(45.542)	(55.095)	(49.598)
	(292.578)	(275.299)	(291.142)	(274.878)
Despesas com vendas				
Gasto com pessoal	(4.057)	(4.065)	(4.057)	(4.065)
Contratação de serviços	(396)	(501)	(396)	(501)
Despesa com logística (fretes)	(21.383)	(23.024)	(21.652)	(23.779)
Depreciação e amortização	(138)	(119)	(138)	(119)
Comissões Sobre Vendas	(2.217)	(2.887)	(2.217)	(2.887)
Outros	(4.252)	(3.266)	(4.252)	(3.266)
	(32.443)	(33.862)	(32.712)	(34.617)
Reversão (Perdas) por impairment contas a receber				
Reversão (Perdas) por impairment contas a receber	(46)	70	(46)	70
	(46)	70	(46)	70
Despesas Gerais e administrativas				
Gasto com pessoal	(21.661)	(21.680)	(21.661)	(21.680)
Contratação de serviços	(2.338)	(2.983)	(2.338)	(3.099)
Depreciação e amortização	(1.715)	(1.858)	(1.715)	(1.858)
Outros	(4.307)	(2.009)	(4.644)	(2.272)
	(30.021)	(28.530)	(30.358)	(28.909)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas				
Resultado da venda de bens sinistrados e alienados	68	66	68	66
Resultado da provisão de subvenção governamental Estado MG	108	(274)	108	(274)
Resultado da rescisão de contrato de representação comercial	-	(585)	-	(585)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas	255	245	796	728
	431	(548)	972	(65)
Participação dos administradores				
Participação dos administradores	(2.157)	(4.619)	(2.157)	(4.619)
	(2.157)	(4.619)	(2.157)	(4.619)

26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.26	31.03.25	31.03.26	31.03.25
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	27.478	17.012	27.955	17.781
Juros sobre outros ativos	2.607	4.926	2.709	4.927
Descontos obtidos	608	678	608	679
	30.693	22.616	31.272	23.387
Variação cambial				
Variação cambial ativa	1.707	2.942	1.707	2.942
Variação cambial passiva	(1.373)	(2.870)	(1.373)	(2.870)
Variação cambial líquida	334	72	334	72
Despesas financeiras				
Juros	(62.841)	(50.754)	(62.841)	(50.754)
Descontos concedidos	(11)	(91)	(11)	(91)
Deságios/despesas bancárias	(70)	(90)	(107)	(93)
Juros Passivos Sobre Arrendamentos	(1.528)	(475)	(1.528)	(475)
Instrumentos derivativos - <i>swap</i>	(583)	513	(583)	513
Outros	(1.428)	(2.723)	(1.432)	(2.728)
	(66.461)	(53.620)	(66.502)	(53.628)
Resultado financeiro líquido	(35.434)	(30.932)	(34.896)	(30.169)

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Gestão do risco de capital

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (captações, debêntures e instrumentos financeiros derivativos – *swap* detalhadas nas notas explicativas nº 17, nº 18 e nº 10, deduzidos pelo caixa e saldos de bancos e aplicações financeiras), conforme detalhado na nota explicativa nº 5, e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº 22).

A Administração da Companhia revisa periodicamente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, são considerados o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital. A Companhia, de acordo com a sua Política de Gestão Financeira, tem como meta manter uma estrutura de capital de 30% a 50% de capital próprio e 70% a 50% de capital de terceiros. A estrutura de capital em 31 de março de 2026 foi de 44% capital próprio e 56% capital de terceiros.

Índice de endividamento

O índice de endividamento em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.26	31.12.25	31.03.26	31.12.25
Dívida	1.842.702	1.909.711	1.842.702	1.909.711
Instrumentos derivativos - <i>swap</i>	(11.413)	(11.996)	(11.413)	(11.996)
Caixa e equivalentes de caixa	(745.985)	(825.161)	(760.220)	(839.834)
Dívida líquida	1.085.304	1.072.554	1.071.069	1.057.881
Patrimônio líquido	1.471.350	1.451.934	1.471.350	1.451.934
Índice de endividamento líquido	0,74	0,74	0,73	0,73

Categorias de instrumentos financeiros

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos financeiros da Companhia em 31 de março de 2026.

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.03.26	31.12.25	31.03.26	31.12.25
Ativos financeiros					
Designados ao valor justo por meio do resultado					
Instrumentos derivativos - <i>swap</i>	10	11.413	11.996	11.413	11.996
Custo amortizado					
Caixa e saldos de bancos	5	745.985	825.161	760.220	839.834
Contas a receber de clientes	6	288.440	283.329	290.878	286.266
Passivos financeiros					
Custo amortizado					
Empréstimos e financiamentos	17	917.067	960.581	917.067	960.581
Debêntures	18	925.635	949.130	925.635	949.130
Fornecedores	19	156.994	170.131	118.325	150.205
Passivo de arrendamento	16	50.665	52.206	50.665	52.206
Parcelamentos tributários		2.226	2.573	2.226	2.573
Dividendos a pagar		1.571	11.190	1.571	11.190
Outras contas a pagar		21.538	17.227	21.789	17.388

i) Custo amortizado:

Os ativos e passivos registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida no resultado do período.

ii) Valor justo:

Os instrumentos financeiros derivativos – *swaps* estão classificados com o método de avaliação em Nível 2 definido como segue:

Nível 2 - inputs que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, mas que não são preços cotados e não ajustados em mercados ativos.

O valor justo dos *swaps* de taxa de juros é calculado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base em curvas de rendimento observáveis.

Fatores de risco financeiro

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

Tendo como objetivo estabelecer regras para a gestão financeira a Companhia mantém em vigor desde 2010, a Política de Gestão Financeira, a qual normatiza e estabelece diretrizes para a utilização dos instrumentos financeiros.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos financeiros. Os instrumentos financeiros derivativos – *swaps* em vigência, foram contratados com o objetivo de troca de indexador de taxa de juros para otimizar a estratégia de gestão dos passivos financeiros e do caixa no longo prazo, conforme descrito na nota explicativa nº 10.

Risco de exposição cambial

A Companhia mantém operações no mercado externo expostas às mudanças nas cotações de moedas estrangeiras. Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, essas operações apresentaram exposição líquida conforme o quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.26	31.12.25	31.03.26	31.12.25
Bancos	1.653	1.046	1.653	1.046
Contas a receber	25.624	21.349	25.624	21.349
Adiantamento de clientes	(1.342)	(1.131)	(1.342)	(1.131)
Fornecedores	(1.065)	(1.553)	(1.065)	(1.553)
Adiantamento à fornecedores	184	1.453	184	1.453
Empréstimos e financiamentos	(21.774)	(22.654)	(21.774)	(22.654)
Exposição líquida	3.280	(1.490)	3.280	(1.490)

A Companhia mantém empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira (ACC) que tem por objetivo fazer frente às eventuais variações do saldo de clientes de exportações.

A Companhia identificou os principais fatores de risco que podem gerar prejuízos para as suas operações com instrumentos financeiros. Com isso, desenvolveu uma análise de sensibilidade, que considera razoável para o negócio, considerando as incertezas das premissas, apresentando um cenário base considerando as projeções do mercado futuro do Dólar Americano da B3 para a próxima divulgação (30 de junho de 2026), além de dois cenários com deterioração e apreciação de 25% (adverso) e 50% (remoto) da variável de risco considerada. Estes cenários poderão gerar impactos no resultado e no patrimônio líquido, conforme segue:

Operação	Saldo 31.03.26 U\$\$	Cenário base Ganho (perda) R\$	Alta do Dólar		Baixa do Dólar	
			Cenário adverso Ganho (perda) R\$	Cenário remoto Ganho (perda) R\$	Cenário adverso Perda (ganho) R\$	Cenário remoto Perda (ganho) R\$
	Taxa	5,29	6,62	7,94	3,97	2,65
Ativos						
Bancos	317	24	420	839	(420)	(839)
Contas a receber	4.909	371	6.498	12.994	(6.498)	(12.994)
Adiantamento a fornecedores	35	3	46	93	(46)	(93)
Passivos						
Fornecedores e Adiantamento de clientes	(461)	(35)	(610)	(1.220)	610	1.220
Empréstimos e financiamentos	(4.172)	(315)	(5.523)	(11.043)	5.523	11.043
Efeito líquido		48	831	1.663	(831)	(1.663)

Esta análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado de câmbio sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Cabe lembrar que foram utilizados os saldos constantes em 31 de março de 2026 como base para projeção de saldo futuro. O efetivo comportamento dos saldos de dívida respeitará seus respectivos contratos, assim como os saldos de contas a receber e a pagar poderão oscilar pelas atividades normais da Companhia e de suas controladas.

Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises. A Companhia procura manter as suas operações de empréstimos e financiamentos, expostos à variação cambial, com pagamentos líquidos anuais equivalentes ou inferiores à sua carteira de clientes de exportações.

Risco de Taxas de juros

A Companhia pode ser impactada por alterações adversas nas taxas de juros. Esta exposição ao risco de taxas de juros se refere, principalmente, à mudança nas taxas de juros de mercado que afetem passivos e ativos da Companhia indexados pela taxa CDI (Taxa de juros dos Certificados de Depósitos Interbancários) e IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

A análise de sensibilidade calculada para o cenário base, cenário adverso e cenário remoto, sobre os contratos de empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos - *swap* que tem base de juros indexados está representada conforme a seguir:

1 – Cenário base: para a definição do cenário base as taxas do CDI utilizadas pela Companhia seguem as projeções do mercado futuro B3 para 30 de junho de 2026 na data de elaboração da análise. O IPCA é obtido do Boletim Focus.

2 – Cenário adverso: correção de 25% das taxas de juros em relação ao nível projetado para 30 de junho de 2026.

3 – Cenário remoto: correção de 50% das taxas de juros em relação ao nível projetado para 30 de junho de 2026.

Operação	Indexador	Saldo 31.03.26	Cenário base Ganho (Perda)		Cenário adverso Ganho (Perda)		Cenário remoto Ganho (Perda)	
			Taxa % a.a	R\$	Taxa % a.a	R\$	Taxa % a.a	R\$
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	760.220	14,64%	(78)	18,30%	28.326	21,96%	56.730
Capital de Giro	CDI	(1.163.081)	14,64%	118	18,30%	(42.997)	21,96%	(86.113)
Swap Passivo	CDI	(173.504)	14,64%	17	18,30%	(6.306)	21,96%	(12.628)
Exposição Líquida ao CDI				57		(20.977)		(42.011)
Capital de Giro	IPCA	(206.691)	4,29%	(319)	5,36%	(2.672)	6,44%	(5.026)
Swap Ativo	IPCA	184.916	4,29%	285	5,36%	2.390	6,44%	4.495
Finame Direto	IPCA	(465.923)	4,29%	(706)	5,36%	(5.913)	6,44%	(11.120)
Exposição Líquida ao IPCA				(740)		(6.195)		(11.651)
Efeito total no Resultado				(683)		(27.172)		(53.662)

Valor justo versus valor contábil

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. Utilizamos os métodos e premissas listados a seguir para estimar o valor justo:

- Os saldos contábeis de contas a receber e contas a pagar de curto prazo apresentados no balanço da Companhia se aproximam dos seus valores justos devido a seus prazos curtos de liquidação.

- Empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos - *swap* - considerando as dívidas, informações de mercado e as taxas de juros dos empréstimos, financiamentos e debêntures contratados, o valor justo é de R\$ 1.690.005 (R\$ 1.831.289 valor contábil), em 31 de março de 2026. A Companhia utilizou como técnica de avaliação fluxos de caixa descontados, considerando o valor presente do pagamento esperado, descontado utilizando taxa de desconto ajustada ao risco da Companhia. O valor justo apurado é de nível 2, na hierarquia do valor justo.

Riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, demonstrada conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.26	31.12.25	31.03.26	31.12.25
Ativos financeiros				
Bancos (a)	2.442	2.914	2.458	2.971
Aplicações financeiras de liquidez imediata (a)	743.543	822.247	757.762	836.863
Contas a receber de clientes (b)	288.440	283.329	290.878	286.266
Instrumentos derivativos - <i>swap</i> *	11.413	11.996	11.413	11.996
Exposição máxima de crédito	1.045.838	1.120.486	1.062.511	1.138.096

*operações e valores descritos na nota explicativa nº 10.

a) Bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata

O risco de crédito dos bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata é administrado pela Companhia conforme a Política de Gestão Financeira, que tem o objetivo de estabelecer as diretrizes para a gestão dos recursos financeiros da Companhia.

O quadro a seguir demonstra o saldo de bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata da Companhia, classificando os montantes de acordo com a classificação nacional de longo prazo das agências de *rating* S&P, Fitch Ratings e Moodys do risco de crédito das instituições financeiras:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.26</u>	<u>Agência</u>
Rating nacional AAA (br)	760.220	Fitch/S&P/Moodys
	760.220	

b) Contas a receber de clientes

As vendas a prazo da Companhia são administradas através de procedimento de análise e concessão de crédito. As perdas de crédito esperadas estão adequadamente cobertas por provisão para fazer face às eventuais perdas na realização destes, conforme detalhado na nota explicativa nº 6.

As contas a receber de clientes estão compostas por grande número de clientes de diferentes setores e áreas geográficas. Uma avaliação contínua do crédito é realizada na condição financeira das contas a receber e, quando apropriado, uma cobertura de garantia de crédito é solicitada.

As informações de concentração das contas a receber de clientes estão apresentadas na nota explicativa nº 28 b.

As renegociações de dívidas de clientes estão amparadas por contratos de confissão de dívida com aval na pessoa física, garantindo o valor a receber.

Risco de liquidez

A Administração monitora o nível de liquidez considerando o fluxo de caixa esperado, de acordo com a Política de Gestão Financeira, que compreende caixa, aplicações financeiras, fluxo de contas a receber e a pagar, pagamento de empréstimos e financiamentos e ajustes de instrumentos financeiros derivativos – *swap*. A política de gestão de liquidez envolve a projeção de fluxos de caixa nas moedas utilizadas e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

O quadro a seguir demonstra o vencimento dos passivos financeiros contratados pela Companhia. Os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros pré-fixados incidentes nas operações, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de março de 2026.

Controladora

	2026	2027	2028	2029	acima 2030
Passivos					
Fornecedores	156.994	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	139.556	325.692	165.482	54.610	381.755
Debêntures	45.718	513.224	138.831	136.662	108.862
Parcelamentos tributários	654	460	450	460	202
Passivo de arrendamento	5.125	3.151	3.117	3.028	36.244
Dividendos e JCP a pagar	1.571	-	-	-	-
Outras contas a pagar	20.809	729	-	-	-
	370.427	843.256	307.880	194.760	527.063

Consolidado

	2026	2027	2028	2029	acima 2030
Passivos					
Fornecedores	118.325	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	139.556	325.692	165.482	54.610	381.755
Debêntures	45.718	513.224	138.831	136.662	108.862
Parcelamentos tributários	654	460	450	460	202
Passivo de arrendamento	5.125	3.151	3.117	3.028	36.244
Dividendos e JCP a pagar	1.571	-	-	-	-
Outras contas a pagar	21.060	729	-	-	-
	332.009	843.256	307.880	194.760	527.063

Instrumentos financeiros derivativos

 a) 4ª Emissão de Debêntures

Em 01 de dezembro de 2021, a Companhia contratou instrumento derivativo - *swap* de troca de taxa com o Banco Santander, com objetivo de modificar a remuneração associada à taxa de juros da 4ª Emissão de Debêntures.

O valor de referência atribuído na data de contratação (nocial) é de R\$ 66.225. Os ajustes ocorrerão nas mesmas datas de pagamento da 4ª Emissão de Debêntures, que tem vencimento final em 15 de dezembro de 2029, de forma que o seu custo efetivo seja, ao final, o equivalente ao CDI + 0,71% a.a. (CDI mais setenta e um centésimos por cento ao ano).

 b) 6ª Emissão de Debêntures

Em 28 de outubro de 2025, a Companhia contratou instrumento derivativo - *swap* de troca de taxa com a XP Investimentos, com objetivo de modificar a remuneração associada à taxa de juros da 6ª Emissão de Debêntures.

O valor de referência atribuído na data de contratação (nocial) é de R\$ 120.000. Os ajustes ocorrerão nas mesmas datas de pagamento da 6ª Emissão de Debêntures, que tem vencimento final em 15 de agosto de 2040, de forma que o seu custo efetivo seja, ao final, o equivalente a CDI – 1,13% a.a. (CDI menos um inteiro e treze centésimos por cento ao ano).

A nota explicativa nº 10 contém demais informações sobre as referidas operações.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros abaixo estão sujeitos a compensações contratuais.

	<u>Valor bruto de ativos financeiros</u>	<u>Valor bruto dos passivos financeiros</u>	<u>Valor líquido de ativos financeiros apresentados no balanço patrimonial</u>
Em 31 de março de 2026			
Ativos financeiros derivativos - <i>swap</i>	184.917	173.504	11.413

Riscos e gestão das mudanças climáticas

A Companhia está exposta a mudanças climáticas que podem ter impactos sobre os ativos biológicos, ativos imobilizados e processos produtivos, que podem sofrer perdas devido à elevação de temperatura, escassez ou excesso de água e interrupção na cadeia produtiva causados por eventos climáticos adversos.

Ativos biológicos: aumento de focos de incêndios e impacto no incremento médio anual (IMA) das florestas.

Ativos imobilizados: eventos climáticos adversos como granizos, vendavais, enchentes e descargas atmosféricas podem causar danos como destelhamento de fábricas, inundações com perdas de máquinas e equipamentos e danos às edificações.

Processos produtivos: eventos climáticos podem ocasionar a redução de produção devido a interrupção de fluxos logísticos para recebimento de insumos, desabastecimento e/ou má qualidade de matérias-primas, falta de energia elétrica e/ou falta de água, com o conseqüente atraso na entrega para clientes.

Os riscos mencionados relativos a mudanças climáticas podem refletir em impactos financeiros negativos à Companhia como a inadimplência de clientes direta ou indiretamente afetados por eventos climáticos adversos, bem como em perda de volumes de vendas.

A Companhia possui equipe dedicada à gestão integrada de riscos, incluindo os riscos relacionados às mudanças climáticas, que apoia os gestores dos riscos com metodologias alinhadas às normas e boas práticas, que visam garantir a identificação, a avaliação e o tratamento dos seus principais riscos. Por meio da sua sistemática de gestão, permite o monitoramento contínuo dos riscos e seus eventuais impactos, o controle das variáveis envolvidas e a definição e implementação de medidas mitigatórias, que visam reduzir as exposições identificadas.

28. SEGMENTOS OPERACIONAIS

a) Critérios de identificação dos segmentos operacionais

A Companhia possui três segmentos estratégicos principais, seguindo a forma com que a Administração gerencia o negócio. A receita da Companhia está segmentada de acordo com os produtos e segmentos operacionais definidos.

A Administração definiu como segmentos operacionais: Segmento Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado); Segmento Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel); Segmento Florestal RS, conforme segue abaixo descrito:

Segmento Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado): este segmento produz caixas e chapas de papelão ondulado, leves e pesadas, e conta com duas unidades produtivas: Embalagem SC - Campina da Alegria e Embalagem SP - Indaiatuba.

Segmento Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel): produz papéis Kraft de baixa e alta gramaturas e papéis reciclados, destinados ao mercado externo e interno, além de direcionar parte da produção para o Segmento Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado), com duas unidades produtivas: Papel SC Campina da Alegria e Papel MG – Santa Luzia.

Segmento Florestal RS: cultiva e planta pinus para comercialização de toras de madeira e arrendamento para extração de resinas.

b) Informações consolidadas dos segmentos operacionais

	Consolidado				Total
	Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado)	Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel)	Florestal RS	Corporativo/ eliminações	
	31.03.26				
Receita líquida de vendas					
Mercado interno	258.115	110.491	2.657	-	371.263
Mercado externo	-	38.582	-	-	38.582
Receita líquida de vendas totais	258.115	149.073	2.657	-	409.845
Variação valor justo ativo biológico	-	3.973	4.070	-	8.043
Custo dos produtos vendidos	(185.108)	(103.428)	(2.606)	-	(291.142)
Lucro bruto	73.007	49.618	4.121	-	126.746
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(24.770)	(10.545)	92	(29.078)	(64.301)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	48.237	39.073	4.213	(29.078)	62.445
Resultado financeiro	(10.230)	(24.924)	229	29	(34.896)
Resultado operacional antes dos efeitos tributários	38.007	14.149	4.442	(29.049)	27.549
Depreciação, exaustão e amortização	(8.821)	(45.549)	(1.193)	(1.385)	(56.948)
	Consolidado				
	31.03.25				
	Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado)	Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel)	Florestal RS	Corporativo/ eliminações	Total
Receita líquida de vendas					
Mercado interno	254.095	124.190	1.933	-	380.218
Mercado externo	-	42.860	-	-	42.860
Receita líquida de vendas totais	254.095	167.050	1.933	-	423.078
Variação valor justo ativo biológico	-	21.556	4.159	-	25.715
Custo dos produtos vendidos	(175.050)	(99.167)	(661)	-	(274.878)
Lucro bruto	79.045	89.439	5.431	-	173.915
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(24.792)	(12.906)	(500)	(29.942)	(68.140)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	54.253	76.533	4.931	(29.942)	105.775
Resultado financeiro	(7.747)	(22.708)	191	95	(30.169)
Resultado operacional antes dos efeitos tributários	46.506	53.825	5.122	(29.847)	75.606
Depreciação, exaustão e amortização	(9.237)	(39.891)	(926)	(1.521)	(51.575)

O saldo na coluna Corporativo/eliminações envolve substancialmente despesas da área de apoio corporativa, não rateadas aos demais segmentos e as eliminações referem-se aos ajustes das operações entre os demais segmentos.

As informações referentes ao resultado financeiro foram distribuídas por segmento operacional levando-se em consideração a alocação específica de cada receita e despesa financeira ao seu segmento, e a distribuição das despesas e receitas corporativas proporcional ao faturamento de cada segmento.

As informações de imposto de renda e contribuição social não foram divulgadas nas informações por segmento em razão da não utilização da Administração da Companhia dos referidos dados de forma segmentada.

No período de três meses findo em 31 de março de 2026, um único cliente representava 11,8 % das receitas líquidas do mercado interno no segmento Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado), equivalente a R\$ 30.378. As demais vendas da Companhia no mercado interno e externo foram pulverizadas, não havendo concentração de vendas de percentual acima de 10% para nenhum outro cliente.

c) Receitas líquidas de vendas no mercado externo

As receitas líquidas de vendas para o mercado externo estão distribuídas por diversos países, conforme composição que segue:

Consolidado			Consolidado		
31.03.26			31.03.25		
País	Rec. líquida exportação	% na receita líquida total	País	Rec. líquida exportação	% na receita líquida total
Arábia Saudita	6.609	1,61%	Arábia Saudita	9.911	2,34%
Argentina	6.107	1,49%	Argentina	9.540	2,25%
Portugal	3.473	0,85%	China	4.404	1,04%
Chile	3.365	0,82%	Chile	3.610	0,85%
África do Sul	2.860	0,70%	África do Sul	3.447	0,81%
Paquistão	2.830	0,69%	Paraguai	2.940	0,69%
Paraguai	2.168	0,53%	Kuwait	1.460	0,35%
Peru	2.007	0,49%	Paquistão	1.086	0,26%
Emirados Árabes Unidos	1.770	0,43%	Portugal	1.076	0,25%
Uruguai	1.431	0,35%	Alemanha	1.073	0,25%
Turquia	1.199	0,29%	Bolívia	805	0,19%
China	1.124	0,27%	Uruguai	582	0,14%
Itália	890	0,22%	Peru	557	0,13%
Alemanha	801	0,20%	EUA	556	0,13%
Bolívia	769	0,19%	Suécia	429	0,10%
Outros países	1.179	0,29%	Outros países	1.384	0,33%
	38.582	9,42%		42.860	10,11%

29. SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL

A Companhia possui incentivos fiscais de ICMS no Estado de Minas Gerais e no Estado de Santa Catarina:

ICMS/MG – Crédito Presumido: O Estado de Minas Gerais concede como principal benefício crédito presumido de ICMS resultando no recolhimento efetivo de 2% do valor das operações de saída dos produtos industrializados pela Companhia. O efeito no lucro operacional antes dos efeitos tributários no período de três meses findo em 31 de março de 2026 foi de R\$ 1.733 (R\$ 1.700 no período de três meses findo em 31 de março de 2025).

ICMS/SC – PRODEC: A Companhia teve deferido o pedido de Regime Especial que possibilita diferimento para pagamento após 48 meses de 70% do incremento de ICMS no Estado de Santa Catarina, calculado sobre uma base média (julho de 2020 a junho de 2021) anterior aos investimentos realizados. Esse benefício é calculado mensalmente e está vinculado aos investimentos da Plataforma

Gaia, tendo como requisito a manutenção da regularidade junto ao Estado, o que está sendo plenamente atendido.

Sobre os valores dos incentivos, não haverá incidência de encargos às taxas contratuais. A vigência do benefício é de 19 anos (15 anos de fruição e 4 anos de carência), iniciado em junho de 2023 e com término em maio de 2038, ou até o limite de R\$ 743.000 de ICMS diferido. Até 31 de março de 2026 a Companhia possui R\$ 366 de ICMS diferido registrado no passivo, líquido da subvenção governamental de R\$ 294.

A partir da implementação total da reforma tributária ao final de 2032, está prevista a extinção total dos benefícios fiscais concedidos pelos Estados, eliminando desta forma os efeitos das subvenções governamentais da Companhia.

30. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

	Controladora			Consolidado		
	Passivos			Passivos		
	Empréstimos, financiamentos, debêntures e swap	Dividendos a pagar	Passivos de arrendamento	Empréstimos, financiamentos, debêntures e swap	Dividendos a pagar	Passivos de arrendamento
SALDO EM 01 DE JANEIRO DE 2025	1.686.114	46.550	19.449	1.686.114	46.550	19.449
Alterações que afetam caixa	30.160	(44.777)	(3.061)	30.160	(44.777)	(3.061)
Pagamento de dividendos	-	(44.777)	-	-	(44.777)	-
Passivos de arrendamento pagos	-	-	(2.585)	-	-	(2.585)
Empréstimos, financiamentos e debêntures captados	150.000	-	-	150.000	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	(40.069)	-	-	(40.069)	-	-
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e swap	(79.771)	-	-	(79.771)	-	-
Pagamento de juros sobre passivos de arrendamento	-	-	(476)	-	-	(476)
Alterações que não afetam caixa (*)	49.887	120	3.964	49.887	120	3.964
Passivos de arrendamento - Adição/baixa	-	-	3.488	-	-	3.488
Variações monetárias e encargos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e swap	49.350	-	-	49.350	-	-
Juros sobre passivos de arrendamento	-	-	476	-	-	476
Dividendos	-	120	-	-	120	-
Ajuste de swap	537	-	-	537	-	-
SALDO EM 31 DE MARÇO DE 2025	1.766.161	1.893	20.352	1.766.161	1.893	20.352

	Controladora			Consolidado		
	Passivos			Passivos		
	Empréstimos, financiamentos, debêntures e swap	Dividendos a pagar	Passivos de arrendamento	Empréstimos, financiamentos, debêntures e swap	Dividendos a pagar	Passivos de arrendamento
SALDO EM 01 DE JANEIRO DE 2026	1.909.711	11.190	52.206	1.909.711	11.190	52.206
Alterações que afetam caixa	(127.203)	(9.583)	(3.196)	(127.203)	(9.583)	(3.196)
Pagamento de dividendos	-	(9.583)	-	-	(9.583)	-
Passivos de arrendamento pagos	-	-	(1.668)	-	-	(1.668)
Empréstimos, financiamentos e debêntures captados	-	-	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	(37.773)	-	-	(37.773)	-	-
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e swap	(89.430)	-	-	(89.430)	-	-
Pagamento de juros sobre passivos de arrendamento	-	-	(1.528)	-	-	(1.528)
Alterações que não afetam caixa (*)	60.194	(36)	1.655	60.194	(36)	1.655
Passivo de arrendamento - Adição/baixa	-	-	127	-	-	127
Variações monetárias e encargos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e swap	60.777	-	-	60.777	-	-
Juros sobre passivos de arrendamento	-	-	1.528	-	-	1.528
Dividendos	-	(36)	-	-	(36)	-
Ajuste de swap	(583)	-	-	(583)	-	-
SALDO EM 31 DE MARÇO DE 2026	1.842.702	1.571	50.665	1.842.702	1.571	50.665

(*) Inclui apenas as principais operações que não afetam o caixa da Companhia no exercício.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para fins do Artigo 27 da Resolução CVM nº 80/22

Na qualidade de Diretores da Irani Papel e Embalagem S.A., sociedade por ações com sede na Av. Carlos Gomes, nº 400, salas 502/503, Bairro Boa Vista, na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 92.791.243/0001-03, **DECLARAMOS** nos termos do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras intermediárias da Companhia referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2026.

Porto Alegre (RS), 30 de abril de 2026.

Odivan Carlos Cargnin

Diretor Presidente

André Camargo de Carvalho

Diretor de Administração, Finanças e de Relações com Investidores

Henrique Zugman

Diretor de Negócios Papel e Florestal

Lindomar Lima de Souza

Diretor de Negócio Embalagem

Fabiano Alves de Oliveira

Diretor de Pessoas, Estratégia e Gestão

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Para fins do Artigo 27 da Resolução CVM nº 80/22

Na qualidade de Diretores da Irani Papel e Embalagem S.A., sociedade por ações com sede na Av. Carlos Gomes, nº 400, salas 502/503, Bairro Boa Vista, na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 92.791.243/0001-03, **DECLARAMOS** nos termos do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes da Companhia referente às demonstrações financeiras intermediárias da Companhia referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2026.

Porto Alegre (RS), 30 de abril de 2026.

Odivan Carlos Carginin

Diretor Presidente

André Camargo de Carvalho

Diretor de Administração, Finanças e de Relações com Investidores

Henrique Zugman

Diretor de Negócios Papel e Florestal

Lindomar Lima de Souza

Diretor de Negócio Embalagem

Fabiano Alves de Oliveira

Diretor de Pessoas, Estratégia e Gestão